

E-ISSN 1981-4798

ISSN 1414-3089

Tempo

TEMPO DA CIÊNCIA - Revista de Ciências Humanas e Sociais.

Publicação do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa - NDP

UNIOESTE - Campus de Toledo.

DA

Ciência

Volume 30 - Número 59 - 1º Semestre - 2023

Tempo da Ciência

Volume 30 Número 59
1º semestre de 2023

E-ISSN 1981-4798
ISSN 1414-3089

**INDEXADORES:
SISTEMA LATINDEX
SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS**

Publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE - CAMPUS DE TOLEDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE / CAMPUS DE TOLEDO

REITOR

Alexandre Almeida Webber

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

César Augusto Batisti

COORDENADOR DO NDP - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E PESQUISA

Antônio Pimentel Pontes Filho

T 288 Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE. Revista do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa / Campus de Toledo. - v. 1, n. 1(1994) -- Toledo: Ed. Toledo, 1994. - v. 29 n. 57(2022), -- Toledo: Ed. Toledo, 2022.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

E-ISSN: 1981-4798

ISSN: 1414-3089

Indexadores: Latindex; Súmarios

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos 1. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo. II Revista de Ciências Sociais do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa – NDP / Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Ficha Catalográfica: Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

Capa

Roberto Bíscoli

Diagramação

Equipe NDP

Suporte Técnico

Equipe NDP

Revisão Ortográfica e gramatical

Equipe NDP

Endereço para correspondência

UNIOESTE – Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle – Toledo – PR CEP 85903-000

E-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

EDITOR

Dr. Roberto Biscoli

CONSELHO EDITORIAL - PRESIDENTE:

Dr. Antônio Pimentel Pontes Filho

MEMBROS:

Eric Gustavo Cardin

Sílvio Antônio Colognese

Geraldo Magella Neres

Fábio Lopes Alves

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano Premebida – FADB

Alberto Paulo Neto – PUC-PR

Ana Cleide Chiarotti Cesário – UEL

Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM

Emilce Beatriz Cammarata – NM, Argentina

Eric Gustavo Cardin – UNIOESTE

Eric Sabourin – CIRAD, França

Ernelo Schallenberger – UNIOESTE

Evaldo Mendes da Silva – UFAL

Gabriel Feltran – UFSCAR

Geraldo Magella Neres – UNIOESTE

Ileizi Luciana Fiorelli Silva – UEL

Joana Coutinho – UFMA

João Virgílio Tagliavini – UFSCar

José Lindomar C. Albuquerque – UNIFESP

María Lois – Universidad Complutense de Madrid

Maria Salete Souza de Amorim – UFBA

Martha C. Ramirez-Galvez – UEL

Miguel Angelo Lazzaretti – UNIOESTE

Oscar Calavia Sáez – UFSC

Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE

Rafael Antônio Duarte Villa – USP

René E. Gertz – PUCRS e UFRGS

Ricardo Cid Fernandes – UFPR

Wagner Pralon Mancuso – USP

SUMÁRIO

EDITORIAL

Roberto Bíscoli

Pg. 7 - 8

Operação Lava Jato: impactos econômicos e deslocamentos no bloco no poder

Jefferson Ferreira do Nascimento e Igor Grabois

Pg. 9 - 39

Elementos genealógicos da descolonização e da decolonização do Paraguai: a presença da teoria do poder de Michel Foucault

Fabio Anibal Goiris

Pg. 40 - 50

O MST e a Agroecologia: entre autonomia e a reciprocidade assimétrica

Miguel Angelo Lazzaratti

Pg. 51 - 73

Comunidades virtuais: a construção do *Hype* de *Stranger Things* a partir do perfil Netflix Brasil no *Twitter*

Jéssica Linhares, João Pietro Meili Bridi e Hilario Junior dos Santos

Pg. 74 - 105

Impactos da austeridade fiscal no investimento da União em políticas sociais e nas desigualdades no Brasil de 2012 a 2021

Lauric Gerson Breitkreitz e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Pg. 106 - 136

A (des)estabilização da categoria “mulher”

Camila Vicente Colaço Conceição e Vânia Sandeleia Vaz da Silva

Pg. 137 - 165

A importância do conceito de representação nas obras de Claude Lévi-Strauss e Émile Durkheim

Taíza Gabriela Zanatta Crestani e Silvio Antônio Colognese

Pg. 166 - 179

É como imensa satisfação que apresentamos o volume 30, número 59, da Revista *Tempo da Ciência*, publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE - Campus de Toledo.

O primeiro artigo aborda os efeitos da Operação Lava Jato, uma iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, que investigou a Petrobrás, contratos de construção de Angra 3 e a relação destes com empreiteiras da construção pesada, entre 2014 e 2021. A conclusão é que ocorreu o deslocamento do protagonismo político e econômico de uma fração da burguesia brasileira, capitaneada pelas grandes construtoras e empreiteiras, abrindo espaços para outras frações da burguesia exercer esse protagonismo político-econômico.

Tendo como cenário a colonização espanhola no Paraguai, Fabio Anibal Goiris enfatiza o formato ideológico dos acontecimentos da colonização, tencionou definir o perfil genealógico da descolonização e da decolonização do Paraguai. De tal processo surge o tema poder, em especial o que Goiris chamou de poder ditatorial legal que irá apresentar características *sui generis* que congregam o poder absoluto, o poder pastoral e o poder disciplinar, num contexto de grande luta contra o avassalamento europeu e contra a burguesia local.

O terceiro artigo, intitulado O MST e a Agroecologia: entre autonomia e a reciprocidade assimétrica, de autoria de Miguel Angelo Lazzaretti, analisa a implantação de um projeto de Desenvolvimento Agroecológico que foi implantado no Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante D'Oeste, estado do Paraná. Em tom de crítica, destaca as dificuldades de implantação de tal prática agroecológica por parte das famílias assentadas, e a não observância por parte das lideranças do MST das características históricas, sociais e culturais dos assentados. As relações assimétricas que se desenvolveram culminaram no rompimento com a proposta de produção sustentável, levando as famílias a retornarem ao modo convencional de produção.

Abordando as mídias sociais, o crescente acesso a informação, e a necessidade de comunicação instantânea, o artigo Comunidades virtuais: a construção do *Hype* de *Stranger Things* a partir do perfil Netflix Brasil no *Twitter*, nos convida a refletir sobre como são criadas tendências a partir de páginas e indivíduos que possuem influência nas redes sociais. Tendências essas que moldam identidades, produzindo um deslocamento

ou descentramento do sujeito. Como exemplo, o artigo enfatiza as estratégias que levaram a série *Stranger Things* a se tornar viral e mercadológica. Buscou ainda analisar e estudar as estratégias adotadas na construção do *hype* de *Stranger Things* no perfil da Netflix Brasil no *Twitter* e correlacionar os resultados desse fenômeno com o impacto social que levou ao surgimento de comunidades formadas a partir do assunto.

O artigo Impactos da austeridade fiscal no investimento da União em políticas sociais e nas desigualdades no Brasil de 2012 a 2021 de Laucir Gerson Breikreitz e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva discute as políticas sociais implantadas no Brasil nos anos recentes. Demonstra que no período de 2012 a 2021 houve a redução ou a insuficiência de investimentos da União em políticas sociais para efetivação de direitos previstos constitucionalmente, impactando negativamente a vida das pessoas, gerando efeitos e influência nos altos níveis de pobreza e desigualdade. Chama a atenção para o fato de o orçamento público ser um importante instrumento para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, e para a austeridade, enquanto mecanismo de restrição para implementação de políticas sociais, influenciar na produção e ampliação de desigualdades, sendo socialmente injusta.

Camila Vicente Colaço Conceição e Vânia Sandeleia Vaz da Silva, buscam pela definição do que seria uma “mulher” para a luta política das mulheres. Discorrem sobre a visão cristã e freudiana e as críticas de Simone de Beauvoir a essas visões. Discorrem ainda sobre as concepções feministas radicais, sobre as consequências teóricas das críticas avançadas pela noção de interseccionalidade. Por fim, tratam das críticas ao binômio sexo/gênero e outros binarismos, repensando a viabilidade da categoria “mulher” como sujeito político do feminismo. Concluem que é complexo trabalhar com definições essencialistas da categoria “mulher”, sendo problemático estabelecer parâmetros pelos quais “pessoas” deveriam ser enquadradas em “categorias identitárias fixas” para viabilizar a luta política.

Por fim, mas não menos importante, o artigo intitulado A importância do conceito de representação nas obras de Claude Lévi-Strauss e Émile Durkheim de autoria de Taíza Gabriela Zanatta Crestani e Silvio Antônio Colognese, analisa os vieses de Durkheim e Lévi-Strauss no que tange o conceito de fato social, busca identificar pontos que aproximam e distanciam o funcionalismo do estruturalismo.

Desejamos a nossos leitores uma útil e prazerosa leitura.

Roberto Bíscoli
Editor

Operação Lava Jato: impactos econômicos e deslocamentos no bloco no poder

*Jefferson Ferreira do Nascimento¹
Igor Grabois²*

Resumo: O artigo visa explicar como os efeitos da Operação Lava Jato cumpriram papel decisivo na mudança da composição no bloco no poder, via deslocamento da fração da burguesia vinculada à indústria da construção pesada no Brasil. Por bloco no poder e fração de classe, o artigo adota a definição de Nicos Poulantzas. O artigo é composto por um breve histórico do setor de construção pesada e sua relação com a Operação Lava Jato. A análise dos impactos econômicos é feita a partir da Matriz de Insumo Produto (MIP), produzida pelo Núcleo de Economia Regional da Universidade de São Paulo – NEREUS. A conclusão é que ocorreu o deslocamento de uma fração da burguesia brasileira capitaneada pelas grandes construtoras e empreiteiras, afetando seu protagonismo político e econômico abrindo espaços para outras frações da burguesia exercer maior protagonismo político-econômico.

Palavras-chave: Operação Lava Jato; Empreiteiras; Matriz Insumo Produto; Frações de Classe.

Operation Car Wash: economics impacts and displacements in the power bloc

Abstract: The article aims to explain how the effects of Operation Car Wash played a decisive role in changing the composition of the power bloc, via the displacement of the fraction of the bourgeoisie linked to the heavy construction industry in Brazil. For power block and class fraction, the article

¹ Doutor em Ciência Política, Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus Sertãozinho, pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA). E-mail: jefferson.nascimento@ifsp.edu.br.

² Economista, pesquisador do Instituto Mário Schenberg. E-mail: grabois.igor@gmail.com.

adopts the definition of Nicos Poulantzas. The article is composed of a brief history of the heavy construction sector and its relationship with Operation Car Wash. The analysis of economic impacts is made from the analysis of the Leontief Input-Output Model, produced by the Regional Economics Center of the University of São Paulo – NEREUS. The conclusion is that there was a displacement of a fraction of the Brazilian bourgeoisie led by large construction companies and contractors, affecting its political and economic protagonism, opening spaces for other fractions of the bourgeoisie to exercise greater political-economic protagonism.

Keywords: Operation Car Wash; Construction Companies; Leontief Input-Output Model; Class Fraction.

Introdução

O presente artigo visa explicar como a Operação Lava Jato (OLJ) cumpriu papel decisivo para o deslocamento de uma fração da burguesia brasileira capitaneada pelas grandes construtoras e empreiteiras, afetando seu protagonismo político e econômico, em favor de uma fração da burguesia representada por segmentos do varejo nacional, como Havan e Riachuelo, da locação de veículos, como a Localiza, e de prestação de serviços diversos, como o grupo Hapvida na área da saúde, a Gocil na área da segurança patrimonial, dentre outros. A alteração na fração dominante da burguesia também marcou a ascensão de grupos e setores emergentes do mercado financeiro, como BTG e XP, em um cenário antes protagonizados pelos grandes e tradicionais bancos brasileiros, como o Itaú e o Bradesco.

A OLJ, incorporada nos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), era conduzida por procuradores da República em forma de forças-tarefas e era descrita pelo Ministério Público Federal como “uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil”, que investigou a Petrobrás, contratos como o da construção de Angra 3 e a relação destes com empreiteiras da construção pesada (BRASIL, [entre 2014 e 2021]). A reflexão crítica se avoluma e coloca em xeque a narrativa de um pretenso consenso em torno da necessidade e dos benefícios da OLJ que grandes empresas de comunicação, em consórcio com os agentes da operação, divulgavam à exaustão. Isso ocorre porque cresce o volume de publicações que debatem a OLJ, seja em seu aspecto jurídico (REGO e LOUREIRO, 2018;

PASCOETO, 2016), nos aspectos institucionais que possibilitaram sua ocorrência (KERCHE e FERES, 2018; KERCHE, 2018), na relação com um processo de erosão da democracia (SILVA, 2020) ou, ainda, nos impactos que a operação provocou no sistema político brasileiro (BRAGA *et al.*, 2018; KERCHE e FERES, 2018; NASCIMENTO e BEKER, 2021). Identificamos também um crescimento de publicações que debatem o impacto da operação na economia (CAMPOS, 2019; PAULA e MOURA, 2019), bem como sobre o interesse estrangeiro na operação (KANANAN, 2019).

O fato é que o consórcio entre meios de comunicação e agentes da OLJ obteve êxito judicial graças a um aparato jurídico-legal e policial em transformação, com tendência para se converter em:

[...] instâncias de veto e de desconstrução de políticas e iniciativas para realizar o projeto constitucional [...] a tal ponto de condicionar o processo político (não apenas eleitoral) que o próprio Judiciário, o Ministério Público e as polícias se tornaram arenas políticas, abrigando atores que, apenas muito indiretamente, estão sujeitos aos controles eleitorais democráticos, mas que inversamente atuam decisivamente nas demais arenas políticas. (CUNHA *et al.*, 2018, p. 12).

Estamos diante de um projeto inspirado na Operação *Mani Pulite* (Mãos Limpas), realizada na Itália, nos anos 1990. Essa inspiração era publicamente expressa por um de seus principais agentes alguns anos antes. Em 2004, o então juiz Sérgio Moro publicou um artigo defendendo a operação italiana e questionando a “eficácia do sistema judicial [brasileiro] contra crimes do ‘colarinho branco’”, argumentando que, por isso, a via italiana seria bem-vinda aqui e haveria “várias das condições institucionais necessárias para a realização de ação judicial semelhante”, como a descrença na classe política e a “significativa independência formal frente aos políticos” do Ministério Público (MP) e do Judiciário, apesar de lamentar a extensão do foro especial por prerrogativa de função (MORO, 2004, p. 61). No referido artigo, o argumento era que prisões, delações e publicidade seriam indispensáveis para seu intento no caso brasileiro e que, a despeito de algumas diferenças entre as instituições do Brasil e da Itália, seriam também aplicáveis e positivas aqui.

O resultado desse projeto foi uma operação que juridicamente pode ser descrita como se segue:

A violação sistemática do Estado Democrático de Direito com relação às cláusulas pétreas trazidas no artigo 5.º [...], amplamente denunciada por advogados e juristas, inclusive internacionais. Essa violação envolve: uso de tortura (por meio de pressões psicológicas e longas prisões sem prazo determinado, acompanhadas de tratamento degradantes) para obtenção de delações como provas (letra III e LVI); suspensão do princípio de presunção da inocência (letra LVII); violação do direito ao sigilo telefônico sem ordem judicial válida (letra XII); uso de artifícios processuais para rompimento da regra de juiz natural (letra LIII); violação do direito à ampla defesa e de suas testemunhas, além do uso de conduções coercitivas sem a devida necessidade etc. (REGO e LOUREIRO, 2018, p. 45-46).³

Esses elevados custos provocados pela OLJ não poderiam ser realizados apenas por um ativismo dos integrantes das forças-tarefas. As condições políticas para a ocorrência de uma operação altamente devastadora para o sistema político só podem ser compreendidas à luz de uma análise estrutural. Está na base econômica as explicações para que fossem alcançadas as condições institucionais, legais e jurídicas. Isto é, a dinâmica internacional e as implicações nacionais do capitalismo constituem fator explicativo central.

Como enunciado inicialmente, nosso intento é demonstrar como essa operação com ampla base econômica e social promoveu a modificação na hegemonia da fração da classe dominante. Nosso fundamento teórico é a proposição de bloco no poder e frações de classes elaborada por Nicos Poulantzas (1977)⁴. Para atingir os objetivos previamente enunciados, este artigo se organiza em três seções: (1) a relação entre a OLJ e as empreiteiras

³ Uma das reações dos parlamentares foi a Lei 13.869/2018, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade (BRASIL, 2019b).

⁴ Para Poulantzas, bloco no poder é uma unidade dotada de contradição entre as frações da classe dominante. É uma unidade contra a classe trabalhadora que demanda concessões das diferentes frações para manter a coesão do bloco. O Estado possui, deste modo, papel organizador dos interesses das classes dominantes visto que a existência de frações de classes pressupõe uma tendência à defesa dos seus interesses imediatos pelas respectivas frações. Mesmo sem um acordo explícito, o Estado implementa políticas que articulam os interesses das frações e das classes dominantes com vistas a manter a ordem social. No bloco é comum existir uma fração hegemônica que não deve ser confundida com a fração mais rica e que controla a agenda do Estado “encarnando o interesse geral do povo-nação e condiciona, por isso mesmo, uma aceitação específica de sua dominação por parte das classes dominadas”. (POULANTZAS, 1977, p. 215).

da construção pesada; (2) dados econômicos das principais construtoras no período 2010-2016; (2) a análise da Matriz Insumo Produto (MIP), entre 2010 e 2018, para demonstrar como a economia brasileira é afetada e, por sua vez, como a hegemonia na burguesia brasileira é alterada.

Operação Lava Jato e o ramo da Construção Pesada: mais que um acaso

Cumprir trazer à discussão o testemunho do diplomata de carreira estadunidense Thomas A. Shannon Jr. Segundo ele, “[...] os Estados Unidos observavam a Odebrecht como parte do poder do PT e da esquerda latino-americana”, bem como afirmou que a “[...] relação do Brasil com a Venezuela já era observada com lupa pelos Estados Unidos [...] em especial pelo plano brasileiro de transformar o Mercosul em um projeto sul-americano”. Isto é, o projeto político que autoridades estadunidenses deduziam como “autônomo”, “um projeto sul-americano” e mirando a construção de um bloco político com “mentalidade progressista” encontrava na Odebrecht um operador estratégico e crucial (HALL, AMADO & HERDY, 2019, *online*).

Neste contexto, é que a OLJ e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) estabeleceram a parceria de “compartilhamento de informações” e o primeiro objeto foi justamente “o extrato de três contas da Odebrecht mantidas no banco Citibank, de Nova York”. A jurisprudência do sistema judicial dos Estados Unidos se baseava na *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), que permitia sancionar quaisquer agentes que utilizem alguma estrutura dos Estados Unidos para a atuação de corrupção, seja o sistema bancário ou mesmo o sistema de comunicações – abrindo uma grande brecha para a atuação. Além dos Estados Unidos, havia acordo de cooperação com autoridades da Suíça (HALL, AMADO & HERDY, 2019, *online*).

O incômodo revelado por Shannon Jr. foi formalizado na “pena mais alta da história do país por um caso estrangeiro de suborno”, cuja multa foi de US\$ 2,6 bilhões para a Construtora Odebrecht, dos quais US\$ 2,39 bilhões vai para o Brasil, US\$ 116 milhões para Suíça e US\$ 93 milhões para os Estados Unidos. Outros US\$ 632 milhões em multas foram aplicados à Braskem, empresa petroquímica do grupo Odebrecht (FAUS, 2017). Mas, por que a Odebrecht?

A Odebrecht, citada por Shannon Jr., não foi a única atingida. Apesar de se referir explicitamente a ela, Shannon Jr. demonstrava um incômodo

com o modelo de política internacional. O projeto político-econômico dos governos petistas tinha como base um modelo de integração Sul-Sul, que tinha como símbolos da integração sul-americana o Mercosul e a União de Nações Sul-americanas - UNASUL, como símbolo das relações para além da América Latina os BRICS (Bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e como estratégia de protagonismo a ênfase nos mercados de países africanos. O setor de construção pesada e a exportação de bens e serviços relacionados era central para esse modelo pretendido pelo Brasil. A Odebrecht, portanto, foi citada porque simboliza a importância das empreiteiras do setor da indústria da construção pesada e por se espriar por outros setores econômicos.

Segundo Chaves (1985), esse setor é responsável por obras mais complexas do que as de construção habitacional demandando empresas de engenharia de grande porte para realização de obras de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, rodovias, portos, aeroportos, saneamento básico e outros. Com o desenvolvimentismo levado a cabo na Era Vargas (1930-1945), empresas brasileiras passam a ter prioridade na execução das obras de infraestrutura, o que levou à fundação de diversas empresas do setor entre os anos 1930 e 1940, dos quais destacamos a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa e a Odebrecht (CHAVES, 1985).

Campos (2014) identificou que o fortalecimento das empreiteiras nacionais permitiu a criação de aparelhos privados de hegemonia⁵:

Esses organismos específicos asseguram a representação e reivindicação dos interesses das construtoras dentro do aparelho de Estado. Desde o final da década de 1950 foram criadas diversas agências desse tipo, como a Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), em 1957, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), em 1959, e por fim, a mais importante de todas; a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), em 1964. Esse último órgão reúne as principais empresas do ramo e tem maior projeção que

⁵ Aparelhos privados de hegemonia é um conceito gramsciano utilizado por Campos (2014). Esse conceito se refere a “organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito (no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF); mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade” (COUTINHO, 1994, p. 54-55).

as outras agências por ter interlocução com a Petrobras e, também, maior acesso à mídia e à imprensa (CAMPOS, 2014, p. 108).

O crescimento dessas empresas ganha um impulso ainda maior durante o Governo Juscelino Kubitschek (1961-1965) e elas se consolidam definitivamente durante a Ditadura Militar (1964-1985), sobretudo a partir do governo Costa e Silva (1967-1969) que promulgou o Decreto 64.345 de abril de 1969 (BRASIL, 1969, CAMARGOS, 1993).

O referido decreto instituiu “normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional” e, para tal intento, fixava no artigo 1º:

Os órgãos da Administração Federal, inclusive os órgãos da Administração Indireta, só poderiam contratar a prestação de serviços de consultoria técnica e de Engenharia com empresas estrangeiras, nos casos em que não houver empresa nacional devidamente capacitada e qualificada para o desempenho dos serviços a contratar.

Parágrafo único. Consideram-se empresas nacionais, para os fins deste artigo as pessoas jurídicas que regularmente constituídas no país, tenham aqui sede e foro, estejam sob o controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no país, e tenham pelo menos metade de seu corpo técnico integrado por brasileiros natos ou naturalizados (BRASIL, 1969).

A partir dessa reserva de mercado as empreiteiras nacionais puderam iniciar um processo de internacionalização⁶, encabeçado pelas três empreiteiras supracitadas (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht) e pela construtora Mendes Júnior. As quatro empresas diversificaram sua atuação para ramos como a mineração, agropecuária, cimento, metalurgia, siderurgia, petroquímicos e outros e abriram mercados na América do Sul, África e Oriente Médio (FERRAZ FILHO, 1981).

⁶ Relatos detalhados do processo de internacionalização dessas empresas podem ser encontrados em Campos (2014) e em Silva Filho (2017). Este último detalha desde o início da internacionalização da Odebrecht, em 1979, na América do Sul, contando à época com o apoio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CECEX) até, mais recentemente, a chegada a países africanos, à Portugal, aos Estados Unidos e outros países da América Latina.

A primeira eleição direta após a Ditadura significou também um giro neoliberal, o que reduziu os recursos estatais para obras de infraestrutura, bem como significou o fim da reserva de mercado em termos legais. No entanto, devido à força das empreiteiras nacionais, a concorrência estrangeira não gerou problemas. Além disso, algumas delas se beneficiaram do processo de privatização, comprando alguns ativos privatizados e se constituindo concessionárias de alguns serviços repassados à iniciativa privada (BIONDI, 2003).

Em 2003, com o início do Governo Lula (2003-2010) e, depois, com Dilma Rousseff (2010-2016), os estímulos em setores cruciais para essas empresas são intensificados. Tanto porque a política de concessões continuou, como porque alguns grandes projetos com recursos públicos voltaram a ocorrer:

Dessa forma, foram retomados os projetos das grandes hidrelétricas na Amazônia – com as usinas do Madeira e a de Belo Monte –, tiveram continuidade os projetos ferroviários – com as estradas de ferro Norte-Sul e Oeste-Leste –, as obras da usina de Angra III foram retomadas, bem como novas iniciativas, como a Programa de submarinos convencionais e nucleares da Marinha (Prosub), estádios, aeroportos e equipamentos esportivos e de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 etc. Além disso, com o crédito disponibilizado pelo BNDES, essas empresas intensificaram o seu processo de internacionalização no início do século XXI, chegando a mais de 40 países, e com as privatizações de estádios, aeroportos e outros ativos, ampliaram a diversificação de seus negócios, incrementando o seu controle sobre a economia brasileira (CAMPOS, 2019, p. 134-135).

Em linhas gerais, o grande poderio econômico das grandes construtoras estava intimamente ligado à sua capacidade de exercer influência na agenda estatal. Ou seja, de algum modo, a burguesia proprietária dessas empresas possuía poder político e econômico que conferia capacidade para fazer com que seus interesses constassem no rol dos interesses da burguesia que o Estado brasileiro organizava para a manutenção da ordem social. Mesmo sem se constituir em fração dominante da burguesia, conseguiu ser fração relevante desde a Era Vargas (1930-1945), ampliando seu poderio no governo JK (1961-1965). Exemplificando essa afirmação: o primeiro governo militar, sob liderança de Castello Branco (1964-1967) foi marcado “pela

preferência dada às construtoras e projetistas estrangeiras”, apesar da adesão de empreiteiros vinculados ao SINICON ao Golpe Militar de 1964 (CAMPOS, 2019, p. 133). Tal postura indicava a coerência do governo com os principais fiadores do golpe, levado a cabo com uma base econômica constituída pelo capital multinacional e os interesses associados representados por frações da burguesia brasileira (DREIFUSS, 1981). No entanto, a articulação dos empresários brasileiros da construção pesada reverteu a situação:

Os empresários do setor se organizaram e lançaram a campanha “Em defesa da engenharia nacional” ou “A engenharia é nossa”, que demandava que fossem privilegiadas as empresas de engenharia nacionais na contratação de serviços e obras públicas. Após se aproximar de militares “nacionalistas autoritários”, os líderes do movimento conseguiram a reversão das políticas estatais no segundo governo da ditadura. Após o AI-5, o governo Costa e Silva emitiu um decreto, com o Congresso Nacional fechado, definindo a reserva de mercado no setor de obras públicas e serviços de engenharia (CAMPOS, 2019, p.133).

A mesma capacidade foi percebida na abertura econômica onde, apesar do giro neoliberal, conseguiram manter seu protagonismo, inclusive se beneficiando das privatizações e concessões e melhorando sua situação nos governos petistas. No entanto, o próprio avanço da OLJ aponta para uma fratura no bloco no poder. Primeiro, o enfraquecimento do governo que, chefiando o Executivo, deveria organizar a unidade contraditória do bloco no poder mantendo a força dos interesses dessa fração da burguesia. Segundo o avanço da operação OLJ indicava também uma alteração na correlação de forças dos grupos econômicos, revelando um cenário desfavorável a essas empreiteiras, sobretudo com a capacidade de agentes estrangeiros influenciar os rumos da operação. Por fim, mesmo com a injeção de pesados recursos para financiamento de campanhas em 2014 (MANCUSO *et al*, 2021)⁷, não houve condições de contra restar o avanço da operação nem por ações do

⁷ O setor foi responsável por de 25,1% das doações para as campanhas presidenciais, contemplando seis concorrentes. Nas eleições para o Legislativo, o setor foi o segundo que mais doou – atrás apenas da indústria de transformação – e os recursos foram distribuídos de modo pragmático a candidatos de diferentes ideologias (MANCUSO *et al*, 2021). Em que pese as menções na imprensa ao interesse do setor nas obras da Copa e Olimpíadas, a OLJ já estava em curso desde março de 2014.

Legislativo. Ou seja, uma operação conduzida por aparelhos do Estado (Polícia Federal, MP) e pelo Poder Judiciário, com apoio estrangeiro, indicava uma fratura no bloco no poder com o flagrante enfraquecimento da fração da burguesia encabeçada pelos grupos empresariais das grandes empreiteiras do Brasil. Desse modo, não se pode simplificar a motivação da Operação Lava Jato a uma cruzada contra o grupo Odebrecht ou aos empresários da construção pesada, o que produziria o mesmo efeito da redução da operação a uma cruzada contra Luís Inácio Lula da Silva. A operação encontra base econômica nos interesses de algumas frações da burguesia brasileira, de agentes políticos e, dado o interesse internacional, incluindo o incômodo estadunidense com a política externa brasileira⁸ simbolizada pelo crescimento das empreiteiras, e consegue respaldo em instituições policiais, jurídicos e legais do Brasil.

Ao fim e ao cabo, uma série de conversas vazadas divulgadas pelo *The Intercept Brasil*, que deram origem ao termo Vaza Jato (DUARTE, 2020) e que foram investigadas pela *Operação Spoofing*⁹, tira do campo das especulações a participação estrangeira na Operação Lava Jato, bem como afasta qualquer interpretação sobre um caráter anedótico das declarações de Thomas A. Shannon Jr. (VIANNA, FISHMAN e SALEH, 2020; VIANNA e NEVES, 2020; JUNQUEIRA, 2021). Nessas conversas, os procuradores da OJ demonstram “consciência de que os americanos poderiam quebrar a Odebrecht, mas mesmo assim deram continuidade às tratativas”, bem como referem-se à “negociação como um ‘acordo trilateral’, envolvendo Brasil, Estados Unidos e Suíça.” (CONJUR, 2021).

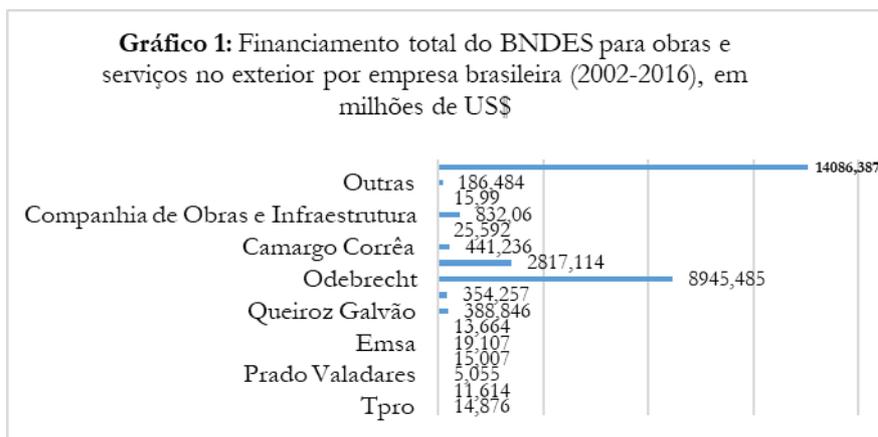
Um breve perfil econômico das principais empreiteiras envolvidas

Como vimos, mesmo antes dos governos petistas, as principais empresas de construção pesada acumularam expertise em diversos setores e expandiram suas atuações para diversos países da América Latina, África e Europa, além dos Estados Unidos. No entanto, o setor de construção pesada

⁸ Tal incômodo foi reafirmado em declaração do embaixador dos Estados Unidos, Todd Chapman, que minimizou manifestações antidemocráticas de membros do governo Bolsonaro e afirmou que “o momento de maior preocupação para Washington foi durante os governos petistas” (CHRISPIM, 2021, *online*).

⁹ A *Operação Spoofing* foi deflagrada pela Polícia Federal em 2019 para investigar invasões nas contas de autoridades brasileira no aplicativo de mensagens Telegram (BRASIL, 2019a; HOMERO, 2019).

era altamente concentrado. Por exemplo, em 1984, as cinco maiores empreiteiras do país (Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Mendes Junior, Odebrecht e Cetenco) concentravam 59,9% dos negócios do setor (CAMPOS, 2014). Passados trinta anos, apenas Mendes Junior e Cetenco não estavam entre as principais beneficiárias do financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior nem entre as principais implicadas na OLJ, vejamos o gráfico 1:



Fonte: Goes (2017, p. 12).

As sete principais empreiteiras investigadas na OLJ foram OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Engevix e UTC. Destas, apenas Engevix e UTC não figuram entre as principais beneficiárias do financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior, conforme demonstra o gráfico acima. Além disso, fica evidente a diferença dos valores obtidos pela Odebrecht em relação à Andrade Gutierrez, e das duas em relação às demais empreiteiras. Por esse dado, não fica difícil perceber porque Shannon Jr, conforme vimos na seção anterior, afirmava que “os Estados Unidos observavam a Odebrecht como parte do poder do PT e da esquerda latino-americana” (HALL, AMADO & HERDY, 2019, *online*).

Segundo reportagem do Valor Econômico, sem incluir a OAS, as seis principais empreiteiras investigadas na operação demitiram (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Engevix e UTC) juntas mais de 300 mil trabalhadores em até o começo de 2017, sendo a Andrade Gutierrez responsável por 144,9 mil demissões e a Engevix a

empresa que proporcionalmente mais reduziu seu quadro de trabalhadores – 80% (MOTA e NIERO, 2017). No entanto, outra reportagem fala em 600 mil trabalhadores demitidos e destaca que o grupo OAS vendeu ativos e subsidiárias, demitiu trabalhadores e entrou com pedido de recuperação judicial (SCHELLER, 2017).

Considerando as quatro empreiteiras com maiores valores em financiamento no BNDES e envolvimento na OLJ, podemos verificar impactos consideráveis advindos da operação. Vejamos as tabelas 1,2 e 3¹⁰:

Tabela 1: Receita Bruta (em milhões de R\$)

Construtoras	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Andrade	*	*	8.010	8.891	8.079	6.835	4.906	2.386
Gutierrez								
Odebrecht	53.860	71.009	84.431	96.930	107.679	132.519	89.762	82.000

*Dados não informados

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos Relatórios anuais das Empresas¹¹

Tabela 2: Receita Líquida (em milhões de R\$)

Construtoras	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Andrade	*	*	7.741	8.604	7.678	6.518	4.739	2.037
Gutierrez								
Camargo Corrêa	17.937	17.304	23.372	25.821	26.000	21.500	9.000	10.400
Queiroz Galvão	*	3.277	3.937	4.645	4.980	4.901	3.178	2.441

*Dados não informados

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos Relatórios anuais das Empresas e outros¹²

Tabela 3: Empregos diretos

Construtora	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Andrade	175.533	222.793	207.289	251.996	192.204	*	12.933	*
Gutierrez								
Odebrecht	118.817	159.036	175.031	181.556	168.149	128.486	84.705	57.589

*Dados não informados

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos Relatórios anuais das Empresas e matérias jornalísticas¹³.

¹⁰ Não foi possível fazer a comparação de todas as empresas em cada tabela em função da diferença adotada por elas na divulgação dos dados financeiros em seus respectivos relatórios anuais.

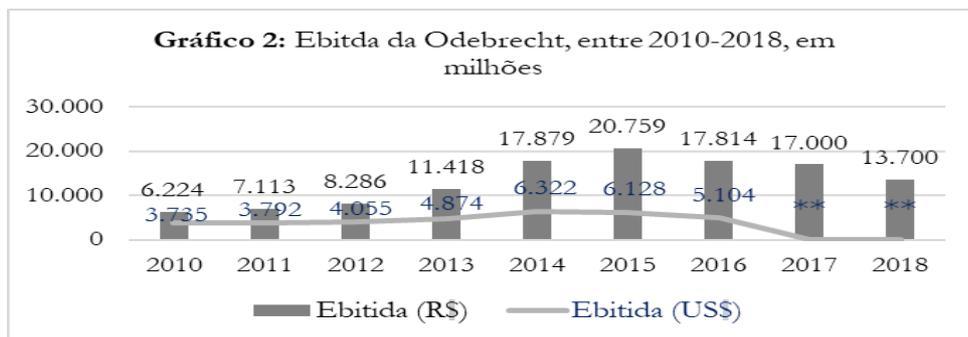
¹¹ Cf. Andrade Gutierrez (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017) e Odebrecht (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

¹² Cf. Andrade Gutierrez (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017), Camargo Corrêa (2010; 2011; 2012; 2013), Construtora Queiroz Galvão (2019), Cristofolini (2017, p. 59) e Ribeiro (2018).

¹³ Cf. Andrade Gutierrez (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017) Agência Estado (2019), Camargo Corrêa (2010; 2011; 2012; 2013) e Odebrecht (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

As tabelas acima mostram quedas consistentes na receita das empresas envolvidas e na geração de empregos da Andrade Gutierrez, da Camargo Corrêa e da Odebrecht. Além desses dados, matérias jornalísticas com base nos balanços das empresas apontam queda na receita líquida: de 38,6% da Camargo Corrêa, de 30,8% da Andrade Gutierrez, de 18% da UTC e de 62% da Engevix em 2016 em comparação com 2015 (LAPORTA, 2017). Tanto assim que passa a figurar nos relatórios de algumas dessas empresas menções à OLJ a partir de 2015, apontando medidas que as empresas tomaram para o combate à corrupção. Para melhor esclarecer apresentamos alguns dados da Odebrecht, que é a empreiteira com o maior financiamento do BNDES e cuja implicação na OLJ teve maior repercussão.

A Odebrecht S/A havia crescido também exportando derivados petroquímicos, por meio da Braskem, açúcar e álcool, além dos bens e serviços de engenharia para diversos locais do mundo. É neste contexto que a empresa experimenta um intenso processo de expansão e se tornou uma multinacional de peso. Em termos de receita bruta, apresentados na tabela 1, correspondiam a mais de US\$ 45 bilhões, em 2014, a cerca de US\$ 39 bilhões, em 2015, e despencou para pouco mais de US\$ 25 bilhões, em 2016. Em termos de participação internacional, a Odebrecht chegou a atuar em 28 países e a exportar bens e serviços oriundos do Brasil para 100 países. Se considerarmos apenas a divisão de Engenharia e Construção do grupo, as divisas geradas para o Brasil por meio das exportações de bens e serviços giraram em torno de US\$ 1,059 bilhão e US\$ 1,431 bilhão por ano entre 2011 e 2015 (os relatórios passaram a não discriminar esse dado a partir das operações de 2016)¹⁴. Para completar essa informação, vejamos a evolução do Ebitda no gráfico 2.



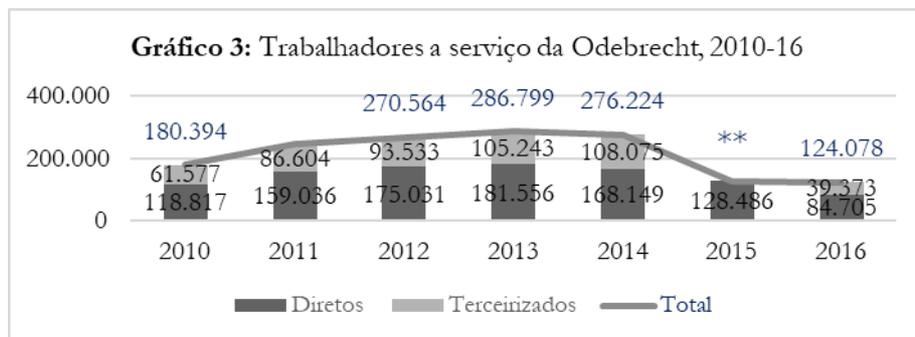
** Não consta no Relatório os valores em dólares para os anos de 2017 e 2018.

Fonte: Relatórios Anuais da Odebrecht (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

¹⁴ *Ibidem*.

O Ebitda mensura o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações e permite aferir quanto as empresas da Odebrecht S/A gerava com suas atividades operacionais, sem incluir investimentos, empréstimos e impostos. Nesta série analisada, é possível identificar a queda tanto da receita bruta, quanto do Ebitda a partir dos efeitos mais agudos da OLJ. Para complementar, o relatório referente à 2015 é o primeiro a mencionar a operação. Neste documento, a empresa explica a renúncia de Marcelo Odebrecht, em dezembro de 2015, e apresenta um plano para a venda de R\$ 12 bilhões em ativos. Além disso, apresenta 10 compromissos e detalha medidas internas para coibir repasses a partidos. Este também é o primeiro relatório a apresentar em destaque o endividamento do grupo. O endividamento atingiu R\$ 84 bilhões. Em 2016, com R\$ 5 bilhões em ativos negociados, a desmobilização de 8 mil trabalhadores da Enseada Naval, dentre outros ajustes, o endividamento caiu para R\$ 75 bilhões. No ano seguinte, o endividamento atingiu R\$ 78 bilhões. Em 2018, com R\$ 7,4 bilhões de ativos vendidos, o endividamento voltou a R\$ 83,2 bilhões (ODEBRECHT, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Além dos indicadores financeiros, a quantidade de trabalhadores envolvidos nas atividades da Odebrecht S/A ajuda a explicar a importância do grupo e o incômodo de concorrentes. Vejamos o gráfico 3:



** Não consta no Relatório a quantidade de terceirizados no ano de 2015.

Fonte: Relatórios Anuais da Odebrecht (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

Dentre os trabalhadores contratados diretamente, obviamente a presença de brasileiros é majoritária. A empresa chegou a ter mais de 118 mil brasileiros contratados diretos, em 2013, passando a cerca de 48 mil em 2016. Além disso, a quantidade de trabalhadores contratados diretos atuando no

Brasil passou de 120 mil em 2012 e 2013, caindo para cerca de 47 mil em 2016 (ODEBRECHT, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Para ilustrar, apresentamos abaixo os impactos apenas nas empresas da construção pesada dos principais grupos envolvidos na OLJ na Tabela 4:

Tabela 4: Encolhimento das cinco maiores construtoras após quatro anos de OLJ, valores em BILHÕES de reais.

Construtoras	Faturamento bruto em 2013	Faturamento bruto em 2017	Patrimônio Líquido em 2013	Patrimônio Líquido em 2017	Endividamento
OAS*	7	1	3,3	0,3	2,8
Queiroz Galvão	6,4	2,7	2,4	1,4	10
Camargo Corrêa	6,5	1,3	3,8	2	10
Andrade Gutierrez**	7,3	2,4	3,8	2,6	4,2
Odebrecht	13,8	12,3	9,1	5,4	65,5

* Devido à ausência dos dados para o ano de 2017, o faturamento bruto da OAS considerado foi a previsão para 2019 e o patrimônio líquido foi o de 2018.

**Devido à ausência dos dados para o ano de 2017 e posteriores, o faturamento bruto e o patrimônio líquido da Andrade Gutierrez foram os dados de 2016.

Fonte: Drummond (2019).

O que nos informa a Matriz Insumo Produto (MIP)

Os impactos não ficaram circunscritos nas empresas supracitadas. Como podemos verificar no Sistema de Matriz Insumo-Produto (MIP) mantido pelo Núcleo de Economia Regional da Universidade de São Paulo – NEREUS, foram mais de 1,5 milhões de postos de trabalhos fechados quando observamos todo o setor de construção. Vejamos a Tabela 5, que apresenta os dados de compra, emprego e valor bruto da Matriz.

Tabela 5: Dados de compras da MIP do Setor de Construção (4180), 2010-18.

Ano	Remunerações (em milhões R\$)	Salários (em milhões R\$)	Excedente Operacional Bruto (em milhões R\$)	Valor Adicionado Bruto (PIB) (em milhões R\$)	Contribuições Sociais efetivas (em milhões R\$)	Valor da Produção (em milhões R\$)	Ocupações
2010	81.713	66.155	78.056	206.927	15.558	447.138	7.844.451
2011	98.486	79.688	82.728	233.544	18.798	507.895	8.099.182
2012	114.503	92.011	84.822	265.237	22.492	575.780	8.578.192
2013	128.751	103.752	158.461	290.641	24.999	627.086	8.808.155
2014	136.103	110.800	92.163	306.946	25.303	662.329	9.149.114
2015	126.609	102.086	86.676	296.018	24.523	632.308	8.639.884
2016	112.487	91.647	86.276	275.187	20.840	590.496	8.033.881
2017	103.928	85.100	66.255	244.800	18.828	545.839	7.692.147
2018	104.570	85.935	67.121	243.280	18.635	552.073	7.617.875

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Além desses dados da tabela acima, os impactos da OLJ também podem ser verificados nas vendas/demanda e na exportação de bens e serviços. Vejamos a tabela 6.

Tabela 6: Dados de demanda da MIP do Setor de Construção (4180), 2010-18

Ano	Consumo Intermediário Total (em milhões R\$)	Exportações de bens e serviços (em milhões R\$)	Formação Bruta de Capital (em milhões R\$)	Demanda Final (em milhões R\$)	Demanda Total (em milhões R\$)
2010	75.838	2.156	368.374	371.300	447.138
2011	84.303	2.559	420.328	423.592	507.895
2012	95.479	2.938	476.867	480.301	575.780
2013	102.087	2.955	521.573	524.999	627.086
2014	108.873	4.784	547.959	553.456	662.329
2015	105.450	4.666	521.568	526.858	632.308
2016	104.661	4.091	481.045	485.835	590.496
2017	104.033	2.862	438.123	441.806	545.839
2018	109.101	3.992	438.017	442.972	552.073

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Esses dados podem ser compreendidos a partir da apreensão de dados relativos, como a Inversa de Leontief e a Matriz de Coeficientes Técnicos e com a informação dos valores de importações. A Matriz Inversa de Leontief indica a soma dos multiplicadores dispostos nos vetores-colunas de cada setor, essa soma informa quantas vezes o valor investido deve ser multiplicado para aferir o resultado para o conjunto da economia daquele setor. Enquanto a Matriz de Coeficientes Técnicos informa o grau de dependência do setor em relação aos demais, por meio das proporções da origem e do destino dos insumos e produtos, denotando a estrutura intermediária. Por fim, o valor das importações permite identificar o volume (em Reais) de produtos e serviços estrangeiros necessários para o funcionamento do setor (GUILHOTTO e SESSO FILHO, 2005; 2010). Vejamos a tabela 7:

Tabela 7: Dados do setor de Construção, extraídos da MIP (Setor 41; 80), 2010-18.

Anos	Inversa de Leontief	Matriz de Coeficientes Técnicos (A)	Importações (em milhões R\$)
2010	1,86	0,46	16.909
2011	1,85	0,46	19.602
2012	1,84	0,45	23.930
2013	1,84	0,45	26.960
2014	1,85	0,45	27.744
2015	1,83	0,44	28.572
2016	1,85	0,45	23.624
2017	1,88	0,47	21.831
2018	1,89	0,47	25.283

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

A partir dos dados da tabela acima, é possível inferir que, a despeito do setor de Construção manter e até aumentar levemente seu potencial para produção de resultados econômicos (inversa de Leontief) e seu grau de dependência em relação aos demais setores (matriz A) no período de crise (2014-2018), sua redução em termos de demanda total, de pagamento de salários, de excedente operacional bruto e, principalmente, de formação bruta de capital não aponta para uma modificação da estrutura produtiva interna do setor e, sim, para uma retração da economia que passa a demandar menos da Construção, impactando a capacidade do setor empregar, remunerar,

produzir excedente e, portanto, de acrescentar riqueza no país. Isto é, o setor mantém potencial, mas numa economia em queda. Por exemplo, conforme a MIP, o setor de extração de petróleo e gás, inclusive atividades de apoio, reduziu a demanda de bens e serviços da construção de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 1,9 bilhão entre 2014 e 2017. Outro dado importante é que a demanda do próprio setor para bens e serviços de construção cai de R\$ 64,4 para R\$ 57,67 bilhões, no mesmo período. Em sentido contrário a venda do setor para o consumo das famílias aumenta de R\$ 710 para R\$ 823 milhões. O ponto central é que, apesar de manter o potencial de multiplicar em 1,8 os investimentos, os resultados econômicos são menores no período pós OLJ.

Essas grandes construtoras ou empreiteiras ampliaram sua atuação a partir do processo de privatização nos governos de Fernando Henrique Cardoso, bem como com a política de concessões dos governos petistas. Desse modo, passaram a gerir diversos serviços públicos, nos setores de infraestrutura (rodovias, aeroporto, etc.), saneamento básico e no segmento de óleo e gás (seja em atividades de apoio na extração, seja na fabricação de produtos petroquímicos). O segmento de óleo e gás foi afetado pela OLJ tanto nas atividades realizadas por empresas das chamadas empreiteiras mencionadas acima quanto em relação às subsidiárias da Petrobrás que demandavam serviços dessas empresas (ver tabelas 8, 9 e 10).

Tabela 8: Dados de compra da MIP do Setor de Extração de Petróleo e Gás, inclusive atividades de apoio (0680), 2010-18.

Ano	Remunerações (em milhões R\$)	Salários (em milhões R\$)	Excedente Operacional Bruto (em milhões R\$)	Valor Adicionado Bruto (PIB) (em milhões R\$)	Contribuições Sociais efetivas (em milhões R\$)	Valor da Produção (em milhões R\$)	Ocupações
2010	12.201	8.706	50.581	63.474	3.495	117.330	60.278
2011	14.807	10.561	83.325	98.959	4.246	159.027	67.183
2012	16.279	11.863	107.274	124.570	4.416	189.352	71.487
2013	19.150	13.944	104.310	124.623	5.206	193.311	70.370
2014	22.953	17.029	105.326	129.598	5.924	216.706	72.548
2015	22.138	15.849	50.210	73.558	6.289	171.984	68.449
2016	21.861	15.933	- 890	22.035	5.928	125.532	55.684
2017	17.664	12.851	22.479	41.283	4.813	146.194	54.197
2018	16.917	12.359	82.275	100.760	4.558	225.938	50.144

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Tabela 9: Dados de demanda da MIP do Setor de Extração de Petróleo e Gás, inclusive atividades de apoio (0680), 2010-18.

Ano	Consumo Intermediário Total (em milhões R\$)	Exportações de bens e serviços (em milhões R\$)	Formação Bruta de Capital (em milhões R\$)	Demanda Final (em milhões R\$)	Demanda Total (em milhões R\$)
2010	77.514	28.490	11.599	39.816	117.330
2011	106.846	36.050	15.760	52.181	159.027
2012	135.496	39.763	19.421	53.859	189.352
2013	146.240	28.319	17.722	47.071	193.311
2014	156.117	38.455	17.770	60.589	216.706
2015	115.799	38.492	13.340	56.185	171.984
2016	78.029	34.636	11.825	47.503	125.532
2017	88.631	52.933	9.064	57.563	146.194
2018	133.390	92.727	11.369	92.548	225.938

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Esses dados podem ser compreendidos a partir da apreensão de dados relativos, como a Inversa de Leontief e a Matriz de Coeficientes Técnicos e com a informação dos valores de importações. Vejamos a tabela 10:

Tabela 10: Dados do setor de Extração de Petróleo e gás, inclusive atividades de apoio, extraídos da MIP (Setor 0680), 2010-18

Anos	Inversa de Leontief	Matriz de Coeficientes Técnicos (A)	Importações (em milhões R\$)
2010	1,59	0,34	9.203
2011	1,48	0,28	10.467
2012	1,41	0,24	13.054
2013	1,43	0,26	13.445
2014	1,48	0,28	18.362
2015	1,68	0,40	22.752
2016	2,01	0,58	22.664
2017	1,89	0,51	21.707
2018	1,67	0,38	27.868

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Diferente do setor de construção, o setor de extração de petróleo, inclusive atividades de apoio, apresenta um substancial aumento na inversa de Leontief e na Matriz A em 2015 e em 2016, período em que as políticas de conteúdo nacional para o setor atingem o auge. Isto é, com as políticas de conteúdo nacional, o multiplicador do setor passou de menos de 1,5 para

2,01 em dois anos, bem como aumenta o grau de dependência do setor em relação aos demais, justamente por demandar insumos e serviços nacionais. Com o avanço dos impactos da OLJ e o desmonte das políticas de conteúdo nacional a partir do império da “Ponte para o Futuro” (nome cunhado com base no conhecido estratagema neoliberal para dissimular seus reais objetivos), o multiplicador cai entre 2016 e 2018 de 2,01 para 1,67 (valor inferior ao de 2015) e o grau de dependência cai de 0,58 para 0,38. No período, apesar da recuperação do valor da produção, com forte aumento das exportações, não há recuperações dos empregos, dos salários e da remuneração, além disso, a formação bruta de capital permanece abaixo de todos os anos entre 2010 e 2016. Em outros termos, o aumento significativo do excedente operacional bruto não se explica pela retomada da atividade econômica do setor, mas da desvalorização do real e do aumento de exportação de óleo bruto no período, sem que haja acréscimo significativo de riqueza ao país.

Interligado ao setor de óleo e gás é o setor de fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros, que inclui o setor petroquímico e empresas como a Braskem, do Grupo Odebrecht. Vejamos as tabelas 11, 12 e 13:

Tabela 11: Dados de compra da MIP do Setor de Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros (2011), 2010-18.

Ano	Remunerações (em milhões R\$)	Salários (em milhões R\$)	Excedente Operacional Bruto (em milhões R\$)	Valor Adicionado Bruto (PIB) (em milhões R\$)	Contribuições Sociais efetivas (em milhões R\$)	Valor da Produção (em milhões R\$)	Ocupações
2010	6.738	5.042	7.163	14.430	1.696	88.947	86.072
2011	7.982	5.942	6.128	14.719	2.040	105.437	97.977
2012	8.381	6.226	4.066	13.075	2.155	114.237	94.108
2013	9.282	6.823	5.653	15.667	2.459	124.304	97.022
2014	10.299	7.873	7.647	18.734	2.426	135.209	103.443
2015	11.285	8.698	13.230	25.439	2.587	145.533	101.155
2016	12.175	9.284	17.625	30.842	2.891	149.575	97.588
2017	12.474	9.475	13.303	26.888	2.999	153.653	97.839
2018	12.903	9.758	12.505	26.696	3.145	179.506	92.285

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Tabela 12: Dados de demanda da MIP do Setor de Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros (2011), 2010-18.

Ano	Consumo Intermediário Total (em milhões R\$)	Exportações de bens e serviços (em milhões R\$)	Formação Bruta de Capital (em milhões R\$)	Demanda Final (em milhões R\$)	Demanda Total (em milhões R\$)
2010	71.460	9.733	591	17.487	88.947
2011	87.495	11.834	615	17.942	105.437
2012	95.672	13.064	1.238	18.565	114.237
2013	101.652	14.102	1.410	22.652	124.304
2014	110.185	14.806	610	25.024	135.209
2015	121.515	16.932	604	24.018	145.533
2016	122.238	16.750	631	27.247	149.575
2017	127.678	17.538	619	25.975	153.653
2018	155.633	19.441	714	23.873	179.506

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

Tabela 13: Dados do setor de Fabricação de Químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros, extraídos da MIP (Setor 2011), 2010-18.

Anos	Inversa de Leontief	Matriz de Coeficientes Técnicos (A)	Importações (em milhões R\$)
2010	2,07	0,56	19.226
2011	2,07	0,56	25.744
2012	2,12	0,57	29.142
2013	2,09	0,56	32.526
2014	2,10	0,56	34.414
2015	2,02	0,53	34.908
2016	1,96	0,52	33.652
2017	1,97	0,52	37.676
2018	1,99	0,52	48.562

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em NEREUS (2021).

O setor apresentou queda consistente na inversa de Leontief após 2014 e a leve recuperação em 2017 e 2018 não foi suficiente para recuperar o patamar anterior à 2015. O mesmo ocorre em relação à Matriz de Coeficientes Técnicos (Matriz A).

Outros setores também foram afetados. Até maio de 2015, eram 11 mil empregos fechados na indústria naval, caindo de 82 para 71 mil (PEDUZZI, 2015). Em outubro de 2015, outra reportagem mostrava que o setor empregava 64.092 trabalhadores em agosto de 2015, indicando mais 7 mil empregos fechados em cinco meses. Os impactos mais negativos eram nas atividades do setor nas regiões Norte, Nordeste e Sul. A mesma reportagem indica:

Os estaleiros que mais estão sofrendo são aqueles que acreditaram no então novo programa da Petrobras, que eram os chamados estaleiros virtuais, ou seja, os estaleiros maiores como o Estaleiro Atlântico Sul, Ecovix, Engevix, e o Jurong Aracruz [...] A Região Sudeste fica com 32.567; já a Nordeste, 6.712. Este número, diz, já mostra um grande impacto negativo uma vez que, só o Atlântico Sul empregava cerca de 10 mil profissionais e toda a região tem hoje um número bem inferior.

Quanto à Região Norte, o número de vagas geradas pelo setor chega a 8.900; e no Sul, 15.866, também mostrando queda na geração. Só o Ecovix, de acordo com Marcelo, chegou a empregar mais de 9 mil pessoas [...]

– Hoje, publicamente, o estado já tem três estaleiros fechados: Rionave, Sermetal e a base de operações da OSX. O Consórcio Eisa/Petro1 – que engloba o Mauá, em Niterói; e o Eisa, na Ilha do Governador – também está passando por grandes dificuldades: o Mauá fechou as portas e só está operando com reparo navais e está em discussão com a Petrobras e Transpetro sobre a finalização de três embarcações que vinham sendo construídas [...] (BERNARDES, 2015).

Como vimos, o avanço da Operação Lava Jato já denunciava uma fratura no bloco no poder, marcado pela falta de disposição ou capacidade do governo em enfrentar, pela incapacidade do Legislativo (amplamente financiado por essas empreiteiras) de frear a operação. Essa incapacidade está ligada à alteração de correlação de forças entre as frações burguesas e a colaboração internacional insatisfeita com o avanço dessas empresas brasileiras e com a proposta de integração Sul-Sul para a política externa. Além disso, os impactos dessa operação consolidam em termos econômicos a perda de protagonismo político e reduz decisivamente a capacidade dessa fração da burguesia nacional influenciar prioritariamente a agenda do Estado.

Conclusão

Os efeitos da Operação Lava Jato foram danosos para a economia nacional, contribuindo para o desemprego, para a desindustrialização e para o processo de reprimarização da pauta de exportações no Brasil. A redução das externalidades dos setores óleo e gás é patente.

A destruição do setor da construção pesada e a redução do setor de óleo e gás a um setor exportador de óleos brutos fizeram com que frações da burguesia ligadas à indústria perdessem protagonismo econômico, e conseqüentemente, político. Essa perda de protagonismo permitiu que a fração financeira da burguesia brasileira e uma certa burguesia comercial assumissem o proscênio da cena nacional. Exemplo disto são as faces públicas do empresariado brasileiro que sustentaram apoio ao governo Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Apoiadores como Luciano Hang, Flávio Rocha, Carlos Wizard, o ex-secretário da Desburocratização Salim Mattar representam uma fração da burguesia emergente que desfrutaram de posição privilegiada no novo governo. Bem como, o ministro da Economia, cuja pasta nasce da fusão de vários ministérios em gestões anteriores, revela um novo segmento da fração financeira da burguesia brasileira, que agora divide espaço com o protagonismo dos atores ligados aos bancos tradicionais.

Nesse artigo, descrevemos como a Operação Lava Jato produziu a terra arrasada em setores fundamentais para a acumulação de capital no Brasil. A reversão desses efeitos será trabalhosa e demandará uma mudança de perspectivas acerca dos conceitos dominantes na sociedade brasileira sobre desenvolvimento e gestão da economia.

Referências

ANDRADE GUTIERREZ. **Relatório anual 2010**. Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2011**. Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2012**. Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2013.** Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2014.** Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2015.** Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2016.** Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2017.** Imprensa, Documentos Seleccionados para Download. Disponível em <<https://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#>>. Acesso 15 maio 2021.

AGÊNCIA ESTADO. Após Operação Lava Jato, grupo Camargo Corrêa fica mais enxuto. In: **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jan. 2019. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/01/21/internas_economia,731829/apos-operacao-lava-jato-grupo-camargo-correa-fica-mais-enxuto.shtml. Acesso em 04 jun. 2021.

BERNARDES, Marcelo. Estaleiros sofrem com reflexos da Lava Jato e da crise política, diz SINAVAL. **Monitor Mercantil**, Brasília, 09 out. 2015. Disponível em <http://sinaval.org.br/2015/10/estaleiros-sofrem-com-reflexos-da-lava-jato-e-da-crise-politica-diz-sinaval/>. Acesso em 03 jun. 2021.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BRAGA, Maria do Socorro S. *et al.* Impacto da Lava Jato na atividade do Congresso Nacional. In: KERCHE, Fábio & FERES Júnior, João et al. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, pp. 137-198.

BRASIL. **Decreto n.º 64.345, de 10 de abril de 1969.** Institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional. Presidência da República, Casa Civil, 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64345.htm>. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Polícia Federal desarticulou organização criminosa que praticava crimes cibernéticos.**

Polícia Federal. Brasília, 23 jul. 2019a. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/07/policia-federal-desarticula-organizacao-criminosa-que-praticava-crimes-ciberneticos>>. Acesso em 02 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.13.869, de 5 de setembro de 2019.** Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13869.htm>. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Caso Lava Jato.** Brasília, Ministério Público Federal (MPF), [entre 2014 e 2021]. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>>. Acesso em 02 jun. 2021.

CAMARGO CORRÊA. **Relatório Anual 2010.** Relatórios Anuais. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20150510105520/http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/investidores/relatorios-anuais/relatorio-anual-2013.html>>. Acesso em 14 maio 2021.

_____. **Relatório Anual 2011.** Relatórios Anuais. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20150510105520/http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/investidores/relatorios-anuais/relatorio-anual-2013.html>>. Acesso em 14 maio 2021.

_____. **Relatório Anual 2012.** Relatórios Anuais. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20150510105520/http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/investidores/relatorios-anuais/relatorio-anual-2013.html>>. Acesso em 14 maio 2021.

_____. **Relatório Anual 2013.** Relatórios Anuais. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20150510105520/http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/investidores/relatorios-anuais/relatorio-anual-2013.html>>. Acesso em 14 maio 2021.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Estado e empreiteiros no Brasil:** uma análise setorial. 1993. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CAMPOS, Pedro H. P. **Estranhas catedrais:** as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduf, 2014.

_____. Os efeitos da crise econômica e da Operação Lava Jato sobre a indústria de construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, Londrina, jan/abr. 2019, p. 127-153.

CHAVES, Marilena. **A Indústria de Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica**. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

CHRISPIM, Denise. “Embaixador dos EUA: Brasil deve ‘confirmar sua tradição democrática’”. **Poder 360**, Brasília, 22 jul. 2021. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/estados-unidos/embaixador-dos-eua-brasil-deve-confirmar-sua-tradicao-democratica/>>. Acesso em 29 jul. 2021.

CONJUR – REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. “Lava Jato” discutiu divisão do dinheiro da Odebrecht com EUA e Suíça. **Revista Consultor Jurídico**, 22 fev. 2021. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2021-fev-22/lava-jato-discutiu-divisao-dinheiro-odebrecht-eua>>. Acesso em 07 jun. 2021.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO. **Relatório de Sustentabilidade 2019**. Disponível em <https://construtoraqueirozgalvao.com.br/wp-content/uploads/2020/12/CQG_Relatorio-de-Sustentabilidade_2019_VFinal2-compactado.pdf>. Acesso em 16 maio 2021.

COUTINHO, Carlos N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

CRISTOFOLINI, Diogo. **Análise das maiores construtoras internacionais e seu comportamento à luz da economia global e local**. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Civil). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177301/Trabalho_de_Conclus%C3%A3o_de_Curso_Diogo_Cristofolini.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 jun. 2021.

CUNHA, Alexandre dos Santos *et al.* **30 anos da Constituição Federal Brasileira: notas para um obituário precoce (1988-2018)**. Brasília: ANFIPEA, 2018.

DREYFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUMMOND, Carlos. Lava Jato: 5 anos depois, empresas pagam e empresários ficam livres. **Carta Capital**, São Paulo, 29 set. 2019. Disponível

em < <https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-5-anos-depois-empresas-pagam-e-empresarios-ficam-livres/>>. Acesso em 04 jun. 2021.

DUARTE, Letícia. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FAUS, Joan. Odebrecht obtém desconto, mas ainda terá que pagar a maior multa da história. **El País**, Washington, 17 abr. 2017. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/16/internacional/1492370705_751680.html>. Acesso em 07 jun. 2021.

FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **A transnacionalização da grande engenharia brasileira**. 1981. 330f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

GOES, Fernanda L. Financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior. **Texto para Discussão 2297**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, abril, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7833/1/td_2297.pdf>. Acesso em 12 maio 2021.

GUILHOTO, Joaquim J.M. & SESSO FILHO, Umberto. Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais. **Economia Aplicada**. Vol. 9. N. 2. Abril-Junho, 2005. pp. 277-299

_____. Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005. **Economia & Tecnologia**. UFPR/TECPAR. Ano 6, vol. 23, Out./Dez, 2010. ISSN 1809-080X.

HALL, Kevin; AMADO, Guilherme; HERDY, Thiago. Ex-embaixador mostra a visão dos EUA sobre Lava Jato e projeto de poder do PT. **Poder 360**, Brasília, 04 jul. 2019. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/bribery-division/ex-embaixador-mostra-visao-dos-eua-sobre-lava-jato-e-projeto-de-poder-do-pt/>>. Acesso em 06 maio 2021.

HOMERO, Valquíria. Leia o relatório da Polícia Federal sobre hackeamentos de Moro e Dallagnol. **Poder 360**, Brasília, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/lava-jato/leia-o-relatorio-da-policia-federal-sobre-hackeamentos-de-moro-e-dallagnol/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

JUNQUEIRA, Caio. Já ministro, Moro consultou Lava Jato sobre acordos internacionais. **CNN Brasil**, São Paulo, 26 fev. 2021. Disponível em

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/02/26/ja-ministro-moro-consultou-lava-jato-sobre-acordos-internacionais>>. Acesso em 29 maio 2021.

KANAAN, Gabriel L. O Brasil na mira do Tio Sam: o projeto pontes e a participação dos EUA no Golpe de 2016. In: PELEGRINELLI, Luiz M. & FERRAZ, Francisco C.A. (orgs.). **Anais do V Encontro Nacional de História dos Estados Unidos** [livro eletrônico]. Londrina: UEL, 2019, p. 117-130.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova**, São Paulo, 105, 2018, p. 255-286.

KERCHE, Fábio & FERES Júnior, João et al (coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

LAPORTA, Taís. Lava Jato e crise derrubam receita das grandes construtoras em 2016. **G1**, Rio de Janeiro, 04 maio 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/lava-jato-e-crise-derrubam-receita-das-grandes-construtoras-em-2016.ghtml>>. Acesso em 17 maio 2021.

MANCUSO, Wagner P. *et al.* Pragmatismo ou ideologia? Setores empresariais e financiamento de campanha em 2014. **Revista E-Legis**, v. 14, n. 34, Brasília, jan./abr., 2021, p. 29-49.

MORO, Sérgio F. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. **Revista CEJ – Conselho da Justiça Federal**, n.º 26, Brasília, jul./set., 2004, p. 56-62.

MOTA, Camila V.; NIERO, Nelson. Empresas envolvidas na Lava Jato demitem 300 mil em três anos. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/03/21/empresas-envolvidas-na-lava-jato-demitem-300-mil-em-tres-anos.ghtml>>. Acesso em 29 maio 2021.

NASCIMENTO, Jefferson F. & BEKER, Mateus H. Operação Lava Jato, Alterações de rótulos e o indicativo de realinhamento partidário entre 2014 e 2018. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, [s.l.], p. 297-323, ago. 2021.

NEREUS – NÚCLEO DE ECONOMIA REGIONAL E URBANA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Sistema de Matrizes Insumo Produto, Brasil (2010-2018)**. Dados e Programas, NEREUS, Matrizes de Insumo Produto, 2021. Disponível em:

<<http://www.usp.br/nereus/?dados=sistema-de-matrizes-de-insumo-produto-brasil-2010-2017>>. Acesso em 11 maio 2021.

ODEBRECHT S/A. **Relatório anual 2010/2011**. Relatórios anuais, 2011. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2011/2012**. Relatórios anuais, 2012. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2012/2013**. Relatórios anuais, 2013. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2013/2014**. Relatórios anuais, 2014. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2014/2015**. Relatórios anuais, 2015. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2015/2016**. Relatórios anuais, 2016. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2016/2017**. Relatórios anuais, 2017. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2017/2018**. Relatórios anuais, 2018. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

_____. **Relatório anual 2018/2019**. Relatórios anuais, 2019. Disponível em <<https://www.novonor.com.br/pt-br/a-novonor/relatorios-anuais>>. Acesso em 13 maio 2021.

PASCOETTO, Luis Gustavo de L. “Mani Pulite’ fonte de inspiração da Operação Lava Jato. **Cadernos de Pós-Graduação em Direito: estudos e documentos de trabalho**, Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, São Paulo, n.º 37, p. 4-19, 2016.

PAULA, Luiz F. de & MOURA, Rafael. As consequências econômicas da Operação Lava Jato. **Valor Econômico**, 28 ago. 2019. Disponível em <http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/VALOR-PAULA> -

MOURA.-Consequência das Anúncios-econ- da-Farsa-Jato.pdf. Acesso em 03 maio 2021.

PEDUZZI, Pedro. Lava Jato e crise resultaram no corte de 11 mil empregos na indústria naval. **Agência Brasil**, Brasília, 21 maio 2015. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-05/escandalos-e-crise-resultaram-no-corte-de-11-mil-empregos-na-industria>>. Acesso em 03 jun. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

REGO, Walquíria Leão & LOUREIRO, Maria Rita. CF 30 anos: significado histórico e sentido político. In: CUNHA, Alexandre dos Santos et al. **30 anos da Constituição Federal Brasileira: notas para um obitúário precoce (1988-2018)**. Brasília: ANFIPEA, 2018.

RIBEIRO, Ivo. Grupo Camargo Corrêa muda nome da holding para MOVER. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 ago. 2018. Disponível em: < <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/06/13/grupo-camargo-correa-muda-nome-da-holding-para-mover.ghtml>>. Acesso em 04 jun. 2021.

SCHELLER, Fernando. Em três anos, principais empresas citadas na Lava Jato demitiram quase 600 mil. **Estadão**, São Paulo, 22 abr. 2017. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-3-anos-principais-empresas-citadas-na-lava-jato-demitiram-quase-600-mil,70001748171>>. Acesso em 29 maio 2021.

SILVA, Fábio de Sá e (2020). From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014-2018). **Journal of Law and Society**, v. 0, n. 0, set. 2020.

SILVA FILHO, José H. **A internacionalização da Odebrecht no capitalismo dependente brasileiro**. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2017. Disponível em <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2472>. Acesso em 12 maio 2021.

VIANNA, Natalia; FISHMAN, Andrew; SALEH, Maryam. Como a Lava Jato escondeu do governo federal visita do FBI e procuradores americanos. **Agência Pública/The Intercept**, São Paulo/Rio de Janeiro, 12 mar. 2020. Disponível em < <https://apublica.org/2020/03/como-a-lava-jato-escondeu-do-governo-federal-visita-do-fbi-e-procuradores-americanos/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

VIANNA, Natalia; NEVES, Rafael. O FBI e a Lava Jato. **Agência Pública/The Intercept**, São Paulo/Rio de Janeiro, 01 jul. 2020. Disponível em <<https://apublica.org/2020/07/o-fbi-e-a-lava-jato/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

Elementos genealógicos da descolonização e da decolonização do Paraguai: a presença da teoria do poder de Michel Foucault

Fabio Anibal Goiris¹

Resumo: O presente trabalho procurou delinear o lugar e o formato ideológico dos acontecimentos da colonização espanhola e, sobretudo, tencionou definir o perfil genealógico da descolonização e da decolonização do Paraguai. Ao estudar estes dois processos fundamentais para a formação dos Estados Nacionais na América Latina, que são históricos, ideológicos e culturais, ao mesmo tempo, emergiu, quase naturalmente, um tema de grande importância: o poder, já estudado em profundidade por Michel Foucault. O filósofo francês examinou amplamente a questão do poder, além de classificá-lo em diferentes tipos, tais como o poder soberano, o poder pastoral, o poder disciplinar e o biopoder. A partir do exame destes poderes, procurou-se detectar também a origem de um poder ainda sem classificação: o aqui denominado poder ditatorial legal do doutor José Gaspar Rodríguez de Francia (1810-1840). Este poder peculiar, que emerge, pela primeira vez, no coração da América Latina do século XIX (poder ditatorial legal), irá apresentar características *sui generis* que congregam o poder absoluto, o poder pastoral e o poder disciplinar, num contexto de grande luta contra o avassalamento europeu e contra a burguesia local, onde o doutor Francia, ditador perpetuo do Paraguai, de forma corajosa e incomum, posicionou-se a favor das classes oprimidas e subalternas.

Palavras-chave: Descolonização; Decolonização; Poder; Michel Foucault.

¹ O autor é professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Realizou curso de pós-graduação em Sociologia Política na Universidade de Londres, Inglaterra e publicou vários livros como: Paraguai: Ciclos Adversos y Cultura Política, Editora Servilibro, Asunción, 2004. E-mail: fgoiris@hotmail.com.

Genealogical elements of Paraguay's decolonize and decolonization: the presence of Michel Foucault's theory of power

Abstract: The present work sought to outline the place and ideological format of the events of Spanish colonization and, above all, intended to define the genealogical profile of the decolonize and decolonization of Paraguay. When studying these two processes fundamental for the formation of Nation States in Latin America, which are historical, ideological and cultural at the same time, a theme of great importance emerged, almost naturally: power already studied in depth by Michel Foucault. The French philosopher broadly examined the issue of power, in addition to classifying it into different types, such as sovereign power, pastoral power, disciplinary power and biopower. From the examination of these powers, we also tried to detect the origin of a power still unclassified: the so-called legal dictatorial power of Doctor José Gaspar Rodríguez de Francia (1810-1840). This peculiar power, which emerged for the first time in the heart of 19th century Latin America (*legal dictatorial power*), will present sui generis characteristics that mix absolute power, pastoral power and disciplinary power, in a context of great struggle against European subjugation and against the local bourgeoisie, where Doctor Francia, perpetual dictator of Paraguay, in a courageous and unusual way, positioned himself in favor of the oppressed and subaltern classes.

Keywords: Decolonize; Decolonization.; Power; Michel Foucault.

1 Preâmbulo

Os processos de independência e formação dos Estados Nacionais na América Latina não ocorreram de maneira acomodada e pacífica. A independência dos povos colonizados, advieram sob os efeitos de resistências e revoluções. Assim, a descolonização ou a independência das colônias e o próprio surgimento dos Estados-nação se deu ainda na presença de um Poder soberano ou Poder imperial.

Os habitantes primitivos, os verdadeiros donos da terra, foram subjugados e despojados dos seus bens e de sua cultura pelos conquistadores espanhóis. Mais de 5 milhões de nativos da América espanhola, onde Cristóvão Colombo chegou, desapareceram em menos de um século. Esta é a gênese do denominado colonialismo. O clérigo espanhol Bartolomé de las Casas, defensor incansável da causa dos indígenas, denunciava os *encomenderos* que inferiorizavam os índios e negavam sua própria humanidade. Foi o primeiro religioso e intelectual a defender a decolonização dos povos colonizados da América. Com a decolonização emerge o sujeito colonial que reagiu cultural e politicamente contra os desígnios imperiais (BARBOSA, 2015).

Oscar Creydt (2010), assinala que, no Paraguai, com a chegada dos conquistadores espanhóis, iniciou-se um sistema onde os índios trabalhavam para os espanhóis sem reclamar em razão de que com o casamento com as índias tornavam-se cunhados dos europeus (sistema de *cuñadazgo*). Sobre este fato CREYDT (2010, p. 56) escreve: “*El objeto de esta doctrina era ocultar el hecho de que el Paraguay nació de la implantación violenta de la explotación de clases en un país donde había regido, hasta entonces, la sociedad comunista primitiva*”. Diante disto, cabe enfatizar que a expansão territorial e a dominação político-econômica das colônias mostraram-se facilitadas e representaram a condição indispensável para o desenvolvimento do capitalismo.

Este trabalho procura traçar um perfil genealógico da descolonização e da decolonização do Paraguai. Alguns sinais de decolonização são percebidos quando o doutor José Gaspar Rodríguez de Francia (1810-1840), conforme irá se descrever, se opõe ao caráter etnocêntrico do conhecimento e a sua articulação com as formas de dominação colonial/imperial (WHITE, 1984). Este trabalho procura detectar também a presença do poder soberano, do poder pastoral e do poder disciplinar, que fazem parte da tipologia apresentada e descrita na portentosa obra de Michel Foucault (FOUCAULT, 1983 e FOUCAULT, 1990). Ao mesmo tempo, procura apresentar uma categorização, aqui denominada de poder ditatorial legal, que emerge como uma variante dos poderes clássicos, mas, ainda sem classificação.

2 A independência do Paraguai e o governo do doutor Francia

A independência do Paraguai ocorreu em 14 de maio de 1811 e representou a essência da descolonização, entendida como o processo de independência política da colônia em relação com uma nação estrangeira.

Historicamente, em alguns momentos, esta descolonização se continua ou se inter-relaciona com o pensamento político decolonial (descolonização). Da mesma forma, o poder soberano, no começo do século XIX, perdia força para possibilitar, como expõe Foucault, o surgimento da biopolítica que inclui o poder disciplinar e o biopoder (FARHI NETO, 2010 e TAYLOR, 2011).

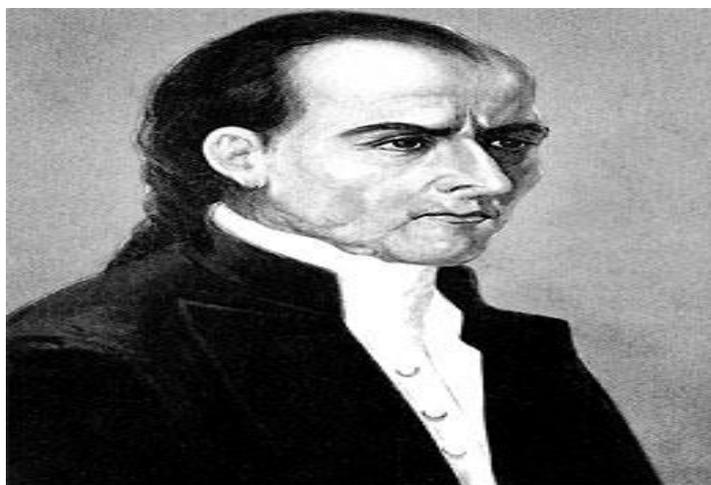
Após a independência, o Primeiro Congresso Nacional do Paraguai, reunido em 17 de junho de 1811, decidiu apostar no fortalecimento da soberania nacional e determinou o seguinte: 1) formar uma Junta de Governo integrada por cinco membros, entre estes o advogado e doutor em teologia José Gaspar Rodríguez de Francia (o célebre Doutor *Francia*). 2). Declarar aos espanhóis europeus inábeis para ocupar cargos públicos, que são funções reservadas aos naturais do Paraguai. 3). Manter a independência absoluta do Paraguai. Cabe lembrar que no Brasil, onze anos depois, deu-se o Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822 (CARDOZO, 1996 e VELÁZQUEZ, 1999).

Em 1816, como assinalam Benítez (1993) e Maestri (2015), o doutor Francia convocou um Congresso Extraordinário (celebrado na Igreja Catedral com a presença de mais de 1000 deputados, a maioria camponeses). Este congresso o nomeou Ditador Perpétuo da República do Paraguai. Isto significa que Francia aceitou o poder legalmente e não por golpe de Estado e permaneceu no poder até sua morte, por causas naturais, em 1840. Maestri, (2015), escreve que, na atualidade, a palavra ditador tem sentido antidemocrático e claramente negativo. Não obstante, no início do século 19, o título de ditador inspirava-se nas instituições da Roma antiga, onde os senadores designavam democraticamente um magistrado para exercer o poder em nome da República, particularmente em tempos de crise.

O Estado na época do Dr. Francia (1810 – 1840), tornou-se o principal proprietário de terras e outros bens, em decorrência dos confiscos realizados sobre os bens da oligarquia espanhola e espanholista. Prado (1996) diz que o Dr. Francia, em 1815, nacionalizou não somente os bens da burguesia, mas os bens da igreja (que perdeu seus privilégios, seus dízimos e sua dependência de Roma). Não obstante, continuou permitindo o culto religioso. Aliás, para alguns autores, esta era a única liberdade que existia no Paraguai (BENÍTEZ, 1993). A abundância de terras nas mãos do Estado, um Estado popular e revolucionário, permitiu a Francia organizar as propriedades rurais denominadas de “*estancias de la pátria*”, que eram terras arrendadas a preço baixo aos camponeses. Emergia uma espécie de Estado popular revolucionário ou até mesmo uma forma de socialismo agrário (LEWIS, 1986, p. 39).

Lewis (1986) assinala que, com a morte do Dr. Gaspar Rodríguez de Francia, em 1840, as finanças do Estado mostravam um invejável superávit. O Paraguai tornou-se uma República independente cuja existência foi garantida pela presença de um exército poderoso. Além disso, através do confisco da maioria das terras férteis e das propriedades da burguesia, foi estabelecido um sistema de aluguel público no país. Era o período da República camponesa, como assinala Maestri (2015), e que faz parte fundamental da Primeira República (1810-1865). Finalmente, ainda de acordo com Lewis (1986), o aspecto reconhecidamente positivo do governo do Dr. Francia (Figura 1) está relacionado à sua própria pessoa. Era um governante considerado honesto e parcimonioso nos gastos públicos: sua própria vida tinha sido a de um asceta, e ele havia imposto essa mesma disciplina ao seu povo. O celebrado escritor paraguaio Augusto Roa Bastos escreveu a novela histórica *Yo El Supremo*, baseado na vida de Francia. Alguns anos depois, em 1990, Roa Bastos recebia o prêmio máximo da literatura espanhola, o prêmio Miguel de Cervantes.

Figura 1: Doutor José Gaspar Rodríguez de Francia (1766 – 1840)².



² Nasceu em Assunção e doutorou-se em Teologia pela ancestral Universidade de Córdoba, Argentina. Em 1816 foi nomeado pelo Congresso como Ditador Perpétuo do Paraguai. Governou por quase 30 anos e morreu como um asceta, em 1840, de causas naturais. Deixou o país com notável superávit econômico. Criou um Estado revolucionário popular ou ainda uma forma de socialismo agrário. É considerado o pai da nacionalidade. Criou um Estado revolucionário popular ou ainda uma forma de socialismo agrário. É considerado o pai da nacionalidade.

3 O surgimento do poder ditatorial legal na prática política do doutor Francia. O lugar da descolonização e da decolonização.

A descolonização se iniciou pela superação do Poder soberano espanhol. Os suplícios seguidos de fuzilamentos públicos de prisioneiros constituem um clássico exemplo do poder soberano. O suplício é a utilização do corpo, como um receptáculo de uma pena corporal dolorosa. O último suplício seria a pena de morte (FOUCAULT, 1987). Não obstante, existem diferenças fundamentais deste poder soberano imperial com o poder ditatorial do doutor Francia. No Paraguai, com a descolonização, passou a não mais existir o poder soberano. Francia dizia que a própria escravidão da época colonial fora extinguida no Paraguai. Desapareceram o imperialismo europeu e a sua dominação política e econômica. Emerge, em seu lugar, o poder de um ditador solitário (Francia), que governa um país independente.

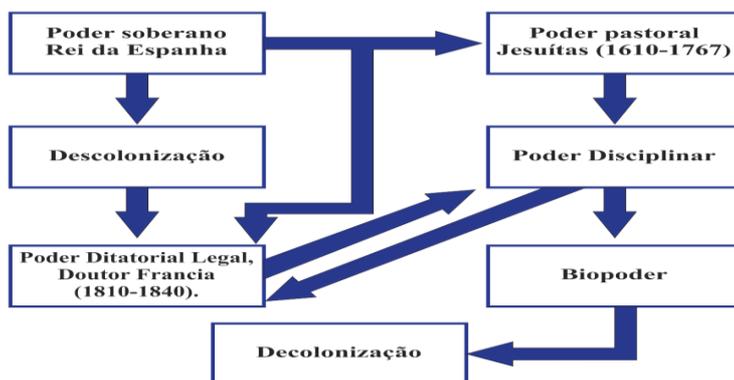
O poder específico criado pelo doutor Francia pode ser definido como um poder ditatorial legal. Este poder escapa da classificação dada por Michel Foucault, uma vez que não era mais um poder soberano, nem um poder pastoral e tampouco chegava a ser um poder disciplinar, na sua forma pura. O poder ditatorial legal, diferentemente do poder soberano, esteve representado por um Estado nacionalista, popular e revolucionário e que funcionava como uma combinação genealógica de dois poderes anteriores (soberano e pastoral) e ainda com ampla interação com o concomitante poder disciplinar (ver Figura 2). O poder ditatorial legal, tal como ocorria no tempo do poder soberano, ainda produzia suplícios e mortes em locais públicos, pois, estavam previstos nas leis do Estado. Contrariamente, nas ditaduras militares, os suplícios, torturas e mortes eram executadas em forma clandestina, nos famigerados porões. Além disso, as ditaduras militares acediam ao poder ilegalmente, ou seja, mediante golpes de Estado.

Uma parte dos suplícios e mortes próprios do poder soberano permaneceram no poder ditatorial legal. Em 1820 o doutor Francia descobriu uma conspiração arquitetada por um grupo pertencente à oligarquia espanhola e às grandes famílias do Paraguai. O ato de sedição, visando assassinar o Ditador, deveria ocorrer durante o seu tradicional passeio a cavalo. Não obstante, como assinala o historiador norte-americano Richard Alan White, (1984, p. 91), o “sistema de espionagem” do ditador conseguiu detectar a conspiração. Cabe lembrar que o controle, a vigilância e a espionagem sobre os cidadãos já são características de outro poder apontado por Foucault (2018), o poder disciplinar. Em poucos dias o número de

arrestados por Francia já tinha aumentado de 35 para 178 prisioneiros. Vários destes foram executados publicamente (pelotão de fuzilamento), entre os quais o coronel argentino Juan Baltazar Vargas. O grande herói da independência do Paraguai Fulgencio Yegros também foi sentenciado e fuzilado em 1821. O herói da descolonização, o capitão Pedro Juan Caballero, militar e fazendeiro, antes de ser fuzilado, suicidou-se na prisão. Outros heróis da independência pátria foram sumariamente fuzilados, entre os quais Fernando de la Mora, Vicente Ignácio Iturbe e os Baldovinos, pai e filho (CARDOZO, 1996; WHITE, 1984). Contudo, diferentemente do poder soberano, o governo de Francia encarnava uma ideologia marcadamente nacionalista, popular, descolonizadora e anti-imperialista.

O poder ditatorial legal do doutor Francia inspirou-se também no poder pastoral dos padres jesuítas (ver Figura 2). Estes já cuidavam do corpo e da alma dos índios, exercendo, no entanto, um forte poder hierárquico e de controle. Assim, Francia criou os primeiros presídios (como a *cárcel de Tevegó*), inaugurou escolas, fábricas de armas e de tecidos, construção de *buques* de guerra, edificação de postos de entrega de medicamentos, hospitais, quartéis e asilos; elementos próprios do poder disciplinar. Em 1823 foi inaugurada a primeira biblioteca pública do Paraguai, contendo mais de 5.000 volumes (WHITE, 1984). As pessoas passaram lentamente a serem controladas sob condições disciplinares, ou seja, sob o sigiloso efeito do antigo *panóptico de Bentham* e não mais sob o espectro ferino da soberania imperial. O doutor Francia já acreditava numa arquitetura de maximização da eficiência da disciplina na vida em comunidade.

Figura 2: Genealogia do Poder ditatorial legal, na perspectiva de poder de Michel Foucault.



O Poder Ditatorial Legal do Doutor Francia (1810-1840), foi uma nova forma de poder que emergiu a partir do poder

soberano e do poder pastoral. A descolonização (independência) está presente nesse processo. O Poder ditatorial legal interage com o poder disciplinar, de onde emerge o biopoder. A partir do poder ditatorial e do poder disciplinar e ainda do biopoder se fortalece a decolonização.

4 As características do Poder ditatorial legal do doutor Francia

De acordo com Farhi Neto (2010) e Taylor (2011), Michel Foucault outorga grande valor ao poder pastoral na gênese do poder disciplinar. Nas reduções já não eram permitidos os castigos físicos que poderiam levar os índios à morte. Este poder pastoral, dos jesuítas, tratava o corpo como um objeto de cuidado e não como alvo e foco para o suplício (TAYLOR, 2011). Os jesuítas já demonstraram que a colonialidade do poder, apresenta resultados nefastos para os povos autóctones. Até os dias de hoje a colonialidade do saber, de caráter etnocêntrico que Jesse Souza (2018), prefere identificar como racismo cultural ou racismo culturalista, é um trágico exemplo para os interesses decoloniais. Estudos sobre pós-modernidade, no Paraguai, podem lançar alguma luz sobre a permanência do tema da colonialidade na própria cultura contemporânea (GOIRIS, 2014). O pensamento decolonial embora tenha se iniciado em torno de 1990, nos Estados Unidos, mediante uma releitura de um texto do sociólogo Aníbal Quijano (ALMEIDA e SILVA, 2015), teria sua mais ancestral genealogia na abordagem humanista e no tratamento igualitário e ético dado pelos jesuítas aos índios das reduções em pleno século XVII. Os sacerdotes jesuítas ficaram no Paraguai por 150 anos, até serem expulsos em 1760.

Goiris (2004), se refere ao sistema econômico das reduções jesuíticas do Paraguai, dizendo que os jesuítas, implantaram, mais de 200 anos antes de Karl Marx (1818-1883), dois tipos de propriedade: o *avá-mbaé* (particular de cada índio) e o *tupã-mbaé* (propriedade de Deus e, portanto, da comunidade). No sentido econômico, o *tupã-mbaé* era uma sociedade de produção coletiva, uma propriedade comunal. Nas Missões não houve confronto de forças individuais opostas e ambiciosas, mas uma direção centralizada e hierárquica. Esta seria a genealogia socioeconômica do poder disciplinar e da própria biopolítica. Oliveira, (2019), no seu trabalho de Dissertação *O poder pastoral e a análise da biopolítica a partir de Foucault*, assinala que na relação do cristianismo

com a biopolítica, buscou-se entender como a biopolítica encontra no poder cristão um terreno apropriado para se desenvolver, valendo-se de suas tecnologias e de como se dá a transformação da noção de governo enquanto uma arte de governar.

O doutor Francia, de alguma maneira, seguiu estes mesmos princípios dos jesuítas. O ditador em vez de utilizar a pena de morte, embora ainda existia para os casos de sedição, criou instituições no Paraguai que incluem escolas, hospitais, serviço militar e o novo quartel do exército, além do presídio de *Tevegó* (WHITE, 1984). Este processo já representava o esvaziamento do poder soberano e o surgimento da biopolítica, especificamente do poder disciplinar. Assim, no poder disciplinar, prevalece o controle, a vigilância e a aplicação de penalidades (FOUCAULT, 1992). Emerge, no Paraguai, a própria governamentalidade, como diz Foucault (1992), no seu livro *Microfísica do poder*, que poderia ser resumida como um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e táticas para o exercício do poder disciplinar.

Nesse sentido, durante a hegemonia do poder ditatorial legal, emergiram elementos genealógicos da biopolítica e da decolonização. O doutor Francia criou um sistema educacional para o país, enfatizando o ensino primário (em 1834 existiriam 140 escolas primárias, uma para cada 1.300 habitantes, com marcada ideologia nacionalista, igualitarista e anti-imperialista (MAESTRI, 2015). Houve também a implantação, como afirma White (1984, p. 110), de "um fascinante documento chamado Catecismo político" ou "Catecismo Pátrio Reformado", que era utilizado nas escolas. Utilizando o formato de perguntas e respostas, o Catecismo político, refletia sobre a importância da abolição da escravidão no Paraguai; exortava também aos estudantes o valor do patriotismo e do nacionalismo levados até as últimas consequências e ainda atacava os inimigos da República que eram os espanhóis, "os antigos mandatários que tencionavam nos entregar a Bonaparte e outros ambiciosos de mando...".

Velásquez, (1999), aponta também para os três documentos fundamentais desenvolvidos pelo doutor Francia, considerados indispensáveis para o desenvolvimento do nacionalismo anti-imperialista e certamente para o fortalecimento da descolonização e para a gênese da decolonização: 1) a Nota do dia 20 de julho de 1811, enviada a Buenos Aires para proclamar a independência do Paraguai; 2) o Regulamento de Governo de 1813, uma espécie de constituição que declara a soberania da República e toma outras providências e 3) o Catecismo Pátrio Reformado, célebre, embora discutido, guia escolar, onde o ditador revela o seu sistema de governo (regulado por "princípios sábios e justos"). Este catecismo pátrio

recomendava que, dentro do espírito igualitarista, e nos moldes definidos por Jean Jacques Rousseau, cuja obra *o contrato social*, foi publicado em 1762 e fazia parte da biblioteca de Francia, todos deveriam "*trabalhar em comunidade*".

Pode-se concluir que não é por casualidade que, menos de 50 anos depois do governo do doutor Francia, o soldado guarani (que era o próprio cidadão, o camponês dono da sua terra e não o mercenário), sob o comando do marechal Francisco Solano López, demonstrou, na Guerra do Paraguai, um patriotismo e um nacionalismo extraordinários, além de uma galhardia indômita demonstrada nos campos de batalha.

Sob outra perspectiva, o Catecismo de José Antônio de San Alberto, publicado na Espanha em 1786, visando dar apoio à política da monarquia europeia, foi adotado com alterações no Paraguai e em outros países da colônia. O doutor Francia promoveu mudanças conceituais e variações ideológicas chamando-o de Catecismo Pátrio Reformado, de forte conteúdo anti-imperialista. Os alinhados à teoria marxista dizem que, sob Francia, se criou no Paraguai um Estado popular independente (VILABOY, 1991). Já autores como Lewis, (1986), assinalam que se tratava de um socialismo de Estado, que manteve o país política e culturalmente mais homogêneo e igualitário. De acordo com Meliá e Cáceres, (2010), durante o governo de Carlos Antônio López, o célebre catecismo ainda era utilizado nas escolas e, em 1863, no governo de Francisco Solano López, o catecismo de San Alberto foi reeditado.

Referências

ALMEIDA, E. A. SILVA, J. F. Abya Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. **R. Interterritórios**, 1.1, UFPE, 2015.

BARBOSA, A.M. O *locus* hermenêutico de Bartolomeu De las Casas. **Revista Último Andar**, n.26, p. 59-74, 2015.

BENÍTEZ, L. G. **Historia cultural**. Reseña de su evolución en el Paraguay. Asunción: Vercam, 1993.

CARDOZO, E. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: El lector, 1996.

CREYDT, O. **Formación histórica de la nación paraguaya**. Asunción: Editorial Servilibro, 2010.

- FARHI NETO, L. **Biopolíticas**. As formulações de Foucault. Florianópolis: Ed. Cidade Futura. 2010.
- FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar**. Nacimiento de la prisión. México: Siglo XXI Editores, 1983.
- FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1992.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2018.
- GOIRIS, F.A.J. **Paraguay**. Ciclos adversos y cultura política. Asunción: Editora Servilibro, 2004.
- GOIRIS, F. A. J. Paraguay posmoderno: cultura y etnografía en la isla rodeada de tierra. **Revista Tempo da Ciência**, v. 21, p. 113-123, 2014.
- OLIVEIRA, L.C.S. **O poder pastoral e a análise da biopolítica a partir de Foucault**. Dissertação de Mestrado.UFG, Goiânia, 2019.
- PRADO, M.L. **A formação das nações latino-americanas**. 14ª e. São Paulo: Atual Edit., 1996.
- SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**. Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Leya, , 2018.
- TAYLOR, D. **Michel Foucault**. Conceitos Fundamentais. Petropolis: Vozes, 2011.
- VILABOY, S. G. **Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista**. 1811-1870. Asunción: Carlos Schauman Edit., 1991.
- VELÁZQUEZ, R.E. **Breve historia de la cultura en el Paraguay**. Asunción: Publicaciones UCA, 1999.
- WHITE, A.R. **La primera revolución radical de América**. Paraguay (1811-1840). Asunción: Edic. República, 1984.

O MST e a Agroecologia: entre autonomia e a reciprocidade assimétrica

Miguel Angelo Lazzaratti¹

Resumo: Estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis têm sido pensadas em várias partes do mundo como forma de combater a crescente escassez dos recursos do planeta, o que também tem ocorrido no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento construiu um Projeto de Desenvolvimento Agroecológico para o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante D'Oeste, estado do Paraná. Assim, neste artigo, o escopo é analisar a implementação desse projeto e as mudanças que dele ocorreram, identificando-se o processo de transição agroecológica. Este estudo ancora-se nas discussões teóricas da sociologia rural e da agroecologia. Os dados e as informações apresentados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas ocorridas no período de 2015 e 2017, e atualizados em 2021. Os resultados indicam que, a partir do momento em que as famílias optaram pela agricultura sem agroquímicos, tendo em vista o desejo de fazer desse assentamento o primeiro a produzir 100% nos moldes da agroecologia, iniciou-se um processo de árdua labuta e de sobrevivência das famílias em produzir com base nessas novas práticas. A proposta, introduzida de cima para baixo (dos líderes dos movimentos para os assentados), não levou em consideração as características históricas, sociais e culturais dos assentados. Ademais, não houve uma maior discussão com esses sujeitos dos elementos envolvidos no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento. As relações assimétricas que se desenvolveram culminaram no rompimento com a proposta de produção sustentável, levando as famílias a retornarem ao modo convencional de produção. O conceito de soberania alimentar assumiu novos contornos para os sujeitos desse assentamento, sendo sinônimo de sobrevivência familiar e autonomia. Essas conclusões reforçam que qualquer proposta de desenvolvimento agroecológico deve ser pensada juntamente com os que serão por ela afetados (os assentados da reforma agrária, por exemplo), além de serem elaboradas políticas públicas para assessorar as famílias agricultoras.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamento; Condicionamento; Desenvolvimento sustentável; Ação coletiva.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo

The MST and Agroecology: Between autonomy and asymmetrical reciprocity

Abstract: More sustainable rural development strategies have been considered in various parts of the world as a way to combat the growing scarcity of the planet's resources, which has also occurred within the Landless Rural Workers Movement (MST). This movement has built an Agroecological Development Project for the Ander Rodolfo Henrique Settlement, located in the municipality of Diamante D'Oeste, state of Paraná. Thus, in this article, the scope is to analyze the implementation of this project and the changes that occurred from it, identifying the agroecological transition process. This study is based on the theoretical discussions of rural sociology and agroecology. The data and information presented were collected through semi-structured interviews that took place in 2015 and 2017, and updated in 2021. The results indicate that, from the moment the families opted for agriculture without agrochemicals, in view of the desire to make this settlement the first to produce 100% along the lines of agroecology, a process of hard work and survival began for the families to produce based on these new practices. The proposal, introduced from top to bottom (from the leaders of the movements to the settlers), did not take into consideration the historical, social and cultural characteristics of the settlers. Furthermore, there was no major discussion with these subjects about the elements involved in the settlement's Development Project. The asymmetric relationships that developed culminated in the rupture with the sustainable production proposal, leading families to return to the conventional mode of production. The concept of food sovereignty has taken on new contours for the subjects of this settlement, being synonymous with family survival and autonomy. The conclusions of this study reinforce that any proposal for agroecological development must be thought out with those who will be affected by it (the agrarian reform settlers, for example), in addition to the elaboration of public policies to assist farming families.

Keywords: Agroecology; Settlement; Conditioning; Sustainable development; Collective action.

Introdução

Nas últimas décadas, têm crescido as discussões em torno de estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis, a fim de contribuir

tanto para a vida dos sujeitos, na atualidade, quanto para as gerações vindouras, considerando a crescente escassez dos recursos do planeta. Tais estratégias têm movimentado ações por parte de vários setores da sociedade, algo que também aconteceu no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diante disso, neste artigo, direcionamos nossos olhares para as mudanças implementadas pelo MST em um assentamento de reforma agrária sob sua direção, o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante d'Oeste, no estado do Paraná. O objetivo é analisar o processo de mudança das ações dos sujeitos que vivem nesse local específico e a implementação de um projeto agroecológico e de transição agroecológica. Neste estudo, compreendemos as mudanças agroecológicas como sendo o não uso de agroquímicos nos lotes do assentamento, optando-se por uma agricultura não convencional do tipo naturalista, sem agrotóxicos.

A direção do MST, por meio da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), procurou introduzir e produzir novas práticas não convencionais na agricultura. Em um primeiro momento, elas foram bem recebidas pelos assentados na esperança de produzir sob um novo paradigma agrícola sustentável e agroecológico. No entanto, esse modelo não se sustentou devido à demora do retorno financeiro dessas práticas produtivas e à cultura generalizada de que o uso de agroquímicos resulta em um rendimento mais rápido para as famílias em termos econômicos. Além desses aspectos, a não aceitação desse modelo está relacionada à falta de discussões e de uma participação mais efetiva de todos assentados para aquilo que seria o modelo alternativo de segurança alimentar.

Para a concretização deste estudo, as reflexões organizaram-se em três etapas: (i) a implementação do projeto; (ii) a resposta dos assentados às novas práticas agrícolas chamadas agroecológicas; e (iii) o rompimento e a atualização da realidade do assentamento até o final do ano de 2021.

Como forma de apresentar os resultados deste estudo, organizamos o texto da seguinte forma: inicialmente, destacamos os contornos metodológicos da pesquisa; posteriormente, ressaltamos o contexto histórico do PDA agroecológico e seus limites; na sequência, a partir da fala de assentados entrevistados, indicamos os desafios e os limites da implantação de tal projeto no Assentamento Ander Rodolfo Henrique; dando continuidade, enfatizamos a visão dos assentados sobre o conceito de soberania alimentar; por fim, tecemos as considerações finais.

Metodologia: um olhar sociológico entre a prática de agricultura agroecológica e a convencional

A elaboração deste texto tem como ponto de partida a pesquisa de mestrado realizada nos anos de 2015 a 2017, (SOUZA, 2017; SOUZA 2018), cujo escopo foi analisar os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas no assentamento Ander Rodolfo Henrique, em Diamante d'Oeste (PR). Neste texto, retomamos algumas discussões mobilizadas na pesquisa e as atualizamos, ao retornamos ao lócus investigativo para verificar a situação dos assentados após o rompimento com o PDA.

No estudo desenvolvido em XXX, analisamos o PDA do assentamento, a forma como ele foi construído, a interlocução entre líderes do MST e os assentados para depois nos debruçarmos em documentos internos do movimento, bem como de uma revisão de literatura relacionada à agroecologia e aos modelos assimétricos implantados em diversas realidades rurais ligadas a movimentos sociais. Para além de um estudo documental, realizou-se também um estudo de caso, focalizando especificamente o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, ocasião em que entrevistamos, no ano de 2016, alguns assentados, com o intuito de compreendermos os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas.

Em 2021, realizamos novas entrevistas com pessoas e/ou famílias (11, no total) que mais se envolveram com as novas práticas agroecológicas quando essas foram implantadas, a fim de verificar como estão atualmente e como entendem o conceito de soberania alimentar. As entrevistas foram semiestruturadas pois entendemos que nesse modelo, o entrevistador tem uma participação bem mais ativa, embora ele deva observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões. Contudo, ele pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto. (COLOGNESE; MELLO, 1998).

A partir desses contornos metodológicos, a seguir, contextualizamos o PDA e o Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

O contexto histórico do PDA agroecológico e seus limites

A configuração do assentamento Ander Rodolfo Henrique começou a tomar forma quando, em 11 de setembro de 2001, a antiga fazenda Comil,

localizada no município de Diamante D'Oeste, foi ocupada. A desapropriação área ocorreu no dia 24 de novembro de 2003, momento em que se criou o Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Na fazenda de 3.097,68 hectares, que era de um único proprietário, atualmente estão assentadas 108 famílias (SOUZA, 2017; SOUZA, 2018).

Após conquista da área para assentar as diversas famílias, emergiu a demanda de se pensar o PDA. Essa discussão durou vários meses em torno de uma proposta audaciosa para consolidação de um assentamento agroecológico. Protagonizando o debate para estruturação do PDA agroecológico, o MST conduziu as discussões em torno da viabilidade da área tornar-se a primeira do estado do Paraná a ser totalmente agroecológica. Foi um período com diversos debates acalorados e encontros para se definir uma matriz de produção que gerasse novos horizontes para a reforma agrária. O programa produtivo do PDA foi elaborado baseado no *Regimento Interno* do assentamento que proíbe o uso de agrotóxicos (inseticidas e fungicidas) e fertilizantes sintéticos (ureia e superfosfato), além da aplicação de produtos químicos nos animais e na prática das queimadas (SOUZA, 2017; SOUZA, 2018).

O Regimento Interno é o documento que organiza a política interna do assentamento e estabelece as normas que garantem a organicidade das famílias, em harmonia com os princípios do MST. No caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique, “Esse documento é anterior ao PDA e definia, em última instância, por meio de assembleia geral, qual a matriz tecnológica seria adotada nas linhas de produção agroecológica.” (SOUZA, 2017, p.38). Essa definição, que posteriormente constituiu os princípios a serem seguidos pelas famílias, delimitou a implementação de um novo modelo de assentamento no estado do Paraná, que se constitui um verdadeiro desafio lançado às famílias, já que o plano de desenvolvimento sustentável seria a base de produção e de organização do assentamento. As famílias fizeram um pacto para consolidação desse projeto, e a obrigação coletiva de produzir de forma agroecológica iniciou a partir da distribuição dos lotes para cada família final do ano de 2003.

Diante do desafio assumido pelas famílias assentadas de trabalhar com práticas agroecológicas, “Em 2013, esse processo foi revertido e tanto o PDA quanto o regimento interno foram abandonados.” (SOUZA, 2017, p.38). Quais foram os fatores que levaram à ruptura com o modelo agroecológico? A seguir, concentramo-nos em responder a esta pergunta.

Desafios e limites do PDA agroecológico para reforma agrária: as ações coletivas e individuais em jogo

Conforme pontuam Gonçalves (2008), Barcellos (2010) e Borges (2010), foi a partir de seu IV Congresso Nacional que o MST assumiu de forma explícita a agroecologia como uma base na qual a concretização da reforma agrária no Brasil deveria ser arquitetada. Segundo Borsatto e Carmo (2013), o Paraná se destaca como uma das regiões em que as lideranças desse movimento mais defenderam a proposta agroecológica e se esforçaram para difundi-la. O MST paranaense consolidou-se como referência para outras regiões do país, criando centros de formação e capacitação técnica em agroecologia.

Borsatto e Carmo (2013) explicam que, para o MST, o agricultor assentado não era mais um mero objeto, mas passou a ser “um sujeito criando a sua própria existência, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor.” (BORSATTO; CARMO, 2013, p.657). Essa mudança no perfil do agricultor assentado é verificada na observação de Lazzaretti (2007), ao descrever que há uma ruptura, muitas vezes, “quando se passa dessa fase da preparação e acampamento, em que as famílias estão unidas para conquistarem a terra para a fase do assentamento em que ocorre a posse individual da terra.” (LAZZARETTI, 2007, p.38). Nesse caso, os assentados, de acordo com o autor, se mostram um pouco apáticos à ideia dos líderes do movimento. O pesquisador ainda pontua que as lideranças não abrangem a totalidade dos assentados e nem sempre suas posições ideológicas harmonizam-se com a população assentada e suas necessidades.

Ao analisarmos o assentamento em estudo, podemos observar que, da forma como foi alicerçada a proposta de assentamento agroecológico, a coordenação do MST teve como desafio convencer as famílias a aderirem ao projeto (SOUZA, 2017). A partir de um contato direto com os assentados, constatamos que a agroecologia foi uma ferramenta de imposição para que agricultores aderissem à proposta. Desse modo, trata-se de um projeto ambicioso conduzido de cima para baixo, para a construção de uma proposta que seria um modelo de assentamento no estado Paraná. Souza (2017) argumenta o MST teve como desafio impulsionar e fomentar a agroecologia em áreas de assentamentos da reforma agrária, e coube à direção e à coordenação do assentamento problematizar essa nova práxis de produção sustentável.

No âmbito do movimento, a agroecologia significa o estímulo à “prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos” (MST, 2000, p. 50). Essa postura, de acordo com o documento *A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira*, evitaria gastos com produtos químicos agressivos à natureza, além de permitir que alforrasse a criatividade dentre os membros do grupo, a fim de produzir uma nova matriz tecnológica.

Assim sendo, as famílias aceitaram o desafio de construir o PDA de base agroecológica, mas esse comprometimento foi constituído e aceito mais como uma dívida moral das famílias para com o movimento social do que propriamente um convencimento de que essa proposta era a melhor para todos (SOUZA, 2017). O anseio do MST em consolidar um contraponto à agricultura hegemônica o levou a impor uma nova lógica de organicidade, mas sem um amadurecimento e conhecimento por parte dos assentados do que seria trabalhar a agroecologia. As famílias aceitaram produzir nessa perspectiva porque foram assentadas pela luta e pela organização do próprio MST, e seria, desse modo, uma obrigação aderir ao projeto de assentamento. Lazzaretti (2007) e De Souza (2016) mencionam que os assentados têm uma dívida moral com o MST, que foi gerada por uma relação de reciprocidade assimétrica, produzindo respeito, obediência e dependência. Esse sentimento de dívida (mais que a própria dívida material) “revela, originalmente, uma relação assimétrica, uma estrutura de dependência que permite o surgimento da subjetividade.” (GODBOUT, 2007, p.167, tradução nossa). Esse novo jeito de fazer agricultura rompeu com os paradigmas dos sujeitos do campo, sendo necessária uma adaptação às novas práticas culturais que nortearam a maneira de se ver a agricultura (LAZZARETTI, 2007; SOUZA; LAZZARETTI, 2020).

A reciprocidade mencionada por Lazzaretti (2007) é considerada por Sabourin (1999) como uma norma moral, generalizada e universal, essencial à manutenção de estruturas e de sistemas sociais estáveis. Foi com base nesse princípio, o da reciprocidade, que a construção do projeto agroecológico foi garantida.

A reciprocidade assimétrica, conforme destaca Sabourin (1999), mede o quanto a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação de trabalho, mesmo se essa é necessária ou até indispensável. Na mesma direção, Ostrom (1998), Souza (2021) constata que a aprendizagem das relações de reciprocidade – e, conseqüentemente, a sua prática – criam um círculo virtuoso de reciprocidade, de confiança e de reputação. Esse foi o cenário das famílias do assentamento Ander Rodolfo Henrique, já que tais sentimentos fizeram com que as famílias assumissem

uma dívida moral com as normas e anseios de projetos do MST (LAZZARETTI, 2007).

As novas formas de organização do assentamento, promovidas geralmente por intervenções externas e assimétricas, como já ressaltado, suplantaram as formas preexistentes de organização dos agricultores, as quais eram marcadas pelas labutas da sua constituição como sujeitos e representavam às suas percepções de mundo. Os agricultores assentados tinham outros planos para do que e como produzir na terra conquistada com muitas lutas e sofrimento, como observamos na fala de um assentado:

Até pelo respeito pela própria a organização, até por isso, respeito a organização, porque, era fechado para ser aquilo, mesmo que se sabia que alguns que não faziam, um respeito a organização. Até mesmo depois que o pessoal começou mesmo a usar mais forte o veneno vamos dizer assim, eu ainda demorei um pouco e não por falta de vontade de usar né, demorei um pouco, vê cê tinha outra oportunidade. (Assentado G.L., 2016).

Mesmo não tendo ideia formada em torno da agroecologia, os agricultores, como foi o caso de G.L, aderiram ao projeto de desenvolvimento sustentável de base agroecológica. Essa relação de dívida moral foi o que manteve o projeto agroecológico por vários anos. “O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário” (SABOURIN, 2011, p.38). Nesse aspecto, G.L. sentia-se obrigado a comportar-se conforme as regras da comunidade (do assentamento). A obediência às normas tornou-se um princípio a ser seguido. Aqueles que não o aceitavam, sofriam as consequências do coletivo.

A relação bilateral assimétrica, na visão de Temple (1998), gera um sentimento de submissão, para quem recebe, e de prestígio, para quem dá mais (nesse caso os dirigentes do MST). Assim, a reciprocidade assimétrica se orienta pela avaliação que os camponeses ou grupos subalternos têm das expectativas, das obrigações, dos deveres e dos direitos em relação a grupos que estão em situação de dominação (SCOTT, 1976). Para Menezes (2006), “as relações de reciprocidade são compreendidas como um jogo de negociações entre os interesses individuais e as regras, valores e expectativas da coletividade” (MENEZES, 2006, p.19). Nesse caso, são feitas promessas que no futuro não se cumprirão.

Além do aspecto da reciprocidade, as relações entre os assentados e as lideranças eram marcadas por outros sentimentos, como indica J.P.:

Mas eu acho que era essa questão das ameaças mesmo cara, o pessoal né, tinha essa questão ou tu é agroecológico ou tu não fica aqui né. Na minha opinião era isso. A gente teve umas ameaças que ia ter que trocar de área né. Ou tu é orgânico, ou tu vai ser transferido para outro assentamento, então bastante essas conversas né! Eu acho que tinha bastante ameaças, que não concordava, ou mudava de assentamento, de lugar né. (Assentado J.P., 2016).

Como exposto no excerto, os assentados tinham uma relação de “medo” com as lideranças do assentamento. Praticavam a agroecologia sobre pressão, pois aquele sujeito que não aderiria às práticas agroecológicas muitas vezes era reprimido com advertências, ou, nos casos mais graves, era expulso do assentamento. Essa relação de medo e de obediência durou vários anos no P.A Ander Rodolfo Henrique. A pressão psicológica por não aceitar o projeto fazia com que as famílias se sentissem culpadas ou pressionadas a seguir determinadas práticas (SOUZA, 2017; SOUZA, SCHNEIDER, 2022)

A relação assimétrica que o MST produz com as famílias colabora para um arrolamento de dependência moral em longo prazo e facilita o controle desses sujeitos. A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser e da sociabilidade. Se, para existir socialmente, é preciso dar, para dar, é preciso produzir (SABOURIN, 2011). Nesse sentido, a reciprocidade garantiu o dever em aceitar a proposta de assentamento agroecológico.

Não obstante, de fato, o que existiu foi uma obrigação das famílias em aderir ao projeto agroecológico, na realidade, uma coação² das famílias em aceitar ou ir embora do assentamento, como destacado na fala a seguir:

Eu fui punido por isso, na época que eu plantei uma semente de milho selecionado, toquei que arrancar pra não perder o lote. Em partes, na época pra mim foi ruim, só que serviu de lição

² “Constrangimento de uma pessoa a outra, a fim de influir em seu ânimo para que ela faça, deixe de fazer ou tolere alguma coisa a que não está obrigada em face da lei. Não há crime se a pessoa, sob coação irresistível, pratica o fato típico, pois, nesse caso, verifica-se a ausência de culpabilidade.” (VADE MECUM BRASIL, 2019).

também, porque na época se seu sigo plantando, teria perdido o resto que eu tinha, que, que eu fiz, desanimei de fazer roça fui cuidar de vaca de leite, na época tava bão, eu do castigo, ainda veio o mior. Quem nem diz o outro, lesou a consciência, mas a questão financeira para mim em vez de lesar, melhorou. (Assentado O.T., 2016).

Lazzaretti destaca que “A coação física não constitui o único meio administrativo, tampouco o normal. Na verdade, seus dirigentes servem-se de todos os meios possíveis para alcançar seus fins.” (LAZZARETTI, 2007, p.99). Todavia, quando esses outros meios falham, em geral, recorre-se à coação. O medo perseguiu as famílias do assentamento por vários anos; ninguém podia desviar-se das regras previstas no regimento interno, pois havia um processo intersubjetivo de submissão, de respeito e dependência. Entretanto, o sentimento produzido por esse tipo de relação assimétrica leva à obediência e à submissão do mais fraco, levando, inclusive, a situações de opressão (SABOURIN, 2011). No caso do assentamento, os assentados reconstituem, perante os dirigentes do MST, relações de subordinação do tipo paternalista e clientelista, ou seja, constroem estruturas de reciprocidade assimétrica (LAZZARETTI, 2007). Se fizessem algumas práticas contrárias ao PDA, haveria consequências imediatas, como destacado por um dos entrevistados: “Porque não tinha né, saída né. A gente não saia porque a gente era “munto”... participava de “muta” reunião aí os encargo... era dado os “ano” né. André, se o “ce” abandonasse um cargo a torto e a direito o “cê” ate era suspeito ... de ser abandonado né...”. (Assentado V.J., 2016).

Nessa correlação de obediência e, muitas vezes, de coerção das próprias lideranças do MST para com as famílias, verifica-se “uma forma de vontade de sofrimento introjetada, como se a satisfação íntima do credor (dada a ele quando vê o devedor sofrer) fosse interiorizada pelo próprio sujeito em débito” (ANDRADE, 2010, p.291). Na verdade, os assentados têm uma dívida moral com o MST. Muitos não concordam com as ações do movimento, mas o defendem porque lhes possibilitou uma vida nova e cidadania (LAZZARETTI, 2007; SOUZA, 2022).

A ação adotada para construção do projeto em agroecologia percorreu e mostrou as diversas contradições do MST. Esse movimento produz ações coletivas que se orientam pela lógica leninista de organização, obedecendo ao centralismo democrático. Isso significa que quem decide os “direitos” dos assentados nem sempre são eles próprios, mas as suas representações (LAZZARETTI, 2007; DE SOUZA e AURÉLIO, 2018). No entanto, quando esse movimento defende uma ideologia, ou formas de

organização e projetos por ela marcados, provoca relações de poder nos assentamentos em torno do posicionamento de líderes e não líderes no tocante a essas formas de organização. No caso do assentamento em estudo, essas práticas se deliberaram na agroecologia, como forma de impor a vontade do MST na individualidade das famílias.

Melo, Scopinho e Gonçalves (2016) observam que muitos agricultores, mesmo depois de assentados, ainda atuam sob a lógica do trabalho heterogerido, assim como encontram obstáculos para superar as relações pessoais de desconfiança, em função das sucessivas frustrações vividas tanto na fase de acampamento quanto no assentamento. Nesse sentido, a maneira como foi gerida a proposta - de “cima para baixo”, sendo um “ideal” de agricultura para se buscar a autonomia do agricultor, com práticas equivocadas nas suas ações e deliberações - gerou um estado de trauma ao projeto. Isso mais uma vez é corroborado pelas falas dos assentados:

Na verdade, foi através de reuniões, mas geralmente vinha mais ditada de cima, né! Acho que meio empurrado goela baixo, muito tinha essa definição né, que ia dá certo, mas muito aceitavam, meio com medo né, ajudamos a construir entre aspas. Vamos dizer as pessoas discutiam lá, vai ser bão, saíam da reunião era outra opinião. Perante lá as pessoas reunidas, era uma coisa, saía fora você escutava buatos diferentes né. (Assentado R.P., 2016).

Digamos meio livre pro povo escolhe, sem pressão a escolha seria outra. Não to dizendo que seria ruim. Não dá maneira que foi. (Assentado U.Y., 2016).

Sobre a relação entre as lideranças e assentados, Schenato (2010) assevera que, embora houvesse uma aparência de irmandade e coleguismo, nas reuniões do movimento, o respeito era disfarçado, de modo teatralizado, porém, isso mudou “após a divisão dos lotes fazendo com que emergissem os discursos ocultos.” (SCHENATO, 2010, p.9). Nesse aspecto, o compartilhamento de valores e significados entre as famílias e o Movimento (MST) no período de acampamento deu lugar, no assentamento, ao rompimento de vínculos e à adaptação dos sujeitos ao mundo administrado. Mesmo com tais mudanças, as subjetividades foram constituídas em um jogo complexo em que resistência e a submissão estavam intimamente imbricadas nessa relação, ameaçada a “cidadania conquistada” (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). A partir do momento da chegada na terra, já dividida

para cada família, intensificam-se as disputas e os tensionamentos, e não há mais a preocupação em esconder as divergências (SCHENATO, 2010). Com o passar dos anos, a obediência e a dependência foram se distanciando dos ideais do MST.

Scopinho (2009), reportando-se a Bauman, discute os conceitos de comunidade ética, em que o “entendimento entre os membros é natural e compartilhado, ponto de partida [...] para a união,” e o de comunidade estética, “cuja natureza superficial e transitória dos laços torna-os pouco duradouros e não cria entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e de compromissos de longo prazo.” (SCOPINHO, 2009, p.259). No caso do assentamento em análise, constatamos, por meio das falas já apresentadas, que a relação estabelecida é estética, haja vista que a dívida moral para com o movimento foi, aos poucos, perdendo sua força. Isso se deve, na ótica do autor, ao período histórico que vivemos, no qual a velocidade das mudanças impõe um ritmo muito rápido ao modo como construímos vínculos por meio dos quais nos identificamos e nos mantemos como grupos organizados em torno de um determinado projeto de vida e de trabalho.

Trata-se, na ótica de Scopinho (2009, p.259), de uma questão de identidade, que é compreendida como “produto da relação que o sujeito estabelece, em um determinado tempo e espaço, com as estruturas sociais às quais ele está vinculado”. Os agricultores assentados passaram a criar a sua própria identidade e não mais a herdar àquela que seria a do MST. Silva (2007, p.81) ressalta que “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder”. Assim, tanto a identidade quanto a diferença são relações sociais que envolvem disputas e relações de poder entre os grupos sociais. Nas comunidades assentadas, como indica Schenato (2010), existem conflitos e disputas que denotam relações assimétricas e de poder com relação ao outro.

No Assentamento Ander Rodolfo Ricardo, foi a capacidade de reorganizar as suas vidas em torno de um projeto que forçou os assentados a criarem identidades para coexistirem e viverem naquele espaço, como visualizamos no excerto a seguir:

Eu não queria cara, eu já sabia que nos próprios animal não ia ter como trabalhar. Tinha a questão, nós começamos a fazer a os homeopáticos e era difícil, mas o nosso grupo foi um grupo que permaneceu mais tempo, assim trabalhando, assim a

questão da homeopatia, o nosso grupo, da nossa linha, estava de parabéns questão do CAPA, que era um que sempre tava tentando, até o Zildo que fazia as pancadinhas do remédios né, nosso grupo sempre ganhava elogios que botava alguma coisa em prática, da questão da agroecologia né, já via que não era fácil, eu memo na minha opinião, cem por cento não né! Que nem eu te falei, minha opinião sempre era tira um pedaço, pra fazer um teste, que área total era quase impossível (Assentado M.N., 2016).

O assentado explica que foi necessário aderir à ideologia do movimento no cuidado com os animais (tratamentos homeopáticos), mesmo sendo algo difícil e diferente do que estava acostumado. Nessa direção, outro assentado salienta:

Que nem diz os outros, que nos era costume numa vida química, e de repente do nada assim, tiora do zero, com os outros, foi um desafio muito grande, uma coisa, que nem diz os outros, que o povo não mudou cem por cento a vida do povo, povo não sabia e topo faz, e vamo embora, vamo vê o que vai dá, como diz o outro, que nem eu falei a recém, por vários motivos, por, pelo nosso povo, não corre atrás, de questão de preço, de outras coisas, de ajuda de alguma entidade, que não teve, teve uns apoio moral só, e apoio moral hehehehe (risos) tudo mundo quebrado, falido e daí faz uma mudança dessa é complicado. (Assentado Z.R., 2016).

Após a desvinculação das obrigações com o MST, os assentados retiraram o manto da agroecologia pelo qual foram obrigados a internalizar valores e preceitos que não representavam o projeto de vida que eles almejam em seus lotes de terras. Essa mudança pode ser compreendida a partir da noção de fluidez, de Bauman (2005). Para o pensador, por fluído entende-se tudo aquilo que é diluído, que muda à medida que é influenciado por qualquer tipo de força, com estruturas frágeis, o que é hoje já não é amanhã. No caso dos agricultores no assentamento Ander Rodolfo Henrique, forjaram suas identidades em um contexto de relações assimétricas, em que foi imposta uma proposta de projeto agroecológico, mas pouco relacionada à realidade e às experiências de vida desses sujeitos. Nesse sentido, os processos pelos quais o ser humano passa ao longo de sua vida estão ligados à construção de sua identidade (HALL, 2006; SOUZA e LAZZARETTI, 2020), sendo, de acordo com Gomes (2003, p. 41), “um modo de ser no

mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”.

Portanto, após a desestruturação do projeto agroecológico, as famílias do assentamento Ander Rodolfo Henrique retornaram à labuta da vida cotidiana da agricultura convencional. Os equívocos do planejamento desse assentamento levaram a um descrédito da agroecologia para maioria das famílias. Na realidade, as falhas das políticas públicas, a ineficácia de sua aplicabilidade ao projeto e mau assessoramento desencadearam a frustração com a construção de um assentamento voltado para produção de alimentos agroecológicos. A agroecologia, segundo Altierre e Nicholls (2020), DE Souza, (2016), Souza (2021) Souza e Schneider (2022) não se refere-se apenas à produção de alimentos sem agrotóxicos, mas incluiu uma base holística das relações humanas, sociais e culturais, fornecendo o alicerce de um novo jeito de se fazer agricultura. Essa visão não foi amplamente discutida e apresentada aos assentados, fator que certamente contribuiu para o abandono da PDA.

Le Coq *et al.* (2020) argumentam que a construção do Estado, como estrutura institucional específica, responde a um intrincado jogo de poder entre múltiplos atores sociais, e a produção de instrumentos de política pública depende do jogo de forças entre os diferentes atores para controlar recursos materiais e discursivos no processo de formulação e de legitimação das políticas. Nesse sentido, entender o estado da arte para a construção de um projeto agroecológico em área de assentamento de reforma agrária requer a mobilização de vários elementos coadjuvantes para alicerçar e romper as barreiras existente no campo da agricultura hegemônica do agronegócio. A implementação e a edificação da proposta projetada no assentamento pesquisado falharam nas articulações entre diferentes áreas, atores e níveis políticos. As falas dos assentados destacadas até o momento, oriundas de entrevistas realizadas em 2016, indicaram elementos importantes para compreendermos como se deu a implementação do PDA no assentamento. A seguir, como forma ampliar o estudo já realizado (SOUZA, 2017), entrevistamos novamente sujeitos do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, a fim de verificarmos o entendimento deles sobre o tema da soberania alimentar.

O que pensam os assentados sobre soberania alimentar: atualização da realidade do Assentamento Ander Rodolfo Henrique

No ato de 2021, retornamos ao Assentamento Ander Rodolfo Henrique com o objetivo de verificar se encontram os agricultores assentados e quais são atualmente as suas realidades, bem como entender a visão deles sobre a soberania alimentar, após todo o percurso de implantação e rompimento com o PDA, como ressaltado na seção anterior. Salientamos que todos os agricultores voltaram a produzir fora do modelo agroecológico, estando centrados em práticas agrícolas convencionas, as quais, segundo eles, geram resultados mais rápidos.

Entende-se por soberania alimentar

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Como evidencia-se na citação, os povos, permeados por suas práticas culturais e sociais, têm direito de definir os modos de produção, distribuição e de consumo de alimento. A partir desse conceito, fomos averiguar com algumas famílias assentadas, após abandonarem o modelo agroecológico proposto pelo MST na construção do PDA do assentamento, como elas visualizam e subjetivam a ideia de segurança alimentar, já trabalhando nos moldes convencionais e tradicionais da agricultura brasileira, com uso de insumos industriais e agroquímicos.

Vejamos o que disse um dos assentados³: O que eu entendo por soberania alimentar. É garantir uma alimentação adequada, um direito nosso de plantar o que nós bem entendermos e produzir e vender para quem nós quisermos a nossa produção, em um preço melhor e uma condição adequada. (Assentado Ad1, 2021).

Em sua fala, notamos que o produtor define o que entende por soberania alimentar, mas dá muita ênfase à autonomia dos agricultores. Essa posição revela um pouco do que foi o rompimento do processo de produção agroecológico e o retorno ao tradicional, ou seja, o direito dos assentados em determinarem os seus modos de produzir.

³ Os nomes são fictícios.

Outro assentado assim se posicionou:

Soberania alimentar é um sustento para nós e para o povo da cidade. Se não somos nós, pequenos agricultores, a cidade padece porque os grandes fazendeiros não deixam nada aqui no Brasil. É só exportação. Nós, pequenos agricultores familiares, sustentamos o povo da cidade. Então é mais ou menos por aí. (Assentado A1, 2021).

Notamos, a partir dessa fala, que os assentados almejam apenas uma vida melhor para si e para a os moradores da cidade, com autonomia e possibilidade de empreender, garantindo, dessa forma, a sobrevivência da família. Esse anseio e a quebra com a proposta do MST foram motivados pelo fato de que o movimento ignorou as trajetórias sociais, históricas e culturais dos assentados; foram silenciados e “obrigados” a seguir um projeto do qual não tinham total ciência. Lazzaretti (2007), em seu estudo, verificou que a aprendizagem coletiva entre agricultores assentados do MST confrontou-se com a lógica individual de trajetória de vida na construção de coisas comuns feitas coletivamente.

Algo que ficou muito evidente a respeito do conceito de soberania alimentar, na ótica dos assentados, é a autonomia: “Sim, que te assemelha ao autônomo. Algumas coisas não têm como, você é obrigado a ir ao mercado pegar o industrializado, mas a maioria você tem que tentar por casa mesmo. (Assentado C1, 2021).

Nos parece que, mesmo após terem saído do projeto do MST, os assentados ainda tentam guardar a necessidade de não precisar de “coisas de fora” para produzir. Algo que foi bem pontuado na implementação do PDA do assentamento, por parte da liderança do movimento, e que ficou gravado na memória dos assentados, foi a necessidade de ser independente de agroquímicos.

Isso tudo se concretiza tanto nas falas anteriores quanto posteriores ao projeto agroecológico. Ninguém quer perder tempo ou dinheiro. O que importa para os assentados é ter uma vida econômica lucrativa sem meios termos ideológicos. Ganhar e não perder: esta é a lógica. Ganhar, nesse caso, não significa entrar de “cabeça” na lógica capitalista, mas viver bem econômica e socialmente de uma forma mais rápida que a proposta pelo MST.

O processo conceitual produzido pelos assentados a respeito da soberania alimentar vai ao encontro das necessidades próprias de sobrevivência de cada família e de autonomia, como demonstra outro assentado, quando perguntado sobre o que entende por soberania alimentar:

A parte alimentar mesmo. Produzir alimentos próprios. Por exemplo, em casa eu não compro carne, eu não compro leite, eu não compro azeite, não compro verdura; e assim, outros alimentos base é alimento próprio da gente. A gente administra a própria vida da gente aqui. Então a gente tem soberania sobre isso. Da outra parte a gente ainda está - seja como costume nosso - ainda fazendo de fora. Mas, mesmo assim, ainda tendo o sustento do próprio lote que seja a produção do lote para comprar as outras coisas. Quer dizer, praticamente a gente tem uma boa porcentagem alta da soberania alimentar, não precisando trabalhar para terceiros para poder se autossustentar, tanto na parte da alimentação como na parte do (dia a dia). (Assentado D1, 2021).

As respostas dos assentados confluem sempre para um mesmo ponto: garantir a sobrevivência da família, em primeiro plano, e, em segundo, a autonomia. A preocupação agroecológica ficou para trás:

Eu tento ter o máximo de alimentos que eu posso produzir em cima. Então tendo pequenos animais, plantas, para consumo próprio, principalmente. É sempre um pouco mais difícil você trabalhar com todos os tipos de plantas ou animais, visto que você precisa ter uma atividade econômica onde, hoje, baseado no agronegócio, para você conseguir vender a sua produção, geralmente gira muito em torno de cinco ou seis tipos de produção. Então você acaba pendendo para produzir mais o tipo das linhas do agronegócio. Então fica mais prático, vendo uma coisa e compro a outra, por exemplo, então isso é uma coisa que dificulta, não é? (Assentado L1, 2021).

Fica evidente que as falas dos entrevistados sempre convergem para a noção de soberania alimentar da família como um conceito mais amplo, assim como se encaixar de forma não preconceituosa e sem culpa ao agronegócio.

Na verdade. Ser dono da coisa. É ser soberano, quer dizer que eu não dependo de outros para eu sobreviver, eu dependo

simplesmente da minha alimentação para eu sobreviver. Não sei se eu estou certo. O que eu penso seria mais ou menos isso. Eu não sendo soberano, eu não sendo dono daquilo, que eu dependo dos outros, que eu vou comprar tudo no mercado, aí eu não sou soberano. A soberania alimentar é que seja produzido por mim mesmo, eu produzo aquilo que eu quero e com qualidade (Assentado M1, 2021).

O depoimento do assentado Marino deixa claro que tudo só depende de cada família e que o MST já não tem mais aquela importância que tinha quando ele ingressou na luta pela terra. Esse assentado ainda faz um tipo de denúncia, de que as famílias podem tranquilamente viver dos seus lotes e, o que sobrar, podem vender; porém, muitos preferem trabalhar fora, ser empregado, comprar comida fora e ter o lote só para a moradia. Fugiram, portanto, dos princípios iniciais da organização. O entrevistado continua:

Todos têm condições físicas, ele tem condições de produzir toda a sua alimentação, soberania alimentar no lote, com certeza. É só querer. Ninguém está vendo essa soberania alimentar aqui. A maioria está trabalhando fora e estão comprando alimento fora. Nessa questão seria um punhado de fatores, no caso. Tem um pacote de fatores. Um é a questão financeira do pessoal. Quando fala em alimentação, no caso, aí não tem o que explicar. Eu acho que falta um pouco de planejamento. Mas aqui, do que eu conheço aqui dentro, um pouco é a questão financeira, que todo mundo se endividou e se perdeu na gauchada, como diz o gaúcho, se perdeu na gauchada e chegou no fundo do poço que hoje não consegue mais se manter por um monte de fatores. Por isso eu digo que nessa questão a gente teria que conversar muito tempo para a gente chegar em uma conclusão. É um punhado de fatores, como eu disse, que levou o pessoal a chegar nesse ponto. Não conseguiram mais dar conta do trabalho no lote por falta de, talvez, mão de obra, porque trabalhar de empregado – vamos fazer uma comparação – trabalhar na Lar (cooperativa integradora) de empregado no mês é uma coisa, agora trabalhar no lote em princípio é um bom planejamento. Eu dizendo aqui, acho que você já vai pegar o que eu quero dizer, não é? Em princípio, planejamento, um acompanhamento técnico, na verdade, que isso tu sabes que sempre foi bem precário, muito precário. Os técnicos, desde o começo, que nós tivemos, desde o primeiro técnico que nós tivemos aqui, eles mais tomavam chimarrão na casa quando ia – quando ia – para a casa do assentado, só tomava chimarrão e o povo ficou sem o

planejamento do lote e chegou nessa situação de não conseguir sair mais das dívidas. Teve que trabalhar de empregado ou arrendar o lote, arrendar ou fazer parceria, que seja, para poder sair dessa situação. Para nós chegarmos a uma conclusão, é preciso meio dia, um dia de conversa. (Assentado M1, 2021).

A situação atual no Assentamento Ander Rodolfo Henrique, que era para ser um modelo agroecológico, é que muitas famílias estão desistindo dos lotes que conquistaram na luta pela terra. A pressão tanto do movimento, em cima de ideais socialistas, quanto das cobranças imediatas que a sociedade capitalista faz em termos econômicos, não deixa aos assentados muitas escolhas.

Considerações Finais

Ao concluirmos este texto, constatamos que muitos e diversos são os elementos que levaram à ruptura das práticas agroecológicas no Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Faltou uma articulação do MST com órgãos públicos para uma efetiva consolidação do projeto agroecológico. Além disso, não se fortaleceram, de maneira flexível e organizada, os vínculos dos agricultores com as práticas agroecológicas. Nessa perspectiva, Le Coq *et al.* (2020) defendem que propostas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e práticas agroecológica precisam ser formuladas em escala territorial e não naquela do sistema técnico da unidade de produção ou, menos ainda, na escala da parcela cultivada.

Diante dos fatos, cabe ressaltar que o MST foi um dos autores que influenciaram para a atual realidade do Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Destacamos que as práticas equivocadas e os anseios para implementar um modelo de assentamento com 100% de produção agroecológica levaram ao descrédito dos agricultores assentados. Nesse sentido, esses sujeitos foram sobrecarregados com a responsabilidade de produzir de forma sustentável, sem apoio das políticas públicas e assistência técnica que assegurasse o desenvolvimento da matriz de produção.

Conforme observou-se, construiu-se entre os assentados e as lideranças do movimento uma relação de reciprocidade assimétrica de obediência, de dever e de responsabilidade, introjetada na subjetividade de cada membro do assentamento. Isso criou uma negação e um rompimento com vínculos da proposta inicial.

Atual conjectura do assentamento inverteu a arte do jogo; as regras, que eram rígidas e obedecidas, não são mais seguidas, haja vista que os assentados

vivem de acordo com suas próprias convicções de produção em suas unidades de produção familiar. Muitos já abandonaram seus lotes de terra porque não conseguiram sobreviver sem assistência das políticas públicas, outros arrendaram parte do lote terra para sobreviver. Uma outra realidade emergiu após o rompimento e desligamento com as práticas agroecológicas: há um número expressivo de assentados que trabalham nos frigoríficos da Cooperativa Agroindustrial Lar para sustentar as suas famílias.

A reforma agrária não se faz apenas alocando famílias em determinada área e abandono-as à mercê da própria sorte. É preciso um aparato de políticas públicas, juntamente com equipes técnicas especializadas, para fomentar e impulsionar o desenvolvimento das famílias; só a terra não basta. Além dessas questões, há a principal questão: a soberania alimentar. No Assentamento Ander Rodolfo Henrique, a soberania alimentar é traduzida pelo adágio popular “cada um por si e Deus por todos”. Isso, a nosso ver, é importante ser salientado. A ressignificação de movimentos sociais aparece exatamente nesse devir entre antes e depois, entre autonomia e a inserção de teorias fora da realidade. Então, que se faça a vontade das famílias assentadas e que elas também assumam as consequências da decisão que tomaram.

Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia e a reconstrução de uma agricultura pós-COVID-19, **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 5, p. 881-898, 2020.

ANDRADE, V. A. G. de F. Dos tipos fundamentais de dívida (schuld) para uma genealogia da moral. **Cadernos da Graduação**, Campinas, n. 8, p. 285-292, 2010.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORGES, J. L. B. **MST**: do produtivismo a agroecologia. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013.

COLOGNESE, S.; MELLO, J.L.B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

DE SOUZA, A. L. Produção agroecológica e políticas públicas no assentamento Loiva Lourdes- Borebi-sp. **Alamedas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.48075/ra.v4i1.14077. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/14077>. Acesso em: 3 fev. 2023.

DE SOUZA, A. L.; AURÉLIO, V. G. Educação do campo e neoliberalismo: uma breve trajetória da educação no MST. **Alamedas**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018. DOI: 10.48075/ra.v6i2.19189. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19189>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final**: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <http://neaep.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimentar.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GODBOUT, T. J. **Ce qui circule entre nous**. Paris: Le Seuil, 2007.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei 10.639. Brasília, DF.: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003, p. 39-64.

GONÇALVES, S. **Resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAZZARETTI, M. Â. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa, 2007.

LE COQ, J. *et al.* Public policy support for agroecology in Latin America: Lessons and perspectives. **Global Journal of Ecology**. v. 5, n. 1, p. 129-138, 2020.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos De Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016.

MENEZES, M. A. A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato. *In*: MARTINS, P. H.; CAMPOS, B. C. (orgs.). **Polifonia do Dom**. Recife: Ed. UFPE, 2006, p. 209-234.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2000.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 20, p. 41-49, 1999.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, v. 13, p. 24-51, mai./ago. 2011.

SCHENATO, V.C. **Para além das fronteiras**: as construções identitárias nas relações com os “outros”. Um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no Oeste paranaense. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

SCOTT, J. C. **The moral economy of the peasant**: rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven/London, Yale University Press, 1976.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. SOUZA, A. L. de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST**: entre o ideal e o concreto/estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique – Diamante D’Oeste, Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, A. L. de. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 69-83, 2018.

SOUZA, A. L. de. A reforma agrária nas interfaces de Ignácio Rangel e Caio Padro Júnior: o desenvolvimento rural em questão. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 16, n. 43 Dez., p. 170–196, 2022. DOI:10.14393/RCT164308. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61552>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A.L. de. Resenha: novas práticas alimentares no mercado global. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. 7, 6 (jul. 2021), 788–793. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1430>.

SOUZA, A. L. de; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.497. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/497>. Acesso em: 3 fev. 2023

SOUZA, A. L. de. A subsistência do homem e ensaios correlatos. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 405–411, 2021. DOI: 10.33026/peg.v22i1.8435. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8435>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A.L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Revista Brasileira de Ciência Aplicada**, 4 (6), 3291–3310. 2020. <https://doi.org/10.34115/basrv4n6-001>

TEMPLE, D. L. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, n. 12, v. 2, p. 234-242, 1998.

VADE MECUM BRASIL. **Coação Moral**. Vade Mecum Brasil, 2019. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/coacao-moral#:~:text=Constrangimento%20de%20urna%20pessoa%20a,pela%20infra%C3%A7%C3%A3o%20penal%20o%20coator>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Comunidades virtuais: a construção do *Hype* de *Stranger Things* a partir do perfil Netflix Brasil no *Twitter*

Jéssica Linhares¹
João Pietro Meili Bridr²
Hilario Junior dos Santos³

Resumo: O objetivo desta pesquisa é entender como a construção das estratégias de marketing da série ficcional *Stranger Things* influenciaram a sua inserção no universo do *hype*. A pesquisa é realizada pela observação e análise de conteúdo quantitativa das métricas das postagens no perfil Netflix Brasil no *Twitter* por um período de tempo delimitado. Este trabalho justifica-se em decorrência do mercado publicitário estar em constante movimento e é importante observar todos os caminhos que podem ser usufruídos para resultados eficientes e conectividades com consumidores cada vez mais exigentes e digitais. A base teórica de análise leva em conta conceitos como identidades, sujeitos fragmentados, sociedade em rede, marketing digital, *hype* e mídias sociais, os quais são contextualizados no decorrer do trabalho. A conclusão apresenta o *inbound marketing* como uma vertente para que as estratégias publicitárias de cada temporada de *Stranger Things* fossem projetadas seguindo um modelo de funil e em subsequência constituíssem um *hype* - levando em conta sua interação com a sociedade e comunidades virtuais.

¹ Autora do trabalho. Publicitária graduada no curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) em 2022. Contato: jehlinhares@unochapeco.edu.br.

² Co-autor do trabalho. Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFFS-Erechim. Jornalista graduado pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Especialista em Comunicação Corporativa (ESPM-Sul) e em Comunicação e Marketing Digital (Unochapecó). Pesquisador nas áreas de linguagem, discurso e representação, cinema e produções audiovisuais. Também foco em pesquisas de internet e mídias sociais. Contato: jota.pietro@gmail.com.

³ Co-autor do trabalho. Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS. Mestre em Comunicação Social pela PUCRS. Especialista (lato sensu) em Cinema, Artes Visuais nas Culturas Contemporâneas e Docência na Educação Superior. Bacharel em Ciência da Computação. Implantou e foi coordenador na Unochapecó dos cursos de Produção Audiovisual, Design e Jogos Digitais. Docente e pesquisador nas áreas de Comunicação Audiovisual, Narrativas e Teorias da Comunicação e da Imagem. Atualmente é Coordenador do curso de Publicidade e Propaganda e Diretor de Ensino na Unochapecó. Contato: hjs@unochapeco.edu.br.

Palavras-chave: Identidades; Marketing; Mídias digitais; Sociedade em rede; *Stranger Things*.

Perceptions of the construction of Stranger Things Hype through the Netflix Brazil profile on Twitter

Abstract: The objective of this research is to understand how the construction of the Stranger Things series marketing strategies influenced its insertion in the hype universe. Through observation and quantitative content analysis of metrics in "Netflix Brasil" profile posts on Twitter for a period of time. This research is justified as a result of the advertising market being in constant movement. It is important to observe all the paths that can be used for efficient results and connectivity with increasingly demanding and digital consumers. For a better understanding of the flows, some concepts such as identities, fragmented subjects, social networks, digital marketing, hype and social media will be contextualized throughout the work. The conclusion is made through the perception of inbound marketing as a way for the advertising strategies of each season of Stranger Things to be designed following a funnel model and then constitute a hype.

Keywords: Identities; Digital media; Social Networks; Stranger Things; Marketing.

Introdução

A globalização, oriunda da pós-modernidade, vem suprir (ao mesmo tempo em que cria) a necessidade de comunicação instantânea, ligando os pontos mais longínquos do globo e aproximando laços através dos novos meios tecnológicos de interação social - em sua maioria as mídias sociais. Com a expansão midiática e a globalização, viu-se uma crescente no acesso à informação e no consumo através da internet, criando assim comunidades virtuais.

Desprezados da ideia de cultura nacional, teorizada por Stuart Hall (2006), os grupos digitais criam identidades para se alinharem. Os autores Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.23), no livro *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*, pontuam que "no mundo on-line, as mídias sociais redefiniram o

modo como as pessoas interagem entre si, permitindo que desenvolvam relacionamentos sem barreiras geográficas e demográficas". Essas mídias são "sites e aplicativos que permitem conexão e interação entre os usuários, também conhecidas como redes sociais" (RESULTADOS DIGITAIS, 2022). O *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Whatsapp* são exemplos dessas plataformas.

Nessas mídias são criadas tendências a partir de páginas e indivíduos que possuem maior influência. Essa influência é comprovada através dos números de engajamento e interação nas suas publicações. Através desses perfis influenciadores, as redes sociais, sendo mídias mistas e com diversos públicos, conseguem abranger vários usuários em comunidades virtuais.

A partir desse entendimento, este trabalho visou verificar as estratégias que levaram a série *Stranger Things* a se tornar viral e mercadológica. Mais que isso, buscou analisar e estudar as estratégias adotadas na construção do *hype* de *Stranger Things* no perfil da Netflix Brasil no *Twitter* e correlacionar os resultados desse fenômeno com o impacto social que levou ao surgimento de comunidades formadas a partir do assunto.

Amparando-se na análise de conteúdo quantitativa de Laurence Bardin (2016), o trabalho coletou as métricas das postagens do perfil Netflix Brasil no *Twitter*, ou seja, reuniu as medidas quantificáveis que mostram o desempenho das publicações, ações e estratégias na mídia social. Para uma análise equiparada, delimitou-se o período de uma semana para cada uma das quatro temporadas da série, sendo 3 dias anteriores ao lançamento, o dia de lançamento de cada uma delas e 3 dias após o lançamento.

O *hype* ainda é abstrato enquanto concepção de conceito, cultura ou fenomenologia e só pode ser entendido enquanto característica derivada de tendências e virais. Neste trabalho ele foi utilizado enquanto representação de conteúdos, *trends*⁴, personalidades e tudo que viraliza. "Hoje a palavra se tornou uma gíria e é muito utilizada por jovens para transmitir ideias, produtos e marcas virais conhecidas mundialmente" (MIND'S UP, 2019).

O objetivo geral do trabalho situa-se em entender como o *hype* pode ser utilizado como uma estratégia no marketing digital. Isso se dá por meio da percepção dos elementos que construíram as estratégias de marketing da série *Stranger Things* e os caminhos que levaram essa produção à inserção no universo do *hype*. De forma intrínseca, a análise volta-se ao lado subjetivo do

⁴ Os usuários e a própria rede social chamam de *trends* todas as modinhas que estão em alta, como desafios, músicas, coreografias, tutoriais de maquiagem ou dublagens que todos estão reproduzindo em seus vídeos (FERNANDES, 2021)

hype, interpretado enquanto números que permitiram medir sua proporção. No entanto, os resultados cabem a uma percepção que envolve um estudo em duas vertentes: a interpretativa pessoal, enquanto profissionais de comunicação - com senso crítico e poder de opinião; e a científica, através do uso de inferências com opiniões e conceitos de especialistas referenciados em cada assunto.

Ainda é válido ressaltar que a pesquisa é interdisciplinar, levando em consideração muitos conceitos da área da Publicidade e Propaganda e da comunicação, bem como das ciências humanas e sociais. Seu resultado, ao mesmo tempo que auxilia na formulação de estratégias de marketing, permite perceber o comportamento da sociedade em rede, via comunidades virtuais, a partir do uso de artefatos tecnológicos provenientes da globalização e da pós-modernidade.

1 Contextualizando

Desde meados do século XIX, com o fim da Revolução Industrial, notou-se uma mudança nas infraestruturas tecnológicas das indústrias. Essa revolução permitiu que novas criações pudessem ser concretizadas. Com isso, evoluímos ao século XX, quando a tecnologia começa a dar seus primeiros passos. Essa era pós-industrial é também entendida como pós-modernidade. Nela, com a chegada dos aparatos tecnológicos, o mundo passa a se conectar de forma mais dinâmica e intensa. O mundo começa a ser globalizado.

Neste cenário, observamos a identidade e como ela se remodela com o decorrer dos avanços sociais. Stuart Hall (2006, p. 47) em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, conceitua a cultura nacional como a primeira comunidade e identidade que o indivíduo pertencerá: "No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes [...] Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fosse parte de nossa natureza essencial". (HALL, 2006, p. 47).

Contudo, no decorrer da obra, o autor traz a observação de uma mudança nas identidades dentro da estrutura da sociedade moderna. "Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades no final do século XX" (HALL, 2006, p. 9). Para o autor, isso está fragmentando as identidades no âmbito de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade.

Antes os indivíduos eram socialmente sólidos, moldados conforme as comunidades que pertenciam, constituídos de iguais. Na pós-modernidade ocorre uma perda da solidez, expressando a liquidez com que as relações do sujeito são criadas. "Esta perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito." (HALL, 2006, p. 9). Neste processo de mudança, a transformação das identidades passa a ser questionada em seu nível macro: é o sujeito que se transforma ou a própria modernidade?

As identidades, portanto, passam a ser moldadas conforme o meio que estão cada indivíduo ou comunidades, definidas de forma histórica diante de sua vivência. "O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos" (HALL, 2006, p. 13). A liquidez que essas identidades podem se transformar e se moldar em diferentes cenários ocorre, em suma, na pós-modernidade como uma consequência do processo de globalização.

A globalização, vista no âmbito histórico, é um processo agressivo que traz uma realidade repleta de novas tecnologias, as quais interligam indivíduos com redes sociais no mundo todo. "O termo globalização é normalmente utilizado a propósito de um conjunto de transformações socioeconômicas que vêm atravessando as sociedades contemporâneas em todos os cantos do mundo" (CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p. 6).

Os meios que a globalização utiliza para ligar o mundo, ultrapassam as mídias convencionais. Antes o rádio era o maior informe popular e a televisão ficava limitada a algumas classes sociais mais elevadas. No decorrer da pós-modernidade, a globalização ganha popularidade e, além de facilitar acesso às mídias já existentes, dissemina uma nova e rápida forma de trocar informações e aproximar os indivíduos: a internet. "Essa sensação de proximidade é viabilizada pelos sistemas de comunicação por áudio (telefonia), vídeo (TV) e dados (Internet)" (SANTOS; PESSÓA, 2000, p. 1).

1.1 Sociedades conectadas

A internet é um "imenso sistema de redes e de computadores permanentemente interligados entre si a nível mundial e que funcionam como emissores e receptores de informação" (LIMA, 2009). Foi com a internet que a Sociedade em Rede, termo designado por Manuel Castells (1996), ao se referir aos grupos presentes nas comunidades virtuais, se consolidou e congregou diversos grupos de usuários de forma online. Embasado na teoria de Castells, Abreu (2017, p.4) complementa que "as

redes podem ser compreendidas não apenas como redes de computadores, mas constituídas também por pessoas e informação, isto é, a Sociedade em Rede é um conjunto formado por computadores, grupos de pessoas e informações”.

Ao observar a sociedade em rede e as identidades no contexto digital, entendemos que estas se fragmentam. Nas identidades fragmentadas, citada por Stuart Hall (2006), o indivíduo agora faz parte de comunidades espalhadas em todos os territórios. Ele ou ela desprende-se da ideia de que sua identidade é formada apenas por uma única sociedade e seu contexto e passa a ser constituída através das muitas comunidades com a qual se identifica.

Coelho (2021), ao se aprofundar nos conceitos de Baudrillard, (1991) na obra "Simulacros e Simulações", afirma que a transformação da comunicação em espetáculo ocorre quando não somos capazes de viver experiências totalmente reais, pois o virtual antecipa essas vivências. Quando nossas identidades se encontram com o digital e se fragmentam entre redes sociais na internet, enfrentamos diversas realidades paralelas que, transmitidas em rede, vão formando opiniões e se acoplam a fragmentos identitários.

Nesse sentido, partimos do entendimento de que os sujeitos presentes nas redes sociais pós-modernas são fragmentados. Sua identidade é centrada em escolhas e interesses que se mesclam com o contexto que vivem, eles "se definem através das identificações que possuem com determinados gostos e interesses" (MAFFESOLI, 2005 *apud* MAZZOCATO, 2010, p. 1). É nas mídias digitais que ocorre a comunicação na internet.

"Sites de redes sociais são os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na internet" (RECUERO, 2009, p.101). Raquel Recuero (2009, p.102), estudiosa da comunicação digital e comunidades virtuais, traz a definição de Boyd e Ellison (2007) em relação aos sites de redes sociais: sistemas que permitem criar uma persona virtual, interações através de comentários e *feedbacks* e a exposição de forma pública do indivíduo. Esses sites permitem a comunicação e manutenção dos laços entre indivíduos. Plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* podem ser vistos como exemplos dos sites de redes sociais e são popularmente chamados como redes sociais.

Neste trabalho a rede social digital, que tem como dinâmica o encontro das realidades, como supracitado, é o *Twitter*. A mídia foi criada em 2004 pelos três amigos Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone. O nome foi escolhido por significar, em inglês, “uma pequena explosão de informações

inconsequentes e pios de pássaros” (SMAAL, 2010). Assim, fazendo sentido com a grande explosão de informação gerada por seus usuários - dados de 2020 mostram que 500 milhões de tweets eram publicados diariamente, o que equivale a quase 5800 787 tweets por segundo (MOHSIN, 2021).

O *Twitter* hoje é um serviço de *microblogging* - um blog em miniatura, com textos e atualizações em poucos caracteres - que dá a seus usuários a possibilidade de interagir entre si, “que conecta pessoas justamente pelo interesse que elas têm no que o outro twitta” (RUSSO, 2011, p. 2). Quando os usuários entram na plataforma ou aplicativo, eles podem “seguir” perfis que tenham interesse ou se identifiquem, assim começam a fazer parte de várias redes que se ligam através desses pontos em comum. É assim que são criadas bolhas sociais/comunidades virtuais com linguagem e cultura própria em cada uma.

O *Twitter* em si pode ser observado como uma grande sociedade formada de várias redes - um exemplo para ilustrar essa ideia seriam as palavras criadas para representar algumas ações como: *tweet* (o status que um usuário publica), *retweet* (utilizada para compartilhar um *tweet* de outro perfil. Popularmente chamado de “RT”), e DM (mensagem direta, funciona como um chat privado), entre outras. Essa mídia pode ter características semelhantes a outras, porém, se difere quando falamos da rapidez que pode indexar as informações publicadas, ou seja, organizar seus arquivos na sua base de dados.

Por ser essa mídia mais veloz, muitos dos assuntos e acontecimentos disseminados na internet começam no *Twitter*. Ele é responsável por atingir grande número de pessoas e distribuir conteúdo de forma inicial, até gerar uma espécie de viralização. Muitos desses conteúdos, assuntos, imagens, etc., que tomam essa alta proporção poderiam ser entendidas - ao menos de maneira superficial - como fazendo parte de um *hype*.

1.2 *Hype*

No contexto das mídias sociais, o *hype* pode ser entendido por tudo que faz parte de tendências ou do que se está falando na internet. O meme é um exemplo. O termo vem da memética, conceito criado por Richard Dawkins em 1976, como aponta o estudo feito por Gustavo Leal-Toledo:

O conceito de memes surgiu em 1976 com Richard Dawkins [...]
O filósofo Daniel Dennett utilizou tal conceito como central em

sua teoria da consciência e pela primeira vez divulgou para o grande público a possibilidade de uma ciência dos memes chamada "memética". A pesquisadora Susan Blackmore (1999) foi quem mais se aproximou de uma defesa completa de tal teoria. No entanto, a memética sofreu pesadas críticas e ainda não se constituiu como uma ciência, com métodos e uma base empírica bem definida (2013, p. 1).

Popularmente são associados ao humor e deboche e por vezes referenciam alguma situação cotidiana ou algo que aconteceu. Normalmente começa a ser disseminado em uma rede de pessoas que se identificam entre si e, assim, um indivíduo passa para outro, que passa para outro, e assim sucessivamente. Isso ocorre através da chamada “Regra dos Três Graus de Influência”, a qual sintetiza o modo como uma ideia tende a ser transmitida dentro de uma cadeia, em primeiro, segundo e um terceiro grau no modelo de uma "pirâmide" (CHRISTAKIS; FOWLER, 2010, p.22 *apud* PIZA, 2016, p.19).

A colunista Mónica Bozinoski (2020) em matéria na *Revista Vogue*, traz a fala de Alec Leach sobre *hype*: "É a ideia de que tudo precisa de ser viral, partilhável, um ‘momento’. É a novidade pela novidade, é comprar por comprar. Nunca acaba". Para a colunista o *hype* "é essencialmente, uma 'cultura' que se pode definir pela obsessão de querer encontrar a *next big thing* (próxima grande coisa), num processo caracterizado pelo entusiasmo e adrenalina."

O *hype* pode ser entendido ainda como um produto mercadológico das mídias, onde vende uma ideia, ideologia, humor, *trend*, personalidade, filmes, séries, opinião e tudo que possa envolver os conectados. "Como todo bom ciclo mercadológico, todo produto uma hora deixa de ser *hype*, e dá espaço a outros *hypes*" (LOSCHI; TRIVISAN, 2017).

1.3 Marketing digital

Ao adentrarmos no contexto mercadológico no ambiente digital, é essencial trazermos o entendimento de marketing digital. Contudo, apesar de ser inicialmente relacionado a compra e venda, essa vertente do marketing pode ser definida como a criação de relacionamentos que transcendem o ato de compra na internet, ou seja, está diretamente ligado às relações sociais na rede. Uma pesquisa do *Twitter*, feita em parceria com a Kantar e disponível no site Mercado e Consumo (2021), aponta que é “essencial que as marcas se conectem com os momentos importantes, eventos, ocasiões ou pautas em

discussão. Fazer parte do que está acontecendo na sociedade gera relevância e beneficia sua marca dentro das prioridades dos consumidores”.

Ainda segundo o site Mercado e Consumo (2021), “ditar tendências e gerar impacto social relevante nunca tiveram tanta importância para as marcas como agora” e o *Twitter* é uma das plataformas mais utilizadas para que os propósitos das marcas possam ser percebidos de fato - é onde as marcas se estabelecem para criar conexões informais, instantâneas e próximas. Isso as torna mais presentes na hora do consumidor realizar uma compra, pois, agora as pessoas compram em comunidade.

Nessa linha, podemos entender a Netflix como um exemplo de marca que consegue se posicionar diante das plataformas online. O marketing disseminado nas mídias, enquanto influência, pode ser percebido de forma em que a Netflix atua enquanto uma conectora de redes que são criadas a partir e por meio de seu conteúdo.

1.4 Netflix

A Netflix, portanto, é uma empresa de *streaming*⁵ que conta com mais de 200 milhões de assinantes e mais de 20 milhões de seguidores em seu perfil *@netflixbrasil*⁶ no *Twitter*. Ela soube aproveitar as novas tecnologias para se tornar uma das grandes multinacionais referências no mercado publicitário.

Com a amplitude de pessoas assinantes, várias estratégias foram elaboradas para atender as particularidades dos diferentes públicos que permeiam o universo Netflix. Uma delas se dá através do marketing de relacionamento que teve início nos primórdios de fundação da empresa, com o chamado boca a boca, em que seu público era o disseminador de seus conteúdos. “Este “boca a boca” positivo reflete, em parte, a construção da identidade da marca Netflix junto ao público. [...] Isto ocorre porque a Netflix soube construir um sólido marketing de relacionamento, baseado

⁵ “*Streaming* é a transmissão de dados de áudio ou vídeo em tempo real de um servidor para um aparelho como smart TV, smartphone, tablet, computador ou notebook. O servidor funciona como um computador que armazena todo conteúdo de um site, um sistema, aplicativo ou serviço digital.” Exemplos comuns de plataformas de streamings são: Amazon Prime Vídeo, HBO Max, Disney +, Netflix, Spotify e outros. Disponível em: <https://www.remissaonline.com.br/blog/o-que-e-streaming/>. Acesso em 13 de junho de 2022.

⁶ Endereço eletrônico: twitter.com/NetflixBrasil.

principalmente no ambiente digital, por meio da constante interação com o público nas redes sociais”. (AGUIAR; CAMPOS, 2019, p. 57).

Atualmente a marca chegou no seu estágio final no que diz respeito ao marketing, no qual não precisa mais utilizar de estratégias tradicionais para se estabelecer no mercado, mas sim se manter na mente do consumidor com estratégias de atração: *inbound marketing*. O *inbound marketing* é, na verdade, um conjunto de estratégias utilizadas em forma de uma "pirâmide" sequencial que demonstra os passos que uma pessoa traça até se converter em consumidor.

Segundo Aguiar e Campos (2019, p.58), a Netflix "conseguiu solidificar sua posição como uma marca que consegue despertar a simpatia e o engajamento do público, que, além de consumidor, se tornou um divulgador dos serviços. (...) o estágio final de uma modalidade de marketing digital conhecida como *inbound marketing*". Esse cenário, onde o consumidor passa a realizar o marketing para a empresa, é percebido na “Regra dos Três Graus de Influência”, exemplificada anteriormente. Criando o sentido de comunidade em torno da marca, ligada pelo apreço a seus conteúdos, a Netflix torna os seus assinantes disseminadores de sua linguagem e de suas mensagens às redes terceiras das quais eles fazem parte.

A partir das estratégias e do sucesso da marca Netflix, juntamente com uma de suas produções mais prestigiadas, *Stranger Things*, a pesquisa trabalha com esse fenômeno para entender como o *hype* está presente no marketing da Netflix Brasil na plataforma *Twitter* e como se construiu o *hype* da série.

1.4.1 *Stranger Things*

Em 2016 estreou a série *teen* mais popular da Netflix, *Stranger Things*, criada pelos Irmãos Duffer, Matt e Ross, e classificada nos gêneros de fantasia, ficção científica e suspense. A narrativa da série inicia quando um menino, Will Byers (Noah Schnapp) desaparece misteriosamente na pequena cidade fictícia de Hawkins - Indiana, em 1983.

A trama se baseia em encontrar o menino, porém, com o desenrolar da primeira temporada, conhecemos os mistérios que essa jornada traz aos protagonistas: a descoberta de um laboratório incubado na cidade, o qual tinha como fachada a realização de experimentos para o Departamento de Energia Americano; uma menina com poderes sobrenaturais; dentre outras referências ligadas ao paranormal e ao sobrenatural num contexto nostálgico

dos anos 1980 - "A temática de *Stranger Things* instiga a memória dos espectadores ao trazer de volta aspectos da vida cotidiana, especialmente, dos anos 80" (RIBEIRO, 2017, p.5).

Essa estética também se faz presente em aspectos intrínsecos no show. A direção de arte responsável por dar vida à temática conseguiu trazer estímulos visuais que despertam a memória e afetividade das pessoas que viveram de fato a época - atingindo, assim, uma comunidade com uma identidade específica.

Na publicidade sabemos que o público se expressa nas mais diversas mídias, e essas expressões devem ser levadas em consideração para montar "shows" que, por si só, conversem com os mais diversos sujeitos participantes dessas mídias. *Stranger Things*, de alguma forma conseguiu se tornar mercadológico e alcançar o interesse de várias áreas de estudo. Um exemplo é a pesquisa de Alzamora, Salgado e Miranda (2017). Eles pontuam que "foi a partir de *Stranger Things* que a discussão em torno do uso de dados pessoais online de usuários ganhou destaque pela crítica especializada, que tem questionado se essa série seria baseada consideravelmente em rastros digitais deixados pelos usuários da Netflix" (RIBEIRO, 2017, p. 41). A pesquisa dos autores visava encontrar relações de algoritmos que influenciavam no que seria produzido, através de dados coletados dentro da própria plataforma de *streaming*.

É curioso investigar como são essas perspectivas, mas também é importante entender como foi a construção do fenômeno que se criou a partir de seu universo. Pois, sabemos que quando a série alcança níveis de visibilidade tão altos, é que questionamentos como os apontados pelos autores acima surgem.

Também nessa perspectiva, nossa pesquisa buscou entender como a visibilidade de *Stranger Things* foi estruturada, com questionamentos referentes às estratégias publicitárias utilizadas em toda a sua construção identitária e se hoje a série pode ser entendida como um *hype* - e assim entender se o *hype* pode ser compreendido como uma estratégia digital.

2 Metodologia

Em 27 de maio de 2022 ia ao ar a primeira parte da quarta temporada de *Stranger Things*. O número de interações no *Twitter* foi expressivo e até marcas de diversos segmentos utilizaram a temática da série em suas próprias

campanhas publicitárias. Visto isso, escolhemos analisar e esboçar uma linha do tempo para encontrar em que momento o sucesso de *Stranger Things* começa e se hoje pode ser entendido como um *hype*.

Os processos metodológicos desta pesquisa baseiam-se em entender, portanto, como o *hype* ocorre nas estratégias utilizadas no perfil Netflix Brasil no *Twitter*. Em um primeiro momento definiu-se como seria feito. Ao realizar uma pesquisa exploratória - a qual visa a familiaridade com o tema e estudar a viabilidade da realização desta pesquisa - observamos os conteúdos postados até o mês de setembro de 2022. Até o período, percebemos apenas um destaque considerável que se sobressaiu aos demais em questão de valores métricos: a série *Stranger Things*.

Apesar de visualizar o *hype* enquanto um fenômeno, é importante mensurar que ele é claramente percebido e entendido nos números que se traduzem em quão popular e quanto ele atingiu os usuários em uma rede social como o *Twitter*, por exemplo. Por isso, como centralidade da análise, utilizou-se da Análise de Conteúdo Quantitativa para um estudo de fatos: "Tudo aquilo que pode se tornar objetivo através da observação sistemática; evento bem especificado, delimitado e mensurável" (KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010, p.28).

Com base no livro de Laurence Bardin, intitulado *Análise de Conteúdo* (2016), esta pesquisa seguiu uma ordem pré-estabelecida pela autora: organização da análise, codificação, categorização, inferência e tratamento informático. Juntamente com a Análise de Conteúdo Quantitativa, esta pesquisa se baseou no método comparativo (FACHIN, 2005), para perceber a relação dos conteúdos voltados à série com os de outros assuntos. Ressaltamos também a utilização do método de análise descritiva "para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos" (REIS; REIS, 2002, p. 5).

Para análise, foram coletados os dados públicos disponibilizados no *Twitter* da Netflix Brasil: curtidas, comentários e *retweets*. Esses dados possibilitaram seguir o método de Bardin (2016, p. 144), o qual foca na frequência de aparição de um elemento. Como nesta pesquisa buscamos entender o *hype*, este pode ser medido através da frequência que conteúdos relacionados a *Stranger Things* apareceram na página da Netflix Brasil, comparando o volume de publicações, bem como das métricas (curtidas, comentários e *retweets*), relacionados aos demais conteúdos.

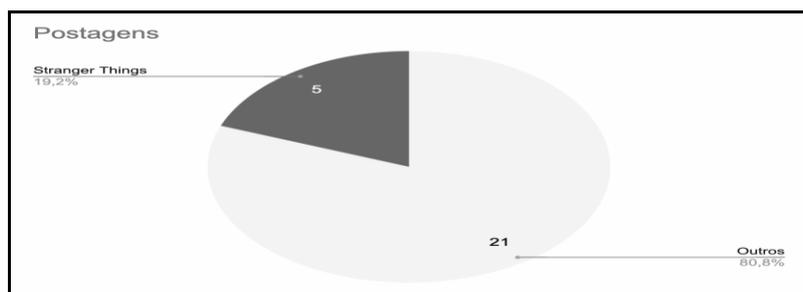
3 Análise e Resultados

Tendo os dados analisados, os resultados foram apresentados em gráficos a fim de ilustrar a mensuração e a construção do *hype*. Os gráficos estão dispostos a seguir, acompanhados das análises feitas a partir da observação. Subdividimos a linha do tempo por temporadas, para elucidar as estratégias de marketing utilizadas e seus impactos na sociedade conectada. Assim, buscamos compreender como a publicidade influencia e cria identidades, as quais se conectam por meio da atuação publicitária - em especial, neste caso, nas comunidades virtuais -, com inferências percebidas a partir dos dados. Dessa maneira, vasculhamos como a série ficcional *Stranger Things* foi e ainda é estrategicamente construída para criar um *hype*, o qual se estabelece através de seus conteúdos publicamente disseminados no perfil Netflix Brasil no *Twitter*.

3.1 Primeira temporada

A primeira temporada de *Stranger Things* estreou em 15 de julho de 2016 com pouquíssima divulgação por parte da Netflix. Os números de posts no perfil Netflix Brasil que referenciaram a série representam um terço de todos os conteúdos postados no período da análise. Foram apenas 5 dos 21, conforme Figura 1.

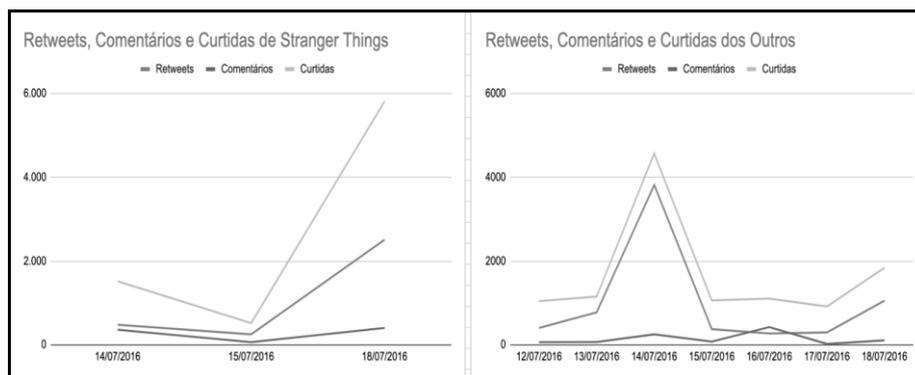
Figura 1 – Número de posts analisados Primeira Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No gráfico da Figura 2, é possível perceber que a série só começa a conquistar relevância a partir do dia de lançamento. Segundo Paz (2022) "70% das pessoas que assistiram ao segundo episódio terminaram a temporada de estreia", explicando, assim, esse crescimento nas métricas.

Figura 2 – Comparativo métricas diárias Primeira Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Com as pessoas assistindo a série, iniciava-se o processo de marketing boca-a-boca onde os próprios assinantes indicavam o show para outras pessoas. A mensagem transmitida era que "A história da atração combinava a nostalgia dos anos 1980 com uma pegada de filme de Steven Spielberg (e enredo tipo Stephen King)" (PAZ, 2022).

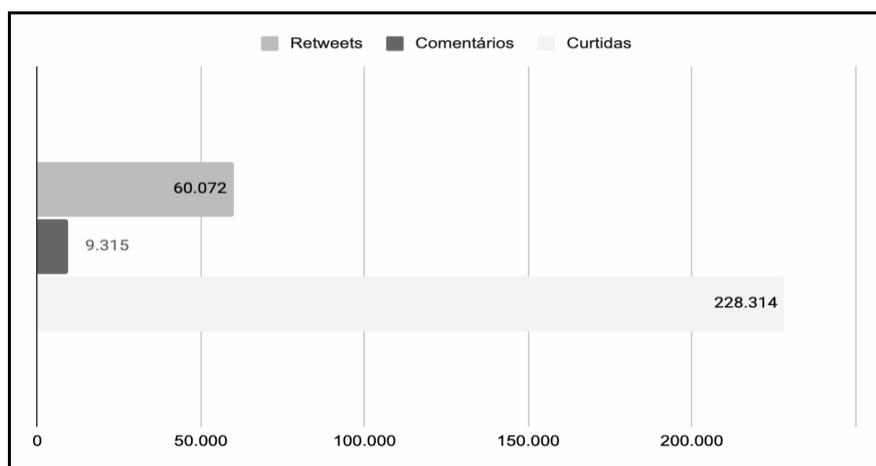
3.2 Segunda temporada

Para a segunda temporada de *Stranger Things*, lançada no ano de 2017, a Netflix deu seus primeiros passos rumo a uma nova forma de marketing. O pontapé inicial da campanha para essa segunda fase foi o *Super Bowl*, um dos maiores eventos esportivos dos Estados Unidos da América e muito apreciado ao redor do mundo.

Durante um dos intervalos, a empresa comprou um espaço para exibir um teaser de pouco mais de 30 segundos que pouco entregava: mostrava apenas algumas cenas esparsas dos novos episódios, bem como a data de estreia dos mesmos: o *Halloween* de 2017. Este *teaser* configurou o uso, por parte da empresa, de uma prática de *outbound marketing*, que nada mais é do que o *marketing* em sua forma mais tradicional (AGUIAR; CAMPOS, 2019, p.59).

Assim como as campanhas publicitárias tradicionais, depois do lançamento primário, a Netflix voltou seus esforços a outras plataformas. Conforme o artigo de Renato Aguiar e Rodrigo Campos (2019), uma delas foi o Youtube, no qual foi publicada uma playlist intitulada "*Hawkins Monitored*". Enquanto isso, as redes sociais digitais da empresa eram abastecidas com postagens relacionadas à série. Pode-se observar, nas publicações, um número considerável de interações, no que se dá nas métricas contábeis como curtidas, *retweets* e comentários, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Somatória da coleta da Segunda Temporada de *Stranger Things*



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como visto anteriormente, a Netflix hoje trabalha com estratégias de *inbound marketing*, nas quais a comunicação é passiva, ou seja, prospecta seus clientes através do público que vem até ela. No *outbound marketing*, como o exemplo acima, essa ação ocorre de forma ativa, em que a empresa busca seu público e mostra seus serviços para ele, o atraindo de forma mais agressiva. Essa forma de marketing é muito comum em anúncios nas plataformas do Instagram, por exemplo.

Ao adotar esta nova estratégia, a empresa comprou 1 hora na programação do canal de televisão aberto SBT no dia 1 de novembro de 2017. Essa ação pôde ser acompanhada também em tempo real no *Twitter*, em que o perfil Netflix Brasil fazia atualizações instantâneas com comentários sobre o que estava sendo transmitido no canal. Assim, seus

seguidores podiam interagir de forma simultânea e também traçar e expressar suas próprias percepções sobre o episódio exibido. Um exemplo de postagem pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 – Post perfil Netflix Brasil no *Twitter*



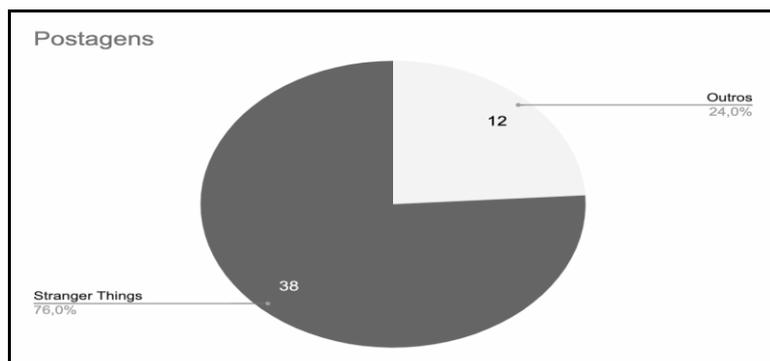
Fonte: Reprodução *Twitter* (2022)⁷.

Essa ação e seus resultados podem ser observados da perspectiva teórica em que o *hype* encontra o sujeito e o atinge em três graus de influência. O público atingido com essa ação teve três esferas: quem assistia ao vivo o canal SBT; o público que interagiu no *Twitter*; e quem apenas visualizava as interações de um seguidor da Netflix Brasil e repostava seus conteúdos em seu próprio perfil. De acordo com Wolk (2015 *apud* SIGILIANO; BORGES, 2019, p.30), "o *Twitter* é a plataforma central da social TV. O autor afirma que o fluxo [sempre ativo] do *microblogging* vai ao encontro da temporalidade da grade de programação, estabelecendo uma sinergia entre o presente contínuo da rede social e da televisão".

Essa interação fez com que os posts referentes a série, no perfil Netflix Brasil no *Twitter*, fossem três vezes maiores em relação aos demais no período de 24 a 29 de outubro de 2017, conforme mostra a Figura 5.

⁷ Disponível em: <https://twitter.com/NetflixBrasil/status/924463626718797825>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

Figura 5 – Número de posts analisados Segunda Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Ao visualizar o gráfico na Figura 5 percebemos que *Stranger Things* teve 38 posts contra 12 de conteúdos gerais da Netflix. É possível estabelecer uma conexão entre esta análise e a estratégia de repetição, onde os 38 posts referenciando a série a reforçaram na mente dos consumidores/usuários do *Twitter*.

Além de reforçar a comunicação, essa repetição torna a abordagem mais persuasiva e reflete em mais conversões. Não se trata de repetir em vão, em qualquer canal ou a qualquer momento. A tática da repetição tem o objetivo de construir uma comunicação concisa, clara e objetiva. Ela reforça a marca e o produto na mente do público e faz com que a oferta seja enfatizada frequentemente (DIGITAL LAND, 2018).

A estratégia de repetição adotada nessa campanha também é um dos pilares do neuromarketing. Este, por sua vez, segundo Daniela Schermann (2020), "é a ciência que estuda as reações que acontecem no cérebro humano quando uma pessoa é exposta a produtos, marcas e propagandas".

3.3 Terceira temporada

Em 4 de julho de 2019 foi lançada a terceira temporada de *Stranger Things*. Nos seus quatro primeiros dias, desde a estreia, a série já alcançava marcas históricas na plataforma da *Streaming Netflix*. E, assim, mais do que

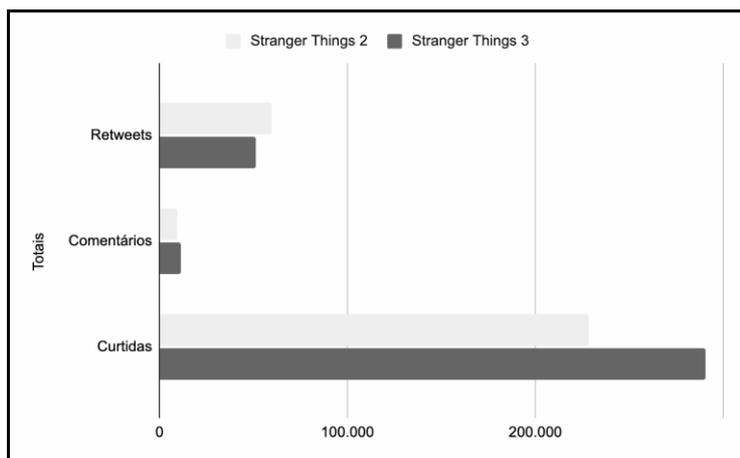
audiência, essa temporada de *Stranger Things* definiu os novos rumos financeiros e parcerias que seriam firmadas para as próximas. Suas estratégias voltavam-se a atingir um público através da identidade pré-estabelecida com elementos inseridos durante os episódios, chamados, na publicidade, de *product placement*. "A Netflix fez da terceira temporada de *Stranger Things* um showroom de marcas e em muitos momentos parou a trama da série para fazer propaganda" (PAZ, 2019).

Uma das parcerias elaborada para as redes sociais foi entre a Netflix e a marca de produtos de higiene e limpeza mais conhecida pela palha de aço, Bombril, que juntos publicaram alguns posts no *Twitter* na semana de lançamento da terceira temporada. As publicações juntavam duas marcas que não se vinculam em nenhum aspecto mercadológico, porém a parceria foi "inusitada" como intitula a matéria de Dimas Ribeiro (2019). O autor explica que a visão desta campanha, e da própria série, é a nostalgia dos anos 80, lembrando das antenas que precisavam de um ajuste que só o Bombril proporcionava na imagem dos televisores da época.

Com isso em vista, é possível interpretar os dados métricos das publicações no *Twitter*, envolvendo as duas marcas, da seguinte forma: a primeira com os seguidores do perfil Netflix Brasil, assinantes do *streaming* e pessoas que conhecem a série *Stranger Things*; a segunda interpretação se dá no que diz respeito a nostalgia envolvida com esta comunidade e referências utilizadas para transmitir lembranças. Essa técnica é bastante utilizada no neuromarketing, como visto anteriormente, e faz com que os consumidores consumam através de sentidos que são aguçados com a propaganda correta.

Podemos perceber que, ao continuar adotando estratégias que instigam a interação e a identificação do público presente no *Twitter* através do seu perfil, a Netflix continuou elevando seus dados métricos (conforme Figura 6). Percebemos que a terceira temporada teve três vezes menos postagens em comparação a segunda temporada, visto que não tivemos uma ação de interação em tempo real como ocorreu na campanha do episódio ao vivo no SBT. Porém, na comparativa métrica, observamos uma crescente nos resultados de curtidas e comentários - *retweets* se manteve equilibrado - mesmo com essa desvantagem.

Figura 6 – Comparativo métricas entre Segunda e Terceira Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

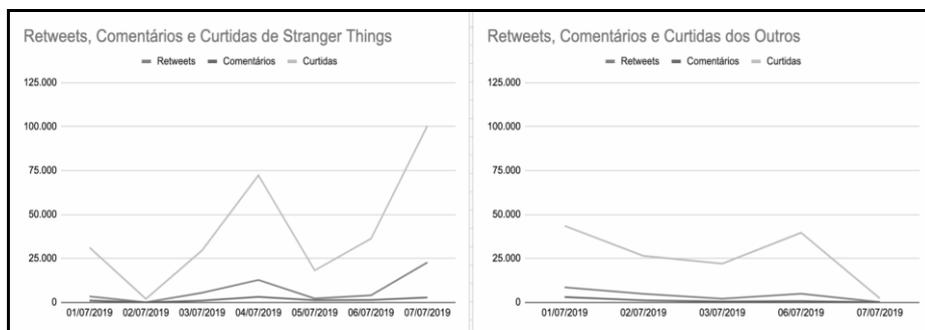
É aqui que podemos perceber como o *hype* é estrategicamente elaborado com uma base sólida de publicidade. Em um cenário em que, em 2017, a Netflix não planeja ações em prol da divulgação da série *Stranger Things*, como o *Super Bowl* e o SBT, os números das temporadas seguintes talvez não tivessem métricas tão significativas e não atingiram a criação das comunidades de fãs envolvidos com o show. Lucieli Cardoso Milak (2017, p.12) citando Jenkins, Green e Ford (2014), pontua que os fãs são propagadores de conteúdos por meio "da consolidação das relações sociais e pela construção de comunidades maiores através da circulação de mensagens de mídia".

O *inbound marketing*, utilizado pela Netflix, pode ser percebido quando ela se comunica com os fãs da série nessa terceira temporada, momento em que ela quer engajar através do que eles já sabem sobre *Stranger Things*. Diferente da temporada anterior (Segunda temporada), na qual as estratégias eram voltadas a divulgar a série como um "novo show", essa temporada (Terceira temporada) tem seu marketing voltado a um conteúdo que busca dar continuidade às identidades - e a comunidades - que já se concretizaram. Isso é afirmado quando os números de *retweets* se mantêm estáveis mesmo depois de 2 anos entre os lançamentos das temporadas.

Eloy Santos Vieira (2017, p.5) citando Auxílio *et al* (2013) diz que os fãs, um público mais engajado e que mais se identifica com algo, dedica boa parte do seu tempo procurando informações sobre o filme, série, artista ou algo em que acredita fielmente. E é nesse público que estão os usuários mais

engajados e que repassam às demais redes os conteúdos que consomem. Nesse caso, entendemos isso dentro da métrica de *retweets*, uma das principais para iniciar o processo de *hype*. Dito isso, percebemos, na Figura 7, como toda essa atmosfera segue em contínua evolução nas métricas, diferente dos demais conteúdos que não citam *Stranger Things*.

Figura 7 – Comparativo métricas diárias Terceira Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

É importante ressaltar que o *hype* está no significado que o torna um fenômeno. Quando a Netflix utiliza de várias estratégias de marketing para que a série seja reconhecida, ela está criando uma rede que se conecta com um ponto em comum. Quando ela consegue manter esses números pela segunda vez - na terceira temporada - com um marketing um pouco menor, mas ainda assim baseado nas estruturas certas e com estratégias voltadas ao público certo, ela se mantém com métricas que comprovam seu sucesso: isso demonstra o seu *hype*.

3.4 Quarta temporada

Os marcos publicitários das temporadas de *Stranger Things* se dão em alguns momentos: o primeiro quando estreou no *Super Bowl* e em TV aberta; o segundo quando se torna mercadológica inserindo o *product placement* das marcas parceiras nos episódios; e, agora, na quarta temporada utilizando da estratégia de quebra de temporada, formando duas levadas de episódios em duas datas diferentes de 2022 A primeira parte em 27 de maio de 2022 e a segunda em 1 de julho do mesmo ano.

Segundo Thiago Forato (2022) "A Netflix tem adotado uma prática no lançamento de algumas temporadas das suas séries como *Strangers Things*: dividir os episódios em duas levas. O motivo visa postergar a saída dos usuários da plataforma". Do ponto de vista administrativo, isso gera aderência de assinaturas por um período maior. No ponto de vista publicitário, voltado ao *Twitter*, isso é mais tempo de exposição e um *hype* prolongado.

Stranger Things bateu recordes já na primeira parte da quarta temporada, sendo a série na língua inglesa mais assistida na plataforma. Com 17 dias desde sua estreia, ela ultrapassou 781 milhões de horas assistidas⁸ na Netflix. Isso pode ser explicado em duas vertentes: no lado das comunidades de fãs, que já serviram como uma das possibilidades na terceira temporada, e com o uso estratégico dos recursos para recriar a atmosfera da série no mundo real, em que *Stranger Things* invadia o cotidiano das pessoas.

A maior novidade que a Netflix trouxe para a divulgação dessa temporada, foi a recriação de pontos referenciais da série em cidades espalhadas pelo mundo. Além disso, os *product placement* existentes apenas como uma inserção na temporada anterior, ganham vida neste ano. Acontece que as marcas realmente quiseram mostrar que se conectam de alguma forma com o universo de *Stranger Things*. Enquanto as outras séries que concorriam pela audiência no mesmo período tinham um nicho muito específico de público-alvo, *Stranger Things* se mantinha como uma série de diversas comunidades.

Lançada no dia 27 de maio, seus sete episódios estão cheios de referências pop do passado, que abrem um novo universo de propaganda para marcas. [...] Referências visuais sobre moda, música e comportamentos são constantes e conversam com um público que, se não fosse pela magnitude da série e o impacto de seus personagens e da trama, dificilmente chamaria a atenção dessa nova geração em outro contexto (BRANDÃO, 2022).

Marcelo Brandão (2022) fala que os *streamings* hoje são a principal forma de "fazer" propaganda, isso porque são o maior meio de gerar impacto através da comunicação. Ele pontua que "Marcas que souberem criar

⁸ Disponível em: <<https://mundoconectado.com.br/noticias/v/26120/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

narrativas poderosas nessas plataformas facilmente alcançaram um alto nível de engajamento com diferentes públicos".

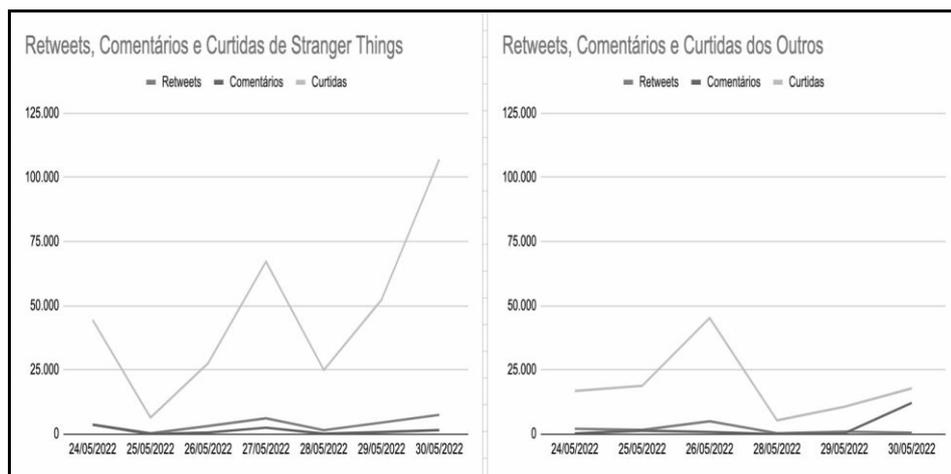
Brandão (2022) questiona o leitor sobre "Por que a geração Z não conhece artistas antigos, mas essas referências funcionam em seriados como *Stranger Things*?". Isso ocorre em virtude da adaptação e criatividade que os produtores criam e inserem referências nos momentos mais propícios ao acionamento de gatilhos mentais, que subconscientemente gravam a mensagem transmitida - entendemos essa estratégia novamente como *neuromarketing*, uma das mais utilizadas em *Stranger Things*. Um exemplo do que Brandão pontua é a música "*Running Up That Hill*", de Kate Bush, lançada 37 anos atrás e que voltou às paradas em 2022, ano de estreia da quarta temporada.

A canção conquistou o primeiro lugar no iTunes Global e no Spotify Global, além de garantir o primeiro top 10 na carreira de Kate Bush. No Brasil, "*Running Up That Hill*" ficou entre as dez mais ouvidas no Spotify, tornando-se a primeira faixa do século passado a entrar no topo do ranking. Segundo a Billboard, a música teve um aumento de 8700% de reproduções globais em comparação a um dia antes da estreia da quarta temporada de *Stranger Things* (BELOTTO, 2022).

Os números por si só demonstram que a música se tornou um *hype*. A cena que a música é apresentada ao público é a da personagem Max (Sadie Sink) sendo levada pelo vilão da temporada, Vecna (Jamie Campbell Bower), para o Mundo Invertido. Nessa cena não só a música viralizou como a própria cena também.

A primeira parte da quarta temporada serviu para criar euforia e expectativa para o desfecho que foi lançado em 1 de julho. Analisando de forma isolada cada uma das partes, a primeira lançada no dia 27 de maio de 2022 conseguiu manter o engajamento das outras temporadas. Comparando com a temporada anterior, os números em relação ao volume de postagem aumentaram, no entanto, seu conteúdo tratou-se de *posts* simples que se encaixam nos típicos status do *Twitter*. Não se observa uma campanha dedicada exclusivamente para a mídia social. Isso pode ser entendido quando olhamos para as campanhas *offline* que foram realizadas. Subentendesse que as métricas do *Twitter* e o engajamento venham dos usuários que acompanharam o crescimento da série desde suas temporadas anteriores.

Figura 8 – Comparativo métricas diárias primeira partes Quarta Temporada

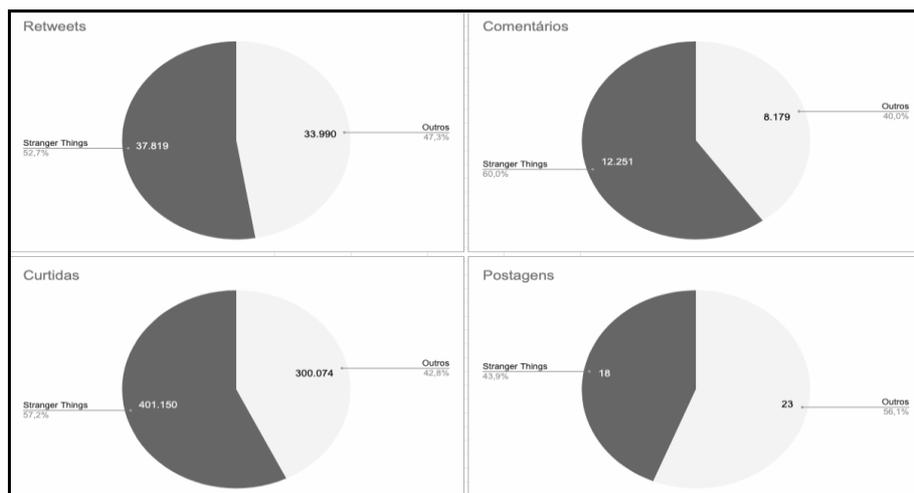


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Sobre a percepção da métrica de comentários de *Stranger Things* serem menores que os dos demais conteúdos da Netflix, é possível obter sentido quando entendemos os posts enquanto conteúdos e sua propensão a instigar o leitor a realizar uma ação derivada do que vê e entende. Ao observar a linha da campanha, desta temporada, ela não se relaciona de forma exclusiva à série, mas sim cita alguns personagens os referenciando a algo que aconteceu nos episódios. O que parece ao leitor é que forçaram uma campanha para as redes sociais quando o foco dessa temporada foi levar *Stranger Things* a uma experiência multissensorial, com foco nos sentidos que são aguçados através de estratégias de *neuromarketing*. A segunda observação é compreendida no interesse das pessoas em participar de algo antes que ele seja popular, se torne *mainstream*, convencional. O *hype* em seu primórdio traz a narrativa de ter a exclusividade quando utiliza-se raridade e identidade (MOTTA, 2022).

Na segunda parte da quarta temporada as métricas referentes à série e os demais conteúdos da Netflix não apresentam nenhuma discrepância em números.

Figura 9 – Comparativo métricas segunda parte Quarta Temporada



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Nos gráficos acima, é nítido perceber que, mesmo com menos *posts*, a série gera maior relevância em números do que os demais conteúdos da Netflix. Isso pode ser entendido como um movimento de fãs que ainda se ligam através das identidades já criadas com a série. Pressupondo outro cenário, é possível estabelecer que a série, mesmo com sua comunidade já estabelecida, ainda consegue ser vista por pessoas que não estão no rótulo de fãs, mas que querem pertencer a uma comunidade virtual por outros aspectos que a série representa, como o status.

Segundo Ribeiro (2017, p. 44) "todo consumo é cultural" pois envolve um significado. O autor Slater (2002 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 44) traz a colocação do "signo função" onde a mercadoria é relacionada ao status e significado que dará ao indivíduo que adquiriu, ou nesse caso, participou.

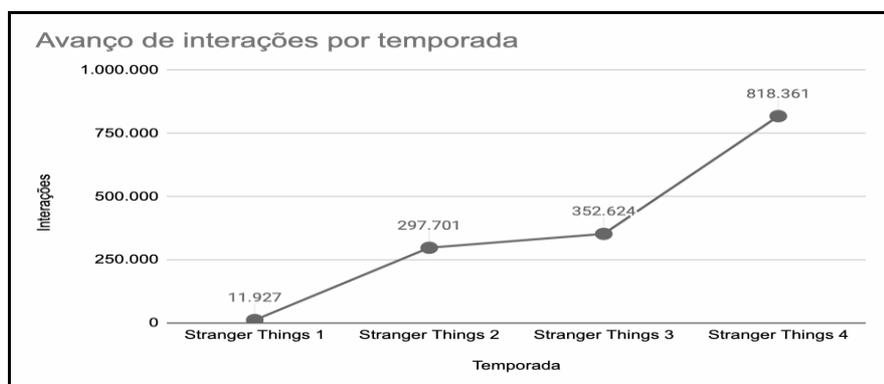
O caso de *Stranger Things*, possui não só a função de disponibilizar títulos, mas também promove seu "signo função" pelo reconhecimento de valores agregados à marca mundialmente, criando uma identidade em usuários através do consumo da plataforma. Pode-se dizer que: "eu consumo *Stranger Things*, e ao mesmo tempo, faço parte de uma comunidade que se diferencia por participar ou desejar viver aspectos da década de 80, do gênero terror e de outras temáticas que envolvem a série". (RIBEIRO, 2017, p.44)

Isso se aplica à estratégia adotada pela Netflix em recriar o mundo invertido no mundo real, ao incluir parcerias como o Burger King - rede mundial de *fastfood*. Acontece que quando a marca entra na campanha temática de *Stranger Things* muitos consumidores são instigados pela ideia de ter algo relacionado ao que está sendo falado naquele momento. No entanto, é muito nítido o signo função que a mercadoria temática do Burger King proporciona. As identidades são construídas através do consumo.

As estratégias das outras temporadas de *Stranger Things* para as mídias digitais criaram relevância à série, criaram comunidades de sujeitos que se identificam com os mais diversos aspectos e, acima de tudo, ela se torna um centro referência de *hype*, onde as pessoas são as responsáveis por conduzi-la nessa construção.

No gráfico a seguir (Figura 10) nota-se toda a construção do *hype* de *Stranger Things* relatada neste capítulo. É possível perceber como a série se desenvolve diante do alcance com o público. As interações em cada temporada foram somadas e agora é nítido o envolvimento dos usuários do *Twitter* a cada novo passo que a série dava.

Figura 10 – Comparativo métricas de interação todas as temporadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em 2022 a série chegou ao ponto em que as pessoas queriam mais e é por isso que o *neuromarketing* sai do 2D, apenas com referenciais visuais e passa a ser múltiplo sensorial. *Stranger Things* em 2022 se torna uma série viva. O *hype* de *Stranger Things* é real (YURE, 2016).

Conclusão

O objetivo desta pesquisa baseou-se em entender e perceber como se formou a construção do *hype* da série *Stranger Things*. Para isso coletamos métricas públicas de *posts* no perfil Netflix Brasil no *Twitter*, em um período de sete dias de cada temporada. A análise levou em consideração publicações que referenciam a série e também os demais posts com conteúdos de outros shows da Netflix, para traçar comparações.

Analisando cada temporada de forma isolada, viu-se que cada uma tem uma particularidade, porém possuem o sujeito enquanto centralidade. Em resumo, a primeira temporada foi esquecida pela Netflix, no entanto, quando o show aponta alguns números interessantes no *Twitter* e na própria plataforma de *streaming*, a marca nota que, se *Stranger Things* fosse bem trabalhada mercadologicamente, poderia atingir vários públicos que se identificariam com algum aspecto da série - sendo a temática oitentista, o gênero fantasia, ficção e terror ou até mesmo com os personagens adolescentes.

Por isso, na segunda temporada as estratégias de divulgação da série começam em nível global de forma agressiva no comercial do *Super Bowl*. Aqui no Brasil a estratégia utilizada foi a transmissão de um episódio em TV aberta e, simultaneamente a isso, o perfil Netflix Brasil no *Twitter* era suprido com comentários em tempo real do que estava sendo transmitido. A estratégia de transmídiação é claramente utilizada, e no *Twitter* essa interação gerada traz relevância ao conteúdo de *Stranger Things* que logo atingiu os *Trending Topics* (tópicos em alta no *Twitter*). Percebemos que aqui a série é de fato apresentada ao público.

Neste cenário podemos traçar um esboço de como o *hype* ocorre no *Twitter*. A partir de sujeitos que se identificam com algo, nesse caso *Stranger Things*, e interagem com o conteúdo criando relevância. Assim, o *Twitter*, com seus próprios mecanismos, dissemina para outras pessoas que não necessariamente tem interesse no assunto, mas que de alguma forma também se identificam e realizam sua primeira ação, que é curtir. Isso por fim cria um ciclo, onde o *hype* de *Stranger Things* vai crescendo enquanto a Netflix abastece a rede com esses conteúdos e os usuários continuam "falando" sobre o assunto.

Na terceira temporada é introduzido o *product placement* de forma visível aos telespectadores. Utilizando de conteúdos que conversam com as identidades do seu público e instigando a curiosidade para assistir a série, essa temporada tem como fundamento a conversão.

A quarta temporada traz uma estratégia de aderência de assinaturas que dividiu os episódios em duas levas, isso gerou maior tempo de exposição da série nas mídias sociais. Porém, a principal estratégia dessa temporada foi levar experiências multissensoriais aos consumidores. Entendemos essa estratégia como a fidelização, para que as identidades criadas por *Stranger Things* sejam associadas a experiências que transpassam mídias criando status de pertencimento a uma comunidade.

Atualmente a Netflix utiliza do *inbound marketing* nas suas estratégias publicitárias, com base no Funil de Vendas. É possível notar que cada temporada de *Stranger Things* segue a mesma lógica: segunda temporada é atração, terceira temporada é conversão e a quarta é fidelização.

Em resumo, no que diz respeito a construção publicitária de *Stranger Things* é possível perceber que todas as estratégias adotadas foram cruciais para que a série se tornasse um *hype* mercadológico. Isso se dá na construção das identidades e comunidades que se formam através da série, atingindo a sociedade em rede e fazendo com que os usuários alimentem o *hype*, ao mesmo tempo em que este fornece suprimentos para as comunidades virtuais que se constituem a partir da identificação com *Stranger Things*. Também foi perceptível como o plano de ação da Netflix acabou sendo elaborado minuciosamente para que a mesma, de forma gradual, acompanhasse o fluxo das características do *inbound marketing*.

O objetivo constituído em entender como o *hype* pode ser utilizado nas estratégias do marketing digital, é alcançado quando se torna nítido que a Netflix utiliza do *hype* como uma estratégia em suas redes. O perfil Netflix Brasil, como visto na quarta temporada, mostrou que o *hype* precisa ser usufruído em sua amplitude. A marca faz isso quando utiliza da relevância que seu perfil teve, através da série *Stranger Things*, para divulgar seus outros conteúdos.

É válido reforçar nesta conclusão que o estudo permitiu relacionar aspectos da publicidade e do marketing, em especial o digital e *inbound*, com o comportamento social dos usuários em redes na internet. A globalização, as identidades fragmentadas e comunidades virtuais permitem a aplicabilidade de metodologias comunicacionais que criam e disseminam conteúdos em *hypes*.

Referências

ABREU, Karol Almeida da Silva. **Ciberespaço e cibercultura: um novo tipo de sociedade na contemporaneidade.** In: XIX Congresso de Ciências da

Comunicação na Região Centro-Oeste, n. 19. 2017. Anais eletrônicos [...] Cuiabá: Intercom, 2017. 11 p. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/resumos/R56-0339-1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

AGUIAR, Ricardo Henrique Saltarelli; CAMPOS, Renato Márcio Martins de. As estratégias de marketing da Netflix: um estudo de caso sobre Stranger Things. *In: Revista UNAERP*, Ribeirão Preto, v. 12, set./dez. 2019.

ALZAMORA, Geane Carvalho; SALGADO, Tiago Barcelos Pereira; MIRANDA, Emmanuelle C. Dias. **Estranhar os algoritmos: stranger things e os públicos de netflix**. Revista GEMINIS, São Carlos, UFSCar, v. 8, n. 1, p.38-59, jan. / abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/280/251>. Acesso em: 19 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p. Tradução de: L`analyse de contenu.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Tradução Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. 195 p. Tradução de: Simulacres et simulation.

BELOTTO, Arthur. **Como Stranger Things trouxe uma música de 37 anos atrás de volta às paradas de sucesso**. CNN Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/como-stranger-things-trouxe-uma-musica-de-37-anos-atras-de-volta-as-paradas-de-sucesso/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BOZINOSKI, Mónica. **Hype-notized: o que é a cultura do hype**. Vogue. Portugal, 2020. Disponível em: <https://www.vogue.pt/cultura-hype-futuro>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRANDÃO, Marcelo. **Stranger Things 4 é uma aula sobre engajamento e ampliação de marca**. Consumidor moderno. 2022. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2022/05/31/stranger-things-4-marketing-aula/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora: Instituto Bento de Jesus Caraça, 2007. 166 p. (SOC - Publicações - Livros). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/2468>. Acesso em: 20 out. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade Em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1999.

Tradução de: The rise of the network society. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/392268/mod_resource/content/1/ASociedadeEmRedesVol.I.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **A comunicação virtual segundo Lévy e Baudrillard**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n. 24. 2001. Anais eletrônicos [...] Campo Grande: Intercom. 15 p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP1COELHO.PDF>. Acesso em: 1 jun. 2022.

DIGITAL LAND. **6 técnicas de neuromarketing que podem mudar suas campanhas**. Digital Land. 2018. Disponível em: <https://digitalland.com.br/blog/6-tecnicas-de-neuromarketing-que-podem-mudar-suas-campanhas/>. Acesso em: 12 out. 2022.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 209 p.

FERNANDES, Rodrigo. **O que é trend no Tik Tok? Veja o significado de cinco expressões do app**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/04/o-que-e-trend-no-tiktok-veja-o-significado-de-cinco-expressoes-do-app.ghtml>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

FORATO, Thiago. **Porque a Netflix pretende 'dividir' cada vez mais suas séries**. UOL. 2022. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/mercado/2022/07/16/por-que-a-netflix-pretende-dividir-cada-vez-mais-suas-series-184555.php>. Acesso em: 10 out. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. 102 p. Tradução de: The question of cultural identity.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN; Iwan. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. Tradução Ivo Korytowski. São Paulo: Sextante, 2017. 187 p. Tradução de: Marketing 4.0.

LEAL-TOLEDO, Gustavo. **Em busca de uma fundamentação para a Memética**. Minas Gerais, v. 36, 2012. 24 p Trabalho de Conclusão de Curso

-Universidade Federal São João Del-rei, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/DC38PhpMP5drhrTRFqRrSy/?lang=pt#>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LIMA, Aguinaldo José de. **A importância de internet para globalização**. Trabalhos Escolares. Tupã, 2009. Disponível em: <https://www.trabalhosescolares.net/a-importancia-de-internet-para-globalizacao/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LOSCHI, Gabriela; TRIVISAN, Léo. **Da novidade ao sucesso, pega esse Hype!**. House Mag. 2017. Disponível em: <https://www.housemag.com.br/www/noticia/4655-da-novidade-ao-sucesso-pegas-esse-hype.html>. Acesso em: 31 mai. 2022.

MAZZOCATO, Sandra Bordini. **Sujeito Pós-moderno, Identidade Múltipla e Reputação nas Mídias Sociais**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, n. 11. 2010. Anais eletrônicos [...] Novo Hamburgo: Intercom, 2010. 13 p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0954-1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MERCADO E CONSUMO. **Para consumidor, marcas relevantes ditam tendências e geram impacto social**: Estudo mostra como a relevância cultural impacta no sucesso. Mercado e consumo. 2021. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/25/05/2021/destaque-do-dia/para-consumidor-marcas-relevantes-ditam-tendencias-e-geram-impacto-social/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 19 mai. 2022.

MILAK, Lucieli Cardoso. A relação dos algoritmos com a teoria do fã na produção de narrativas televisivas: estudo de caso da série “Stranger Things” da Netflix. **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**, Unisul. 25 p, 2017. Especialização em Gestão de Mídias Sociais e Marketing Digital. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12285>. Acesso em: 20 out. 2022.

MIND'S UP. **O que é o hype?**. Mind's UP. 2019. Disponível em: <https://www.mindsup.com.br/blog/oqueehype>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOHSIN, Maryan. **7 estatísticas do Twitter que você precisa conhecer em 2021[Infográfico]**. Disponível em <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticastwitter#:~:text=500%20milh%C3%B5es%20de%20tweets%20s%C3%A3o,de%205.787%20tweets%20por%20segundo>. Acesso em 25 de abril de 2023.

MOTTA, Ana Paula. **Entenda o que é Hype e da sua relação com a moda, roupas e estilo.** Kace. Disponível em: <https://www.kacewear.com.br/blogs/conteudo/entenda-o-que-e-hype-e-da-sua-relacao-com-a-moda-roupas-e-estilo>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PAZ, João da. **Netflix exagera no merchan em Stranger Things e troca trama por propaganda.** Observatório da TV. 2019. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/series/netflix-exagera-no-merchan-em-stranger-things-e-troca-trama-por-propaganda-28012>. Acesso em: 5 out. 2022.

PAZ, João da. **Stranger Things estreou há 6 anos sem marketing e ignorada pela Netflix.** Observatório da TV. 2022. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/series/stranger-things-estreou-ha-6-anos-sem-marketing-e-ignorada-pela-netflix>. Acesso em: 8 nov. 2022.

PIZA, Mariana Vassallo. **Processos de influências sociais no ambiente online:** análise da youtuber Jout Jout. Repositório UnB, 2016. 154 p Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22919/1/2016_MarianaVassalloPiza.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Sulina: Meridional, 2009. 191 p. (Coleção Cibercultura).

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados :** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002. 64 p. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

RESULTADOS DIGITAIS. **Mídias Sociais.** Resultados Digitais. 2022. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/midias-sociais/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

RIBEIRO, Tadeu Carvão. **O CONSUMO NOSTÁLGICO NA CULTURA PARTICIPATIVA DOS FÃS DA SÉRIE STRANGER THINGS.** 107 p Tese (Área de concentração: Mídia, Cultura e Produção de Sentido.) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: https://ppgcom.uff.br/wpcontent/uploads/sites/200/2020/04/tese_mestrado_2017_tadeu_carvao_ribeiro.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

RIBEIRO, Tadeu. O Capital Nostálgico e o Fenômeno Stranger Things. *In: INTERCOM*, n. 40. 2017. Anais eletrônicos [...] Curitiba, 2017. 15 p.

Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1724-1.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

RIBEIRO, Dimas. **Stranger Things**: Netflix e Bombril em parceria inusitada. Consumidor Moderno. 2019. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2019/07/02/stranger-things-bombril/>. Acesso em: 25 out. 2022.

RUSSO, Alessandra Giugliano. **A empresa no Twitter**: apontamentos sobre visibilidade mediática e estratégias de comunicação com o público. *In*: V ABRAPCORP, n. 5. 2011. Anais eletrônicos [...]. 2011. 16 p.

SANTOS, Francisco Sérgio dos; PESSÔA, Marcelo Schneck de Paula. A Internet e as Consequências da Globalização da Informação. *In*: **ENEGEP**. 2000. Anais eletrônicos [...]. Abepro, 2000. 8 p. Disponível em: https://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0141.PDF. Acesso em: 16 mai. 2022.

SCHERMANN, Daniela. **Neuromarketing**: como o cérebro influencia o comportamento do consumidor. Opinion Box. 2020. Disponível em: https://blog.opinionbox.com/neuromarketing-o-que-e-amp/?gclid=CjwKCAjwh4ObBhAzEiwAHzZYUwKnL8i77AvMq58FM02eUMn7E0PdKr1zSUIdXFb6v00jqDLj9j-RNBoCPwEQAvD_BwE. Acesso em: 12 out. 2022.

SIGILIANO, Daiana; BORGES, Gabriela. **As discussões sobre The X-files na Social TV**: uma análise do backchannel da décima temporada. Revista Contemporânea, Salvador, v.17, n.01, p.29-52, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/23386>. Acesso em: 31 out. 2022.

SMAAL, Beatriz. **A história do Twitter**. Tecmundo. 2010. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm>. Acesso em: 28 mai. 2022.

VIEIRA, Eloy Santos; SILVA, Tarcízio Roberto da. **Fãs, consumo cultural e segunda tela**: proposições metodológicas acerca das audiências no twitter. *In*: Congresso Televisões. 2017. Anais eletrônicos [...] Niterói, 2017. 30 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320189322>. Acesso em: 17 out. 2022.

YURE, Icaro. **O hype de Stranger Things é real**. 2016. Disponível em: <https://whosthanny.com/stranger-things>. Acesso em 25 de abril de 2023.

Impactos da austeridade fiscal no investimento da União em políticas sociais e nas desigualdades no Brasil de 2012 a 2021

Laucir Gerson Breikreitz¹
Luís Fernando Santos Corrêa da Silva²

Resumo: O presente artigo discute as políticas de austeridade fiscal implantadas no Brasil nos anos recentes, considerando-se os investimentos do orçamento federal em políticas sociais. O Brasil é historicamente marcado por altos níveis de pobreza e desigualdades sociais, situação que se agravou a partir da implementação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016. Sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, a forma de abordagem foi qualitativa e quantitativa, houve análise documental dos materiais qualitativos, e também análise estatística descritiva sobre dados levantados, com suporte bibliográfico. Os resultados apresentados no artigo demonstram que no período de 2012 a 2021 houve a redução ou a insuficiência de investimentos da União em políticas sociais para efetivação de direitos previstos constitucionalmente. Constata-se impactos negativos das políticas austeras nas áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, proteção à infância e assistência aos desamparados. As políticas sociais têm importância significativa na conformação da vida das pessoas, especialmente as mais pobres, e a forma como determinadas políticas são concebidas e implementadas gera efeitos e influência nos altos níveis de pobreza e desigualdade. O orçamento público é um importante instrumento para redução da pobreza e desigualdades sociais, e a austeridade, enquanto mecanismo de restrição para implementação de políticas sociais, influencia na produção e ampliação de desigualdades, é socialmente injusta.

Palavras-chave: Desigualdades; Austeridade; Políticas Sociais; Orçamento.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: laucir.gb@hotmail.com.

² Professor Doutor, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: lfscorrea@gmail.com.

Impacts of fiscal austerity on Federal investment in social policies and inequalities in Brazil from 2012 to 2021

Abstract: This article discusses the fiscal austerity policies implemented in Brazil in recent years, considering the federal budget investments in social policies. Brazil is historically marked by high levels of poverty and social inequality, a situation that has worsened since the implementation of Constitutional Amendment No. 95 of 2016. About the methodological procedures of the research, the form of approach was qualitative and quantitative, there was documentary analysis of qualitative materials, and also descriptive statistical analysis on data raised, with bibliographic support. The results presented in the article show that in the period from 2012 to 2021 there was a reduction or insufficiency of Union investments in social policies for the realization of constitutionally provided rights. The negative impacts of austerity policies in the areas of education, health, food, work, housing, child protection, and assistance to the destitute are observed. Social policies have significant importance in shaping people's lives, especially the poorest ones, and the way certain policies are conceived and implemented generates effects and influences on the high levels of poverty and inequality. The public budget is an important instrument for reducing poverty and social inequalities, and austerity, as a restrictive mechanism for implementing social policies, influences the production and expansion of inequalities, and is socially unjust.

Keywords: Inequalities; Austerity; Social Policies; Budget.

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a influência da austeridade fiscal no investimento público da União em políticas sociais no Brasil no período de 2012 a 2021, e o impacto das medidas austeras nas desigualdades sociais, especialmente considerando-se os desdobramentos da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Esse é um tema socialmente relevante, pois como explica Costa (2013, p.1) “as desigualdades têm vindo a ser objeto de atenção recorrente na esfera pública, e não será arriscar muito dizer que se tem vindo a instalar, no

quotidiano, uma sensibilidade social crescente face a elas”. Esse autor também indica que cada vez mais se colocam e são debatidas questões sobre esse problema, como se há um aumento ou a uma redução das desigualdades, ou quais são as tendências atuais a esse respeito. (COSTA, 2013). Os problemas da pobreza e da exclusão social nas sociedades contemporâneas são estreitamente relacionados com o das desigualdades sociais, pois implicam desigualdade de recursos e de oportunidades, e podem também se encaixar nas categorias de desigualdades vitais, como aspectos de saúde, sobrevivência e deficiência, e também de desigualdades existenciais, como aspectos de exclusão relacional, cultura e institucional. (COSTA, 2013). Esse é um tema que precisa ser amplamente debatido e esse artigo pretende contribuir nesse sentido a partir da análise dos investimentos públicos em políticas sociais.

A pesquisa apresentada tem característica interdisciplinar considerando-se a temática da investigação e as áreas de estudo mobilizadas, das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Sobre os procedimentos metodológicos, a forma de abordagem da pesquisa foi qualitativa e quantitativa, também denominada quali-quantitativa ou mista. Essa perspectiva é necessária dado o tema central, que trata da discussão sobre desigualdades sociais e investimentos públicos em políticas sociais no Brasil, considerando-se o orçamento da União e o contexto de austeridade fiscal. Dessa forma, os dados e informações serão analisados tanto objetivamente quanto subjetivamente. Em relação aos procedimentos técnicos, levantamento de dados, a pesquisa foi documental. Ocorreu a busca de elementos diversos sobre orçamento público, desigualdades sociais e temáticas conexas a partir de documentos disponíveis em publicações de sites governamentais e de outras instituições, e como suporte ou de forma complementar foram utilizadas fontes bibliográficas. Houve análise documental dos materiais qualitativos, e também análise estatística descritiva sobre dados levantados.

2 Concepções de desigualdades sociais, políticas sociais e austeridade fiscal

Conforme argumentam Dweck, Silveira e Rossi (2018, p.32), “Uma das principais características da sociedade brasileira é a desigualdade social que se manifesta em múltiplas faces”. Esses autores apontam que não somente há desigualdade de renda, mas também no acesso e na qualidade de serviços sociais básicos e grande concentração riqueza. Para Sen (2010), os

debates sobre políticas econômicas têm sido distorcidos, devido à ênfase que é dada à desigualdade e pobreza medidas pela renda. Muitas vezes não se atenta suficientemente a outros problemas, como desemprego, qualificação, exclusão social. Desigualdade econômica e de renda não devem ser considerados sinônimos. O autor coloca que a desigualdade econômica tem concepções mais amplas, e exemplifica com a distribuição de mais recursos a uma pessoa que tem alguma incapacidade. No caso, a maior necessidade de recursos deve ser considerada quando do julgamento da igualdade econômica. (SEN, 2010). Costa (2013), reforça a ideia de multidimensionalidade das desigualdades, na análise há necessidade de se considerar as intersecções. As múltiplas desigualdades, ou algumas delas, coexistem, se interligam e se influenciam. Para citar exemplos, há de interações entre desigualdades socioprofissionais nas desigualdades de trabalho e de rendimento, assim como nas desigualdades de acesso à saúde e consumo. Há interrelações sistêmicas entre dimensões de desigualdades e também intersecções constitutivas. Especialmente as desigualdades socioeconômicas e socioculturais coexistem e geram diversas formas de injustiça social, e que às vezes competem entre si e se reforçam mutuamente (COSTA, 2013). Na pesquisa apresentada considera-se as desigualdades socioeconômicas, impactadas pela redução de investimentos públicos em políticas sociais.

As políticas públicas podem ser instrumentos importantes para a redução das desigualdades sociais, elas se caracterizam como um conjunto de decisões que governos tomam para garantir algum direito, que podem ser materializadas por meio de programas, ações. Elas podem ter, por exemplo, natureza fiscal, tributária, econômica. E também políticas sociais são modalidades de políticas públicas, que têm por objetivo específico a execução de direitos sociais. E nesse sentido, a partir da promulgação da Constituição Federal, “Em 1988 o Brasil adotou políticas sociais de caráter universal e vinha logrando reduzir o contingente de miseráveis, além de ter ampliado o acesso da população aos serviços de educação, saúde, previdência, saneamento e assistência social” (VIEIRA *et al.*, 2018, p.6). Na Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II, dos Direitos Sociais, constam os direitos que as políticas sociais visam garantir: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 6º). As políticas sociais podem ser instrumentos de combate às desigualdades na medida em que têm um papel redistributivo, como por exemplo, as transferências de renda que “(...) são instrumentos de políticas sociais voltados à proteção de todos os indivíduos de uma sociedade com

vistas à garantia de renda e acesso a um padrão de vida mínimo definido socialmente” (IBGE, 2021, p.45).

Austeridade fiscal é um instrumento ou prática de política econômica que normalmente é utilizada para controle fiscal, relaciona-se ao orçamento público, que é um instrumento que contempla a estimativa de receitas e despesas de um ente, no caso em estudo, da União. A austeridade também tem relação com a dívida pública, uma vez que medidas de ajuste fiscal são também utilizadas para o controle do endividamento do Estado. “A questão da austeridade fiscal está estreitamente vinculada com o ideário neoliberal, posto que dentre as prescrições do Consenso de Washington, de 1989, estão a disciplina fiscal e a redução dos gastos públicos (ou redirecionamentos das prioridades dos gastos públicos)” (CELLA, 2019, p.183). A austeridade não é um termo originalmente econômico, tem princípio na filosofia moral, e representa “o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade... e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p.15). Em relação a conceito econômico, austeridade fiscal representa o rigor no gasto público, com o objetivo da redução ou pagamento da dívida pública. Ou seja, é um termo utilizado na ação que tem como objetivo reduzir déficit público ou promover superávit, que a despesa do governo não seja maior do que receita. Contemporaneamente no cenário brasileiro observa-se a tentativa da manutenção ou redução do endividamento público, mediante o pagamento da dívida ou de seus juros, por meio do corte de gastos. E um importante argumento em favor da austeridade fiscal é a suposta confiança do mercado ou dos investidores, que um governo com desequilíbrio fiscal traz incerteza quanto a honrar seus compromissos, e que isso afeta a economia gerando inflação, recessão e, portanto, baixa lucratividade ao capital que seria investido.

Um marco na implantação de um regime de austeridade fiscal no Brasil foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, e que tem significativos desdobramentos. Foi instituída uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração de 20 anos e possibilidade de revisão, restrita ao índice de correção em 10 anos. As despesas do governo podem ser caracterizadas em primárias e financeiras. As despesas primárias são todos os gastos destinados a prover bens e serviços à população, como saúde, educação, rodovias e manutenção da estrutura do Estado. Por exemplo, são as despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes e investimentos. As despesas financeiras são principalmente as resultantes do pagamento de dívidas tomadas pelo Estado (amortização) ou juros. Também empréstimos tomados em favor de

outra instituição ou pessoa, por exemplo, parte de pagamentos de financiamento estudantil e programas habitacionais, mas de menor impacto orçamentário. E com a implantação dessa Emenda popularmente denominada PEC do Teto de Gastos, constitucionalizou-se a limitação de investimentos sociais para saúde, educação e atendimento das principais necessidades da população. Ou seja, foram menosprezadas as consequências da desconstrução de políticas públicas, porém não se restringiu o gasto com o pagamento da dívida pública e seus juros.

3 Implicações da austeridade fiscal na execução de políticas sociais e nas desigualdades

Considerando-se os direitos sociais previstos constitucionalmente, pretende-se demonstrar o impacto que trouxe a austeridade fiscal no investimento em políticas sociais no Brasil, com atenção especial às relacionadas à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, proteção à infância e assistência aos desamparados. As informações orçamentárias apresentadas foram obtidas por meio de uma ferramenta denominada Hípercubo do Painel do Orçamento Federal, que foi elaborada pela UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023), e trabalha com os dados disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP).

Em relação à educação, apresentam-se, no Quadro 1, despesas do governo federal. São totais pagos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social em dez exercícios, de 2012 a 2021, reajustados pelo IPCA até 2021. O valor constante em cada célula equivale ao total gasto no ano correspondente. A coluna Educação apresenta o total desta Função Orçamentária, e as demais colunas apresentam o montante de algumas de suas Subfunções que foram consideradas mais relevantes para a análise.

Quadro 1 – valores pagos na Função Educação e algumas Subfunções – Valores em R\$.

Ano	EDUCAÇÃO	Subfunção Ensino Superior	Subfunção Ensino Profissional	Subfunção Educação Básica	Subfunção Educação de Jovens e Adultos	Subfunção Educação Infantil	Subfunção Alimentação e Nutrição	Subfunção Transferências para a Educação Básica
2012	100.585.676.738,15	31.455.816.829,42	10.024.513.185,12	8.378.881.987,47	1.101.474.294,03	1.268.581.787,04	7.272.065.963,60	21.091.189.644,06
2013	109.049.185.793,49	36.415.290.331,39	13.238.409.050,31	7.333.238.940,56	521.845.918,27	448.385.532,55	7.637.691.563,47	18.833.741.413,34
2014	125.927.062.779,10	40.298.104.912,85	16.287.896.644,97	8.406.777.423,10	388.871.386,37	201.188.733,14	5.755.265.199,58	17.465.578.936,90
2015	126.485.674.565,24	42.316.510.342,98	14.442.447.723,57	5.754.220.459,52	196.882.436,52	70.836.239,59	5.372.837.573,97	17.303.749.689,56
2016	124.963.843.863,84	38.774.903.797,02	13.429.481.473,64	5.580.862.157,86	428.149.976,20	92.261.358,37	4.499.570.049,82	17.343.898.819,14
2017	129.216.387.855,19	38.932.544.427,32	13.413.067.604,97	5.017.483.052,82	101.451.480,34	132.679.835,43	4.941.312.448,82	18.050.875.318,05
2018	117.025.750.510,87	36.294.336.676,86	12.567.944.334,65	5.559.848.923,74	64.893.140,73	96.498.640,50	4.927.827.643,84	18.748.525.685,06
2019	111.498.228.480,88	35.890.812.884,54	12.736.309.849,57	4.761.827.295,33	82.259,72	98.463.396,61	4.672.629.286,60	19.249.186.501,41
2020	100.712.177.555,87	33.283.469.259,03	12.212.041.763,17	3.443.945.041,24	0,00	78.651.283,57	4.935.587.804,49	16.098.827.849,83
2021	101.417.801.411,70	30.423.172.641,22	11.482.418.087,57	3.866.320.321,75	279.928,65	85.519.202,47	4.409.945.849,64	22.386.890.781,52

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

Observa-se a partir do Quadro 1 que os investimentos do governo federal na Função Educação eram crescentes até 2017, à exceção do exercício de 2016. A partir de então houve decréscimo dos gastos que ficaram aproximados aos do primeiro ano da série histórica de análise. Semelhantemente, nas Subfunções analisadas ocorre o decréscimo de despesas a partir de 2015, com exceção do ano de 2021 na Subfunção Transferências para a Educação Básica.

Um comentário pertinente sobre Transferências para a Educação Básica, é que esta Subfunção também consta em uma Função que não será objeto de análise, a de Encargos Especiais. Nesse caso, os valores são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Sobre essas despesas houve aumento no valor pago no exercício de 2021 em relação à série histórica, mas decréscimo nos pagamentos de 2016 até 2020.

Tomou-se para verificação mais específica, com dados da mesma fonte, duas Ações orçamentárias relativas à Subfunção Ensino Superior,

consideradas relevantes nessa análise devido à importância para a permanência dos estudantes: Assistência ao Estudante do Ensino Superior e Concessão de Bolsa Permanência no Ensino superior. Em ambos os casos houve crescimento dos valores pagos até 2016, e posteriormente decréscimo significativo, também conforme dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023), com correção pelo IPCA. Assistência ao Estudante do Ensino superior foi de R\$ 1.063.552.160,04 em 2016 para R\$ 704.750.008,91 em 2021. Concessão de Bolsa Permanência no Ensino superior foi de R\$ 199.018.000,70 em 2016 para R\$ 158.986.517,21.

Diante do exposto, percebe-se o impacto da austeridade fiscal na educação, pois tendo em conta a correção monetária no período analisado constata-se a redução da destinação de recursos orçamentários para essa área. Se for considerado o investimento público por estudante no Brasil, Kerstenetzky (2012, p.241-242) aponta que este “continua se destacando como muito baixo até mesmo para os padrões latino-americanos: é um terço do (baixo) gasto chileno nos níveis pré-primário e fundamental, e menos de um quarto do gasto *per capita* desse país com o nível médio”. Nesse sentido também aponta a Coalizão Direitos Valem Mais (2020, p.235), que afirma que “o valor aplicado por aluno na educação básica no Brasil, em 2015, correspondia a apenas 41% do valor médio da OCDE e cerca de 30% dos valores cobrados em escolas privadas consideradas como de qualidade”. Essa instituição também indica que quando foram realizados estudos para o Plano Nacional de Educação referente ao período de 2014 a 2024, constatou-se que era necessário aumentar os recursos para essa área para 10% do PIB.

Conforme aponta Arretche (2015), a política educacional também afeta a renda futura dos indivíduos na medida em que diferenciais de salário estão associados ao prêmio da educação, ou seja, a trajetória da diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho é influenciada pela oferta de educação.

Nesse sentido, Tavares (2021) indica que:

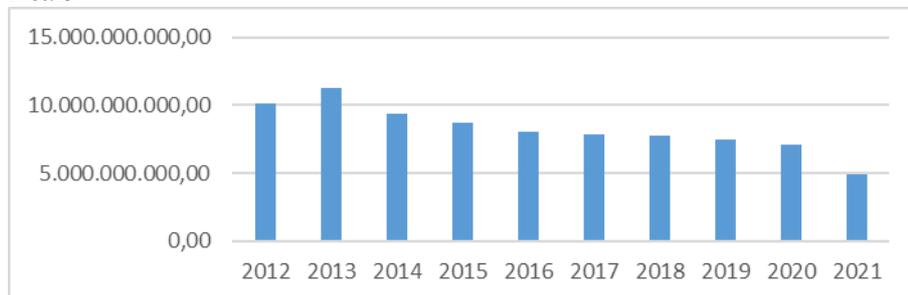
Aliada ao mercado de trabalho, o acesso à educação, segundo Coutinho (2013), tem forte influência na desigualdade social, porque pessoas que tem acesso à educação são, como regra, aquelas que se apropriarão parcelas mais significativas da riqueza e pessoas que não tiveram acesso à educação não somente tendem a ficar com parcelas reduzidas da renda, como também tendem, a transmitir a situação desprivilegiada para seus descendentes. (TAVARES, 2021, p.258).

Correlacionando-se desigualdades sociais e educação, e considerando o mercado de trabalho, destaca-se a afirmação de Piketti (2015), que aponta que em muitos momentos a desigualdade exige movimento coletivo para redistribuição de renda, porque ela contraria o senso de justiça social e deixa de otimizar recursos humanos que poderiam contribuir coletivamente. Para ele, as políticas de formação e educacionais, de forma ampla, apresentam-se como instrumentos importantes para promover a redistribuição eficiente porque proporcionam mudanças estruturais nas desigualdades de renda do trabalho. Portanto, políticas sociais relacionadas à educação impactam significativamente na conformação da realidade das pessoas, e a restrição de investimentos nessa área resulta em agravamento das desigualdades sociais.

Na discussão sobre políticas de formação e educacionais em conexão com as desigualdades sociais, é pertinente destacar também os investimentos em ciência e tecnologia, porque recursos dessa área são destinados à pesquisa e desenvolvimento científico, inclusive para pesquisadores e projetos vinculados às instituições federais de ensino. Destaca-se que “A universidade pública, responsável por patamares muito próximos da totalidade da pesquisa e da produção científica e do ensino de qualidade realizados no país, precisa ser preservada e defendida em sua autonomia, laicidade e gratuidade como espaço público de construção da democracia econômica, cultural e política”. (VASCONCELOS, 2022, p.87).

Na Função Ciência Tecnologia do orçamento federal, os gastos também foram reduzidos a partir de 2014, conforme pode ser observado no Gráfico 1: em 2012 foram investidos R\$ 10.093.005.162,26 e em 2021 R\$ 4.900.536.956,01.

Gráfico 1 – Valores pagos referentes à Função Ciência e Tecnologia – em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

Conforme a Coalizão Direitos Valem Mais (2020), o Brasil aplica nessa área apenas 24% do que é empregado em média pelos países membros da OCDE. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e que tem por objetivo fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico no Brasil. Esta entidade também disponibiliza bolsas para pesquisadores, formação de cientistas, e teve reduzidos seus recursos em mais de 65% comparando-se os valores pagos em 2013 com os de 2021. (UNIFESP; SOU_CIÊNCIA, 2023).

Considerando as informações demonstradas em relação à educação, corrobora-se com o pensamento de que “Se há um consenso em estratégia para o desenvolvimento de um país é o investimento em educação. A manutenção da desigualdade em educação é um dos fatores que mais determina a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza” (CAMPELLO, 2017, p.19). Isso evidencia a importância de se priorizar a utilização dos recursos do orçamento público em ações que facilitem o acesso à educação pela parcela mais carente da sociedade.

Ao analisar o período de 2002 a 2015 no Brasil, Campello (2017) destaca que o crescimento da renda da população foi fundamental para aumentar o acesso à educação. “A valorização do salário-mínimo, aposentadorias e, principalmente, o Bolsa Família fizeram toda a diferença, uma vez que o perfil predominante das famílias pobres é formado por pessoas jovens com filhos em idade escolar e uma parte destas crianças estavam no trabalho infantil ou privadas do acesso à escola” (CAMPELLO, 2017, p.19).

E especialmente sobre o salário-mínimo no Brasil é importante fazer algumas considerações, pois também foi impactado pela política de austeridade fiscal. Isso se evidencia pelo fato de ele não teve mais aumento real significativo nos últimos anos, conforme indica o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023). Destaca-se que para os dados apresentados, esta entidade considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e que os reajustes do salário-mínimo ocorrem no início do mês de janeiro, com vigência até o final de cada ano. A partir do que o DIEESE (2023) demonstra, observa-se que no período de janeiro de 2012 a janeiro de 2015 o percentual de reajuste do salário-mínimo acumulado acima da inflação foi de 13,85%. De janeiro de 2016 a janeiro de 2022 foi de apenas 1,39%. Para 2023 foi estipulado o valor de R\$ 1.302,00, mas o governo eleito de Luís Inácio Lula da Silva estabeleceu aumento para R\$ 1.320,00 com vigência a partir de

março. Isso representa um aumento real de 2,98% sobre o salário-mínimo de 2022, que indica uma nova política de valorização.

Referindo-se à década dos anos 2000, Arretche (2015, p.438) afirma que “A política do salário-mínimo produziu impacto por meio da progressiva incorporação de parte dos mais vulneráveis ao universo de protegidos combinada ao aumento de seus valores reais”. E considerando um período anterior maior, a autora comenta que “No Brasil, sob a democracia, diminuiu sensivelmente a desigualdade de renda entre os mais ricos e os extremamente pobres, muito embora seu grau ainda seja muito alto. Essa dimensão da redução da desigualdade é explicada principalmente pelo gasto social e pela política do salário-mínimo” (ARRETCHE, 2015, p. 426).

O DIEESE (2023) destaca que os alimentos têm maior importância no orçamento dos trabalhadores, e tiveram aumentos significativos de preços. Dessa forma, mesmo com a reposição da inflação ocorre perda em relação ao poder de compra, e durante o ano o salário-mínimo fica menor devido à inflação, que será reposta meses depois, por isso é importante uma valorização real de forma constante. Por exemplo, no ano de 2012, em São Paulo, com um salário-mínimo era possível comprar 2,13 cestas básicas, e em janeiro de 2022 era possível adquirir 1,70 cestas básicas. (DIEESE, 2023).

Também o DIEESE (2023, p.7) indica que “Segundo estimativas: 60,3 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário-mínimo”. Sobre esse grupo, Arretche (2015, p.437) afirma que “Três categoria sociais têm sua principal fonte de renda diretamente associada aos ganhos correspondentes ao salário-mínimo: (i) a maioria dos aposentados do INSS; (ii) os beneficiários dos Benefício de Prestação Continuada e (iii) os trabalhadores baixamente qualificados no mercado formal de trabalho”.

A política de valorização do salário-mínimo é um importante instrumento de aumento de renda da população mais pobre, e os dados demonstram que durante o período em que vigorou trouxe diversos efeitos positivos. Ela contribuiu para a redução das desigualdades salariais entre mulheres e homens, negros e não negros, entre regiões, e inclusive beneficia os que trabalham sem carteira assinada porque se torna referência para os salários desse grupo. Além disso, tanto parte do salário dos trabalhadores como dos benefícios sociais pagos retorna em forma de impostos, pois as pessoas que recebem gastam a maior parte e estimulam o crescimento da economia. (DIEESE, 2023). A política de valorização do salário-mínimo é um mecanismo relevante para a redução das desigualdades e um importante recurso de combate à pobreza.

A Tabela 1 demonstra dados da proporção de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Nela percebe-se uma redução de 2012 a 2014, e depois crescimento que em 2021 atingiu 8,4%, o maior valor da série analisada.

Tabela 1 – Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza

Grandes Regiões	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza (%)				Diferença (p.p.)			Situação segundo a significância da diferença (nível de significância 5%) (1)		
	2012	2014	2020	2021	2012/2021	2014/2021	2020/2021	2012/2021	2014/2021	2020/2021
Até US\$ 1,9 PPC 2011 (2)										
Brasil	6,0	4,7	5,7	8,4	2,4	3,7	2,7	↑	↑	↑
Norte	10,0	7,9	8,5	12,5	2,5	4,6	4,0	↑	↑	↑
Nordeste	12,9	9,8	10,4	16,5	3,7	6,7	6,1	↑	↑	↑
Sudeste	2,7	2,3	3,6	5,1	2,4	2,8	1,5	↑	↑	↑
Sul	1,9	1,5	2,8	3,0	1,1	1,5	0,1	↑	↑	→
Centro-Oeste	2,0	1,8	2,9	3,5	1,6	1,7	0,7	↑	↑	→
Até US\$ 5,5 PPC 2011 (2)										
Brasil	27,3	23,8	24,1	29,4	2,1	5,6	5,3	↑	↑	↑
Norte	43,6	39,5	36,8	44,9	1,3	5,4	8,1	→	↑	↑
Nordeste	47,7	42,0	40,5	48,7	1,0	6,7	8,2	→	↑	↑
Sudeste	17,0	14,5	16,4	20,6	3,6	6,0	4,1	↑	↑	↑
Sul	13,7	10,9	12,3	14,2	0,6	3,3	2,0	→	↑	↑
Centro-Oeste	18,4	15,8	16,5	20,6	2,2	4,8	4,1	↑	↑	↑

Fonte: adaptado de IBGE (2022).

De acordo com o IBGE (2022), o aumento da extrema pobreza em 2021 provavelmente ocorreu pelo impacto da redução da abrangência valores e aumento dos critérios para a concessão do Auxílio Emergencial que foi pago em função da pandemia do COVID-19.

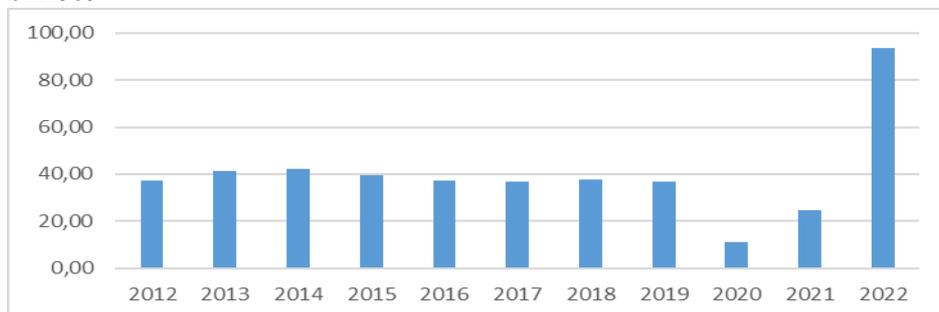
De fato, os benefícios de programas sociais governamentais foram responsáveis por mais de 60% do rendimento domiciliar *per capita* dos extremamente pobres e de 19,3% dos pobres. Com essa elevada magnitude, a redução dos valores do Auxílio Emergencial pode ter tido maiores impactos sobre a extrema pobreza que registrou crescimento absoluto de 48,2% entre 2020 e 2021, superior ao aumento da pobreza, que foi de 22,7%. (IBGE, 2022, p.62).

Dentre os programas sociais de transferência de renda afetados pela austeridade fiscal, destaca-se o Bolsa Família que atende grande número de pessoas. Conforme informações da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD (2023), o número de famílias

beneficiadas por esse programa em 2012 foi de 13,9 milhões, e até 2019 não oscilou significativamente, quanto totalizou 13,1 milhões de famílias. Em 2021 foram 14,65 milhões de beneficiárias, e em 2022 houve um aumento expressivo para 21,6 milhões. Nesses dados estão incluídos os recebedores do Auxílio Brasil, que foi outro nome dado a esse programa em novembro de 2021, e retornou à denominação original em 2023 por reformulação do novo governo eleito.

Os totais pagos aos beneficiários do Bolsa Família estão expostos no Gráfico 2, que foi elaborado a partir dos dados do SAGICAD (2023). Esta fonte apresenta os valores sem correção ao longo do período, portanto, para a construção do gráfico e a análise, os totais anuais pagos foram corrigidos pelo IPCA até 2021, conforme a metodologia que a UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023) utiliza para os dados orçamentários.

Gráfico 2 – Valores pagos aos beneficiários do Bolsa Família – em R\$ bilhões



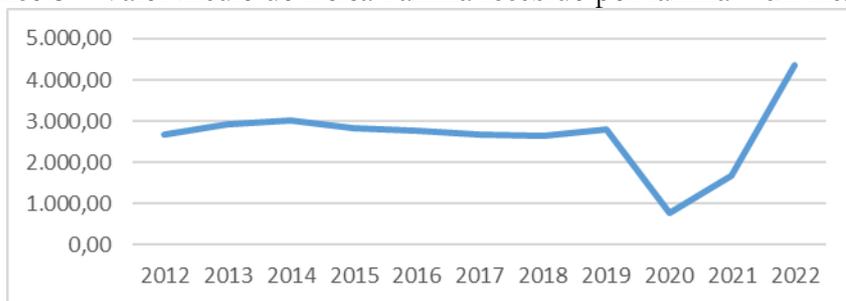
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGICAD (2023), corrigidos pelo IPCA.

Em 2012 foram pagos aos beneficiários do Bolsa Família R\$ 37,1 bilhões, e em 2014 o correspondente a R\$ 42,3 bilhões. A partir de então houve decréscimo até 2019, quando o valor foi de 36,7 bilhões. Nos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do COVID-19 instituiu-se o Auxílio Emergencial que substituiu parte dos pagamentos do Bolsa Família, por isso a redução do valor deste programa nesses exercícios. No decorrer de 2022 foram incluídos novos beneficiários, e o valor médio do benefício que era de R\$ 210,39 em junho, foi reajustado para R\$ 607,85 em agosto. (SAGICAD, 2023). Destaca-se que esses aumentos aconteceram em ano eleitoral, pouco antes da realização do primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022.

O Gráfico 3 ilustra os valores médios anuais recebidos pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família, elaborado a partir dos dados do SAGICD

(2023). Esta fonte apresenta os valores sem correção ao longo do período, portanto, para a construção do gráfico e a análise, os totais pagos foram corrigidos pelo IPCA até 2021, conforme a metodologia que a UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023) utiliza para os dados orçamentários.

Gráfico 3 – Valor médio do Bolsa Família recebido por família – em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGICAD (2023), corrigidos pelo IPCA.

Em 2012 cada família beneficiária recebeu R\$ 2.674,91, e em 2014 o montante foi de R\$ 3.021,90. Na sequência houve decréscimo até 2019, momento que foi de R\$ 2.792,13. Calculando-se o valor médio mensal, constata-se que em 2014 foi de R\$ 251,82, e em 2019 de 232,67. Conforme já exposto, os anos de 2020 e 2021 foram atípicos em relação a valores por decorrência do recebimento do Auxílio Emergencial, e em 2022 houve o maior pagamento por família beneficiária, de R\$ 4.371,88. Destaca-se que após as eleições de 2022, o novo Presidente da República eleito, Luís Inácio Lula da Silva e sua equipe de transição articularam a aprovação da Emenda Constitucional 126/2022, que dentre as disposições permitiu um gasto extra no orçamento de 2023. A autorização para essas despesas adicionais também possibilita a reformulação proposta pelo novo governo para esse programa, que demanda quantia maior de recursos.

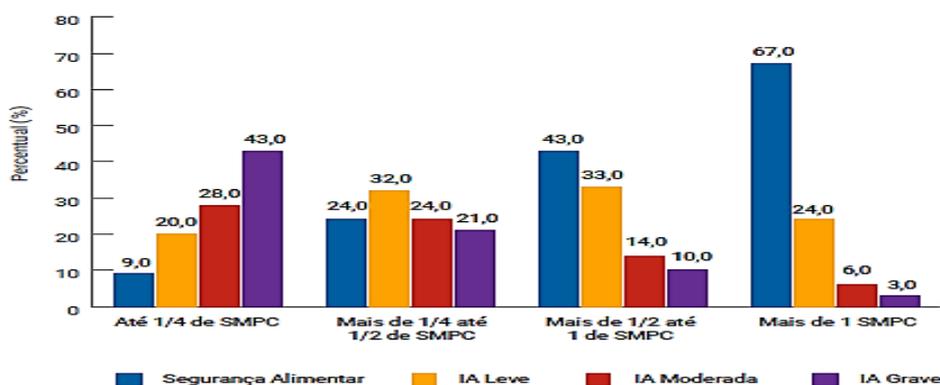
Os dados apresentados demonstram um decréscimo nos pagamentos do Programa Bolsa Família no período de 2014 a 2019, tanto em valores totais quanto por beneficiário. A proporção de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, apresentou um crescimento nesses índices justamente a partir de 2014, conforme a Tabela 3, quando houve restrição de investimentos nessa política social e, inclusive, a não valorização real do salário-mínimo. Portanto, nota-se a como a austeridade fiscal influencia na manutenção da pobreza e da desigualdade, pois exatamente no período em que as pessoas mais carentes necessitaram dos recursos, os investimentos orçamentários não foram alocados suficientemente.

Em relação à importância das políticas sociais para as pessoas de baixa renda, destacam-se os dados do IBGE (2022) em relação à distribuição percentual do rendimento domiciliar. Para as famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo em 2021, o trabalho representou 53,8% do rendimento, benefícios de programas sociais 34,7%, aposentadoria e pensão 6,4%, outras fontes 5,1%. Quanto maior for o rendimento per capita familiar, menor a contribuição de benefícios de programas sociais na renda total, e maior o percentual do trabalho e da aposentadoria. A média nacional em 2021 foi de: 75,3% trabalho; 18,2 % aposentadoria e pensão; 2,6% benefícios de programas sociais; 3,9 outras fontes. (IBGE, 2022).

Para aquelas pessoas que tem o rendimento do trabalho e de outras fontes muito baixo, e os benefícios sociais são insuficientes, até o direito constitucional à alimentação fica prejudicado. “No Brasil de 2022, nós temos 19 milhões de pessoas passando fome, das quais cerca de 20% são crianças. Isso é um crime” (DOWBOR, 2022, p.51). Conforme dados do IBGE (2022), a proporção de domicílios com segurança alimentar que era em 2013 de 77,4% piorou, e em 2018 estava em 63,3%. Antes do início da pandemia do COVID-19 a insegurança alimentar já havia aumentado, e em 2021 a proporção de domicílios com segurança alimentar foi de 41,3%. (IBGE, 2022).

Conforme a PENSSAN (2022), estudos indicam que há uma relação inversa entre a insegurança alimentar e a renda das famílias. A autora traz graficamente os dados considerando a renda mensal das famílias em múltiplos de salários-mínimos per capita (SMPC), que estão apresentados na Figura 1.

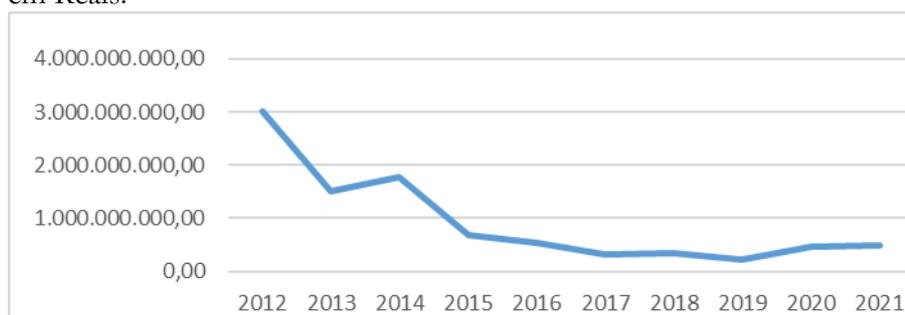
Figura 1 – Percentual de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar



Fonte: Adaptado de (PENSSAN, 2022).

A partir dos dados apresentados, constata-se que nas famílias em que o rendimento é menor a segurança alimentar diminui e os níveis de insegurança aumentam. No orçamento federal consta o Programa Segurança Alimentar e Nutricional, cujos recursos estão distribuídos nas Funções de Assistência Social e Saúde, nesta em menor montante. A partir da análise dos recursos pagos para esse programa e considerada a correção inflacionária pelo IPCA, observa-se que houve a redução de investimentos no período de 2012 a 2021.

Gráfico 4 – Valores pagos ao Programa Segurança Alimentar e Nutricional – em Reais.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

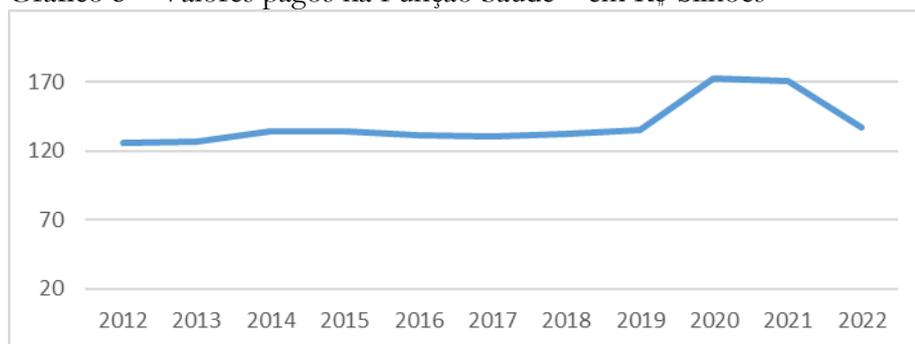
Em 2015 os valores pagos ao Programa Segurança Alimentar e Nutricional foram de R\$ 685.517.462,36, e em 2021 R\$ 479.357.519,71. Considerando-se os dados sobre insegurança alimentar apresentados pelo IBGE (2022) e pela PENSSAN (2022), constata-se que os recursos investidos nessa área não são suficientes. Inclusive é importante destacar que outras destinações específicas, como aquela já apontada no Quadro 3, Subfunção Alimentação e Nutrição, da Função Educação, também apresentaram decréscimos nos valores investidos. Para a PENSSAN (2022), as evidências de sua pesquisa mostram uma piora preocupante na insegurança alimentar “em um contingente expressivo da população brasileira, iniciado pela crise econômica e desestruturação de políticas públicas nacionais, desde 2016, e acentuado pela pandemia de Covid-19, que continuava a se propagar. Soma-se a esse cenário a persistência de opções governamentais negligentes, pautadas pelo falso dilema entre economia e saúde” (PENSSAN, 2022, p.84).

A autora ainda aponta a relação que existe entre a insegurança alimentar e a escolaridade. Foi constatado em relação aos casos mais graves, que em 22,3% das famílias o responsável pelo sustento tinha até quatro anos

de estudo ou nenhum, enquanto para os que tinham oito anos de estudo, os casos mais graves correspondiam a 10,2%. O direito social da educação apresenta-se como uma forma importante de proteção contra a fome, e a má alimentação na infância prejudica o desenvolvimento físico e a aptidão cognitiva futura. (PENSSAN, 2022). E a má alimentação decorrente da pobreza tem também influência nas condições de saúde das pessoas. “Desde o final do Século XIX, estudos apontam que precárias condições de vida relacionadas à pobreza levam a problemas mais graves de saúde. Assim, a vulnerabilidade ocasionada pelo empobrecimento da população (insegurança alimentar, renda e escolaridade baixas e ausência de garantia de acesso a medidas de higiene básica) ampliam as inequidades” (IBGE, 2022, p.70).

A área da saúde também foi impactada pela austeridade fiscal, conforme o histórico de pagamentos demonstrados no Gráfico 5. Os dados foram obtidos da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023), corrigidos pelo IPCA, com exceção do ano de 2022 cuja fonte foi o Painel do Orçamento Federal (2022). Nota-se que os totais pagos na Função Saúde cresceram de 2012 até 2014, quando neste ano representaram R\$ 134,3 bilhões. Diminuíram nos exercícios seguintes, e em 2019 foram de R\$ 134,7 bilhões. Em 2020 os investimentos aumentaram em decorrência de ações excepcionais de combate à pandemia do COVID-19, mas reduziram em 2021 e em 2022, e chegaram neste exercício a R\$ 136,84 bilhões, valor próximo a 2014.

Gráfico 5 – Valores pagos na Função Saúde – em R\$ bilhões



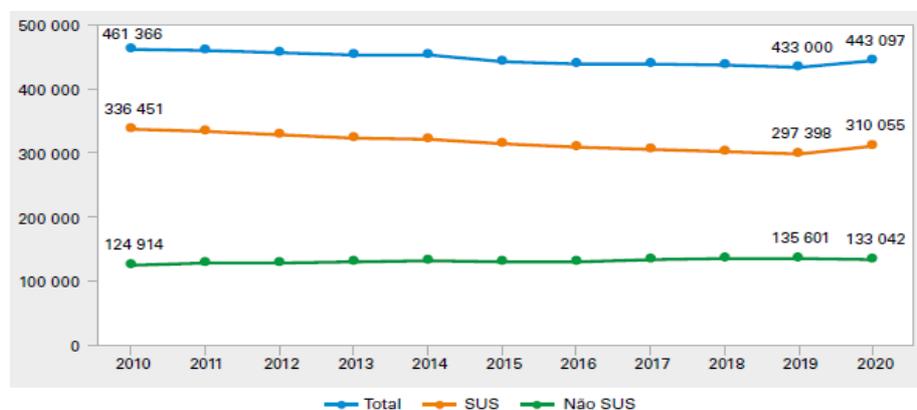
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023) e Painel do Orçamento Federal (2022).

A partir dessas informações sobre a evolução dos gastos em saúde, é importante analisar o que demonstram alguns indicadores. O índice de mortalidade infantil é um relevante parâmetro para avaliação da saúde e

condições de vida da população. Conforme o Boletim Epidemiológico (2021) elaborado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade infantil no Brasil, crianças com menos de um ano de vida, decresceu desde 1990 até 2015. Os óbitos de nascidos vivos por mil habitantes eram de 47,1 e passaram a 13,3. “Alguns autores atribuem essa queda, especialmente, a mudanças nas condições de saúde e vida da população” (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2021, p.1). Entretanto, conforme o referido documento, em 2016 houve uma piora no índice que chegou a 14 óbitos de nascidos vivos por mil habitantes, e de 2017 até 2019 observa-se o mesmo patamar de 2015. Os piores índices regionais são do Norte e Nordeste que possuíam, respectivamente, 16,6 e 15,2.

Outro indicador relevante em relação à saúde é a quantidade de leitos hospitalares disponíveis aos cidadãos. Conforme o IBGE (2021), a quantidade de leitos de internação pelo Sistema Único de Saúde - SUS reduziu de 2010 para 2020, passou de 336.451 para 310.055, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Quantidade de leitos hospitalares



Fonte: Adaptado de (IBGE, 2021).

Considerando a diminuição dos leitos totais disponíveis e o crescimento populacional, a quantidade por 1.000 habitantes passou de 2,37 em 2010 para 2,09 em 2020. Em relação aos leitos disponíveis pelo SUS, a redução foi proporcionalmente maior, passou de 1,73 em 2010 para 1,46 em 2020. Nota-se que houve um acréscimo na quantidade de 2019 para 2020 em decorrência da mobilização para o combate da pandemia da COVID-19, entretanto, ainda assim a quantidade de leitos disponíveis é menor comparada a 2010. (IBGE, 2021). Em relação ao total de leitos, observa-se

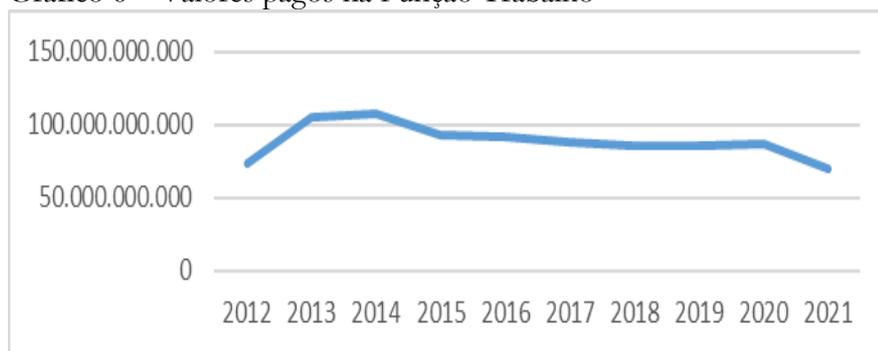
que a média dos países integrantes da OCDE é de 4,7 conforme OECD e The World Bank (2020), bem superior à brasileira. A partir dos dados apontados evidencia-se que redução de leitos foi mais acentuada para o grupo de pessoas que não possuem planos de saúde ou capacidade própria de internação particular, e que essa insuficiência de investimentos em saúde prejudica os mais pobres, agrava a desigualdade de acesso a esse serviço.

Mais um aspecto muito importante a ser considerado em relação à disponibilidade do serviço saúde gratuito à população é o tempo necessário para atendimentos diversos, de maior ou menor complexidade, as chamadas de filas de espera. Foi apresentado um estudo por pesquisadores do Projeto de Avaliação de Desempenho do Sistema de Saúde – PROADESS e do Monitora-Covid19 (2022), que indica que o Brasil possui 1.102.146 procedimentos hospitalares em déficit e com potencial de demanda no SUS. Utilizou-se como referência para essa estimativa a média de procedimentos de 2014 a 2019. Conforme os autores, dentre os procedimentos que estão em pior situação destacam-se: “Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal, Cirurgia do aparelho geniturinário, Cirurgia do aparelho circulatório, Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço e Tratamento em nefrologia”. (PROADESS; MONITORACOVID-19, 2022, p.1). Os autores ainda destacam que as necessidades represadas de exames e diagnósticos pioram as condições clínicas que não são atendidas no tempo adequado, e que os tratamentos que estão acumulados representam um grande desafio para o Sistema Único de Saúde. (PROADESS; MONITORACOVID-19, 2022).

Esses dados apresentados em relação à saúde apontam que os recursos orçamentários alocados são insuficientes para assegurar direito constitucional. Essa condição impacta negativamente na saúde e na qualidade de vida das pessoas mais pobres, e as coloca em risco de morte pela ausência, demora ou falta de qualidade do atendimento.

O direito ao trabalho também foi impactado pelo regime de austeridade fiscal que ocasionou restrições de investimentos em políticas sociais para essa garantia constitucional. Apresentam-se, no Gráfico 6, os valores pagos do orçamento federal na Função Trabalho, reajustados pelo IPCA até 2021, no período de 2012 até 2021. Nota-se que o investimento nessa área era crescente de 2012 até 2014, quando representou R\$ 108,2 bilhões, e na sequência regrediu e chegou em 2021 a R\$ 69,5 bilhões.

Gráfico 6 – Valores pagos na Função Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

Para a análise dos valores pagos na Função Trabalho serão destacadas algumas de suas Subfunções, Ações e uma Unidade Orçamentária, de modo a propiciar a compreensão do impacto social da restrição de gastos nessa área.

Na Subfunção Fomento ao Trabalho, que em 2012 foi pago pouco mais de R\$ 421,6 milhões, o gasto foi expressivamente aumentado em 2013 para R\$ 28,7 bilhões. A partir de então a despesa decresceu até chegar em 2021 a R\$ 20,8 bilhões. (UNIFESP; SOU_CIÊNCIA, 2023). Essa Subfunção tem como principal destinatária de recursos a Ação de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES, responsável por viabilizar investimentos importantes para a geração de empregos.

Na Subfunção Empregabilidade, conforme os dados obtidos da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023), houve pagamentos de R\$ 90,1 milhões em 2012 e ocorreu a redução para R\$ 21,4 milhões em 2021. Em relação a essa Subfunção, as Ações relevantes que tiveram recursos reduzidos em relação a 2012 são as de Gestão do Sistema Nacional do Emprego e de Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores, nesta última a redução foi em relação à 2017.

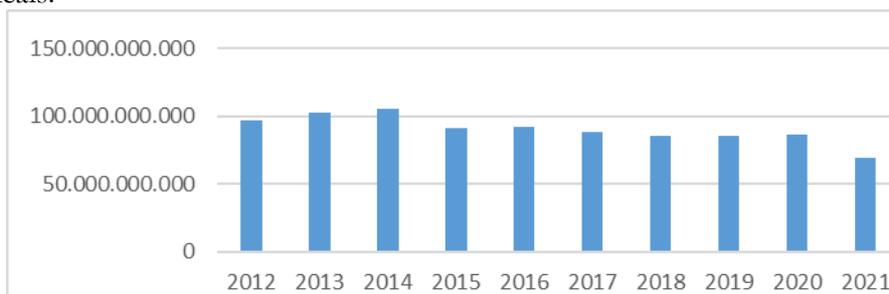
Na Subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador, que teve R\$ 69,5 bilhões em 2012, houve a redução para R\$ 48,3 bilhões em 2021. (UNIFESP; SOU_CIÊNCIA, 2023). Destacam-se duas Ações importantes que tiveram diminuição de recursos pagos: Seguro-Desemprego e Pagamentos do Benefício Abono Salarial. Estes dois benefícios possuem critérios para a concessão, como por exemplo, para o Seguro-Desemprego o trabalhador desempregado deve ter sido funcionário com carteira assinada e

com certo tempo mínimo de trabalho. No caso do Abono, tem o direito de receber até um salário-mínimo por ano o cidadão que trabalhou ao menos por um mês no ano anterior, ainda há um teto de rendimento e o empregador deve ser contribuinte do PIS/PASEP. Esses critérios foram exemplificativos, há outros específicos para o recebimento de cada um desses benefícios, mas o importante a ser considerado é que são direitos destinados a trabalhadores que não atuam na informalidade.

Adicionalmente aos dados já apresentados, outra maneira pertinente de se observar os gastos orçamentários relacionados à área do trabalho é considerar os valores pagos relativos à Unidade Orçamentária denominada Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Nesses pagamentos ao FAT, além de outras despesas, também estão contemplados as três Subfunções analisadas, inclusive as Ações do Abono Salarial, Seguro Desemprego e a de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES.

A evolução dos valores pagos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT está demonstrado no Gráfico 7, conforme os dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023), reajustados pelo IPCA. Em 2012 foram pagos R\$ 96,4 bilhões, e as despesas aumentaram até 2014. A partir deste ano os valores pagos decresceram, chegando em 2021 a R\$ 69,3 bilhões.

Gráfico 7 – Pagamentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – valores em Reais.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

O Ministério do Trabalho e Emprego apresenta o Painel de Informações do Seguro-Desemprego (2023), onde constam informações sobre a quantidade de segurados que receberam valores do Seguro-Desemprego. Observando-se o período de 2013 a 2022 constata-se que houve decréscimo da quantidade de segurados contemplados com esse benefício. Tomando-se por base a primeira quinzena de agosto de cada ano, observa-se que em 2013 a quantidade de pessoas que recebeu o benefício foi

de 350.175, em 2017 foi de 272.145 e em 2022 foi de 236.995. (PAINEL DE INFORMAÇÕES DO SEGURO-DESEMPREGO, 2023). A queda no número de pessoas contempladas com esse benefício parece não ter relação com um maior nível de ocupação formal dos trabalhadores, pois este não ocorreu no período analisado. Conforme dados do IBGE (2022), “a desocupação e a subutilização que estavam se consolidando em patamares elevados após a crise de 2015-2016, cresceram ainda mais, e alcançaram respectivamente, 14,0% e 28,5%. Já o nível de ocupação (52,1%) indicou que quase a metade da população em idade de trabalhar estava desocupada ou fora da força de trabalho também em 2021” (IBGE, 2022, p.15).

O total de pessoas ocupadas em 2015 era de 92.400.000, e em 2021 essa quantidade caiu para 89.495.000. (IBGE, 2022). Ainda, dentre as pessoas ocupadas houve redução do número daquelas com vínculo formal de trabalho, e aumento da quantidade daquelas que trabalham por conta própria e sem carteira de trabalho. Estas duas últimas categorias somadas contemplavam 37.869.000 de trabalhadores em 2012, e em 2021 esse número aumentou para 40.776.000. (IBGE, 2022). Portanto, quase três milhões de pessoas deixaram de estar ocupadas com vínculo de trabalho, e dessa forma esses trabalhadores perderam acesso a benefícios sociais, como o Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial.

A informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante fonte de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (como para maternidade ou afastamento laboral por motivo de saúde). (IBGE, 2022, p.26).

Além do aumento do problema da informalidade no mercado de trabalho, destaca-se que “Em 2021, os valores dos rendimentos médios dos trabalhos situaram-se entre os mais baixos da série histórica” (IBGE, 2022, p.18). Conforme os valores a preço médio deflacionados pelo IPCA, o rendimento médio habitual mensal do trabalho principal foi de R\$ 2.536,00 em 2014 para R\$ 2.406,00 em 2021. É interessante observar que o rendimento médio de 2020 foi maior que 2021 porque, segundo o IBGE (2022), a pandemia do COVID-19 provocou a redução de postos de trabalho principalmente de pessoas mais vulneráveis, o que resulta em um aumento da média de salários dos que permaneceram ocupados. Esses dados evidenciam a importância das políticas sociais para a proteção da parcela da população

mais desprotegida quando está desempregada e ações de qualificação para que possam estar em aptas ao trabalho.

Em relação ao nível de instrução, havia menor participação da população em ocupações informais à medida que se aumentava a escolaridade. Para pessoas ocupadas com ensino superior completo, a participação de informais foi de 21,6%, enquanto para pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto foi quase três vezes superior, alcançando 62,1%, em 2021. (IBGE, 2022, p.29).

Outro dado preocupante é em relação aos jovens de 18 a 24 anos. Relativo àqueles que não estavam ocupados e nem estudavam em 2019, o Brasil apresentou o índice de 29,3%, enquanto a média da OCDE foi de 14,4%, o índice brasileiro é inferior apenas ao da África do Sul. (IBGE, 2022). O acesso ao trabalho é fundamental para a redução das desigualdades sociais. “A importância do trabalho decente para as políticas de proteção social está relacionada, dentre outros aspectos, ao fato de a renda do trabalho ser a principal componente do rendimento das famílias” (IBGE, 2022, p.46).

Portanto, os dados expostos sobre a situação dos trabalhadores no Brasil indicam que nos últimos anos de austeridade fiscal ocorreu um distanciamento dos cidadãos em relação ao direito constitucional ao trabalho. O investimento efetivo em políticas sociais nessa área foi reduzido conforme as informações dos pagamentos do orçamento federal. Percebe-se dois aspectos: a indisponibilidade de valores orçamentários para as políticas sociais, e a dificuldade de acesso aos recursos disponíveis devido, especialmente, à precarização do trabalho pela informalidade. Nesse sentido, Braga (2017, p.28) alerta que “Os trabalhadores estão pagando a conta da crise por meio de rigorosos planos de austeridade e de padrões de vida cada dia mais baixos. Em poucas palavras, a onda de espoliação neoliberal tende a semear revoltas e multiplicar conflitos de difícil solução nos marcos democráticos tradicionais”.

O direito dos brasileiros à moradia também foi limitado pelo regime de austeridade fiscal, pois houve restrições de investimentos em políticas sociais para essa garantia constitucional. No Brasil há significativo contingente de pessoas morando em habitações precárias, em áreas de risco e em situação de rua. Conforme Dowbor (2022), há no país um déficit habitacional de seis milhões de unidades.

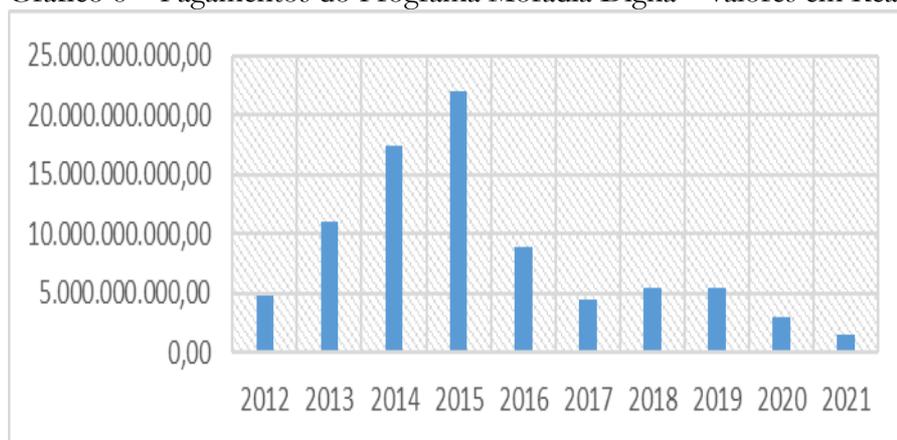
O aumento da população que está em situação de rua reflete a ineficiência do Estado em proporcionar as políticas sociais adequadas para enfrentar esse

problema, que é complexo, pois as pessoas estão nessa condição por fatores diversos. Inclusive, muitos brasileiros estão nessa situação por não ter condições de pagar aluguel de moradia. Em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Natalino (2023), afirma que “Estima-se que a população em situação de rua no Brasil tenha crescido 38% entre 2019 e 2022. Considerando o período de uma década (2012-2022), o crescimento foi de 211%. O crescimento da população brasileira na última década, entretanto, foi de apenas 11%” (NATALINO, 2023, p.13). De acordo com os dados apresentados pelo autor, no ano de 2014 havia 106.650 pessoas em situação de rua, e em 2022 esse número foi para 281.472, ou seja, o aumento se intensificou nos últimos anos. (NATALINO, 2023).

Outro problema relacionado à moradia é que os cidadãos mais pobres, por falta de opção, constroem suas residências em áreas perigosas, locais propensos a desastres naturais como alagamentos e deslizamentos de encostas de morros, e ficam sujeitos ao risco de morte. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM (2023), existem 3,9 milhões de pessoas no país que vivem em áreas de risco. Entretanto, no Programa do orçamento “Gestão de Riscos e Desastres” houve um decréscimo dos valores investidos em uma década. Conforme dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023) corrigidos pelo IPCA, em 2013 foram gastos nesse programa R\$ 3,7 bilhões, em 2020 houve redução para R\$ 1,15 bilhões, e em 2021 o menor valor, R\$ 789,4 milhões.

Outro importante Programa orçamentário que teve os recursos reduzidos foi o Moradia Digna. Este programa contemplou os investimentos do denominado Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 com o objetivo de financiar a construção de casas, principalmente com subsídios para pessoas de baixa renda. Em agosto de 2020 o Minha Casa Minha Vida - MCMV passou a se chamar Casa Verde Amarela. Em fevereiro de 2023 foi retomado o MCMV pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. O Gráfico 8 ilustra o histórico de pagamentos do Programa Moradia Digna, que é a denominação orçamentária que abrange os dois outros programas referidos, além de outras Ações.

Gráfico 8 – Pagamentos do Programa Moradia Digna – valores em Reais



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da UNIFESP e SOU_CIÊNCIA (2023).

A evolução histórica demonstra a queda expressiva dos investimentos do orçamento federal nesse Programa. Considerando-se a correção pelo IPCA, em 2012 os investimentos foram de R\$ 2,7 bilhões, que cresceram nos anos seguintes e em 2015 representaram R\$ 21,9 bilhões. Posteriormente os pagamentos reduziram-se e totalizaram R\$ 1,4 bilhão em 2021.

4 Considerações finais

Os dados das despesas orçamentárias no período de 2012 a 2021, em alguns casos também 2022, demonstram de modo geral a redução de investimentos nas áreas analisadas. Os indicadores e informações sobre educação, alimentação, proteção à infância, assistência aos desamparados, saúde, trabalho e moradia, indicam a insuficiência de investimentos em políticas sociais para efetivação desses direitos previstos constitucionalmente. “Uma vez que direitos humanos e fundamentais necessitam de investimento para serem materializados à população, o orçamento público operacionalizara a sua materialização, justamente por suas finalidades, principalmente a LOA cujas características mais marcantes tem grande cunho de tornar efetivos direitos humanos” (ARAGÃO, 2021, p.433).

Arretche (2015) traçou um panorama sobre as desigualdades no Brasil no período de 1960 a 2010. A autora afirma que “A trajetória de longo prazo das desigualdades no Brasil revela que não há determinismo – econômico ou político – nesse processo. Políticas importam! Mais que isso: deslocamentos no padrão de desigualdade requerem políticas implementadas por um longo período de tempo” (ARRETICHE, 2015, p.7). Para Sen (2010), a falta de recursos é apresentada como justificativa para o Estado adiar investimentos em políticas sociais até que o país fique rico. Entretanto, o autor destaca que um programa adequado de serviços sociais pode melhorar muito a qualidade de vida das pessoas, sem precisar esperar que antes o país fique rico. O investimento público em educação e serviços de saúde, por exemplo, também são importantes para o crescimento econômico, e são uma maneira rápida de proporcionar melhor qualidade de vida para a população. E Dowbor (2020, p.129) destaca que é importante que o Estado invista em políticas sociais, porque “A apropriação privada das políticas sociais leva a formas nocivas de expansão do rentismo em áreas vitais como saúde, educação e segurança” (DOWBOR, 2020, p.129). Ainda nesse sentido, a COALIZÃO DIREITOS VALEM MAIS (2020, p.238) aponta que “É importante salientar que os gastos públicos são essenciais para assegurar um melhor padrão de bem-estar social e, no Brasil, são altamente necessários, considerando o quadro de subfinanciamento das políticas sociais, aprofundado intensamente com a EC 95. Daí a necessidade de ampliar gastos e a cobertura das políticas sociais e ambientais”.

A partir dessa análise da redução dos investimentos orçamentários em políticas sociais e de alguns indicadores, constata-se que as políticas sociais têm importância significativa na conformação da vida das pessoas, e que a forma como determinadas políticas são concebidas e implementadas gera efeitos, têm influência nos níveis de pobreza e desigualdade social. Nota-se que a austeridade fiscal produz efeitos socialmente negativos, além de prejudicar a implementação de políticas necessárias para a garantia de direitos sociais, limita direitos humanos, como liberdade e vida digna. Para a PENSSAN (2022, p.45), a situação de pobreza e insegurança alimentar no Brasil evidencia “a necessidade de políticas públicas permanentes que possibilitem o aumento dos rendimentos familiares, sejam elas de melhor distribuição da renda, bem como de geração de emprego, aumento do poder de compra do salário-mínimo e mais acesso à educação”.

E essa falta de investimentos adequados em políticas sociais prejudica com maior intensidade os mais pobres. As pessoas com elevado poder aquisitivo têm acesso à boas condições de moradia, alimentação, planos de saúde, escolas particulares. Por outro lado, a parcela da sociedade com o

acesso precário à alimentação, saúde, moradia e educação, tem maior dificuldade para uma boa formação ou qualificação. A possibilidade de conseguir um trabalho bem remunerado fica comprometida e as desigualdades de renda e riqueza permanecem ou ampliam-se. Os ricos dependem menos do Estado, têm rendimentos de patrimônio ou financeiros e diferenciais que proporcionam vantagem na competição social. As políticas sociais, sejam de Estado ou de governo, universais ou focalizadas, demonstram-se como importantes instrumentos para redução de pobreza e desigualdades sociais. A austeridade fiscal, enquanto mecanismo de restrição para implementação dessas políticas, influencia na produção e ampliação de desigualdades, é socialmente questionável e injusta.

Referências

ARAGÃO, Beatriz Pereira. A Lei Orçamentária Anual (LOA) como efetivadora de direitos humanos no Brasil. *In*: SILVA, Adriano Rosa; FILPO, Klever Paulo Leal; ALMEIDA, Marcelo Pereira; TEIXEIRA, Márcia Cavalcanti (org.). **Desigualdade e solução de conflitos**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021. p. 427-438.

ARRETCHE, Marta. Conclusões. As políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. *In*: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015. p. 423-455.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. *E-book*.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Orçamento Federal. **Painel do Orçamento Federal**. Brasília: Sistema Integrado de Planejamento de Orçamento – SIOP, 2022. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**: mortalidade infantil no Brasil. Vol. 52, n. 37, out. 2021. Brasília: 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM. Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM. **Dashboard - Risco Geológico**. Base de Dados atualizada em 30/01/2023. Brasília: SGB/CPRM, 2023. Disponível em: <https://geoportal.cprm.gov.br/portal/apps/opstdashboard/index.html#/c338199dee3a4d4bb0e43738b424a298>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD. **Programa Bolsa Família – quantidade de famílias e valores (até outubro/2021)**. Brasília: 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Estatísticas do Seguro-Desemprego. **Painel de Informações do Seguro-Desemprego**. Brasília: 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGZhZDFmNTgtOTU5YS00YzYzLWVmOTgtMjVjZGYzMTM1MmZlIiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9&pageName=ReportSectionc8988ed07c71babe2419>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CAMPELLO, Tereza (coord. geral). **Faces da Desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais: Conselho Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017. *E-book*.

CELLA, Rosenei. **A influência neoliberal no processo de aprovação da Emenda Constitucional nº 95 e o financiamento da educação brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

COALIZÃO DIREITOS VALEM MAIS. O Teto de gastos e os Dhesca: impactos e alternativas. *In*: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos (org.). **Economia pós-Pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Editora Autonomia Literária, nov. 2020. p. 198-242.

COSTA, António Firmino da. **Desigualdades sociais contemporâneas**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. 2023. **Nota técnica:** salário-mínimo de R\$ 1.302,00 em 2023. Número 271, 12 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec271_salario_Minimo.html. Acesso em: 24 fev. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia:** uma questão de dignidade humana. São Paulo (edição para download), 2022. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2022/09/22-Resgatar_-13-setembro.pdf. Acesso em: 7 jan. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca:** novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. *In:* ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos (org.). **Economia para poucos:** impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 32-56.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>. Acesso em 21 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892>. Acesso em: 18 out. 2022.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão:** a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD; THE WORLD BANK. 2020. **Health at a**

Glance: Latin America and the Caribbean 2020. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/os-paises-da-america-latina-e-caribe-precisam-gastar-mais-e-melhor-em-saude-para-enfrentar-uma-emergencia-sanitaria-como-a-covid-19-de-forma-eficaz.htm>. Acesso em 23 fev. 2023.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

PROJETO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE SAÚDE – PROADESS; MONITORACOV19. 2022. **Nota técnica 23 – boletim informativo do PROADESS:** demanda potencial de atendimentos hospitalares em razão da pandemia de COVID-19. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, nov. 2022. Disponível em: https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/nota_tecnica_26.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN** : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. *E-book*.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flavio. Economia política da austeridade. *In:* ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos (org.). **Economia para poucos:** impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 14-31.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAVARES, Luana Cardoso Santana. A estratificação da sociedade e a medida de sua desigualdade: uma análise sob o papel do direito no abismo formado entre o ensino público e o particular durante o estado pandêmico causado pelo SARS-COV2. *In:* SILVA, Adriano Rosa; FILPO, Klever Paulo Leal; ALMEIDA, Marcelo Pereira; TEIXEIRA, Márcia Cavalcanti (org.). **Desigualdade e solução de conflitos**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021. p. 254-270.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP; CENTRO DE ESTUDOS SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E CIÊNCIA – SOU_CIÊNCIA. **Hipercubo do orçamento federal**. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/ferramentas/hipercubo>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Direito, economia e dívida pública: uma escolha necessária entre a “economia social de mercado” e a “economia neoliberal”. *In*: FATTORELLI, Maria Lucia; CHIMURIS, Ramiro (org. e coord.). **Sistema da dívida em tempos de financeirização e a importância da auditoria para interromper a barbárie**. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2022. *E-book*. p. 81-91.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; SANTOS, Isabela Soares; OCKÉ-REIS, Carlos; RODRIGUES, Paulo Henrique Almeida. **Políticas sociais e austeridade fiscal**: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Ed. CEBES, 2018. *E-book*.

A (des)estabilização da categoria “mulher”

*Camila Vicente Colaço Conceição¹
Vânia Sandeleia Vaz da Silva²*

Resumo: Qual a necessidade da definição consensual do que seria uma “mulher” para a luta política das mulheres? Para contribuir com a resposta a esta questão, faremos uma breve análise sobre a estabilização e por vezes desestabilização da categoria “mulher”. Apresentamos como a “mulher” é definida em quatro momentos diferentes. Primeiro, a visão cristã e a freudiana, por meio da crítica de Simone de Beauvoir. Depois, as concepções feministas radicais – que postularam a mulher como uma categoria universal e que tendiam, por vezes, ao essencialismo biológico. Seguindo, as consequências teóricas das críticas avançadas pela noção de interseccionalidade que – desde o século XIX (com o Feminismo Negro) culminando nos anos 1980 (com diversas novas abordagens) – trazem à luz do debate as diferentes experiências que as mulheres vivenciam em razão de outras variáveis (como raça, classe social, etnia). Por fim, tratamos das críticas ao binômio sexo/gênero e outros binarismos, repensando a viabilidade da categoria “mulher” como sujeito político do feminismo. Levando em conta a multiplicidade das subjetividades e individualidades e diversas vivências ou experiências das mulheres, constatamos que é complexo trabalhar com definições essencialistas da categoria “mulher”. Como as teorias pós-modernas e teorias *queers* mostraram é problemático estabelecer parâmetros pelos quais “pessoas” deveriam ser enquadradas em “categorias identitárias fixas” para viabilizar a luta política.

Palavras-chaves: Mulheres; Gêneros; Feminismos.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Sociologia da UEL (Linha de pesquisa: Desigualdades, Cidadania e Cultura, com bolsa de dedicação exclusiva pela CAPES). Graduada em Ciências Sociais (UNIOESTE - Toledo, 2021). Pesquisa sobre gênero, identidade, decolonialidade e cuidado (epistemologia feminista). E-mail: camilavicenterh@outlook.com.

² Doutora em Ciência Política (USP). Mestre em Ciência Política (USP). Graduada em Ciências Sociais (UFPR). Professora de Ciência Política no curso de Ciências Sociais na Unioeste (Toledo). E-mail: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com.

The (de)stabilization of the “woman” category

Abstract: What is the need for a consensual definition of what a “woman” would be for the political struggle of women? To contribute to the answer to this question, we will make a brief analysis of the stabilization and sometimes destabilization of the category “woman”. We present how “woman” is defined in four different moments. First, the Christian and Freudian views, through Simone de Beauvoir’s critique. Then, the radical feminist conceptions – which postulated women as a universal category and which sometimes tended towards biological essentialism. Following, the theoretical consequences of the criticism advanced by the notion of intersectionality that – since the 19th century (with Black Feminism) culminating in the 1980s (with several new approaches) – bring to the light of the debate the different experiences that women live due to other variables (such as race, social class, ethnicity). Finally, we deal with criticisms of the sex/gender binomial and other binarisms, rethinking the viability of the category “woman” as a political subject of feminism. Taking into account the multiplicity of subjectivities and individualities and different experiences of women, we found that it is complex to work with essentialist definitions of the category “woman”. As postmodern theories and queer theories have shown, it is problematic to establish parameters by which “people” should be framed in “fixed identity categories” to make political struggle viable.

Keywords: Women; Genres; Feminisms.

Introdução

Desde os primeiros movimentos que visavam à emancipação feminina a categoria mulher passou por transformações, acompanhadas de mudanças epistemológicas. Qual a necessidade de uma definição “consensual” do que seria uma “mulher” para a luta política pela emancipação das mulheres? Para contribuir na resposta a esta questão, faremos uma breve análise sobre a estabilização e por vezes desestabilização da categoria “mulher”. Vamos mostrar como a “mulher” foi definida e redefinida e como tais processos estão relacionados com as lutas políticas das mulheres. Analisamos quatro momentos não lineares, pois tal separação é apenas um recurso metodológico.

Começamos analisando as concepções não feministas a respeito da mulher: estudos feitos por homens nos quais a mulher era definida como todo ser humano que nasceu com a anatomia de fêmea. Para abreviar tal análise partimos das críticas de Simone de Beauvoir porque faz sentido acessar tais estudos por meio da voz e interpretação de uma das precursoras das ideias que embasaram os movimentos feministas. Destacamos a visão cristã e a psicanalítica que essencializavam e inferiorizavam a mulher em decorrência da forma como relacionavam biologia e destino.

Seguimos para as teorias concomitantes com a segunda onda do feminismo – principalmente o feminismo radical – que defendiam que a subordinação feminina estava ligada à sua função reprodutiva, tendo como principal mote derrotar o patriarcado. O argumento era que existia uma condição biológica que determinava se um indivíduo era mulher; mas havia também uma cultura masculina que impunha aspectos sociais sobre o que seria uma mulher. O corpo tinha um papel fundamental para a concepção de sujeito: dele emanava e para ele convergia toda opressão sexual e desigualdade. Incluímos o início da concepção de gênero nos estudos sobre mulheres para superar problemas que categorias centrais como “patriarcado” apresentavam, devido seu caráter generalizante. As pesquisas mantinham uma dualidade quase essencialista, associando sexo como dado biológico e gênero como construção cultural.

Passamos ao debate trazido pela noção de interseccionalidade que questiona aprofundamente os questionamentos a respeito de se as conexões entre as mulheres superam tempo, local e culturas diferentes. O pensamento de que algo unia as mulheres e superava suas diferenças foi criticado por vertentes do feminismo que colocaram atenção nas diferenças que as mulheres reais possuem: a raça, a classe e a orientação sexual, por exemplo, influenciam diretamente o tipo de opressão que cada mulher sofre. Assim, o significado de “mulher” foi ampliado, contestando o caráter moderno, universalizante, generalizante, eurocentrista, colonial e burguês das teorias anteriores.

Por fim, lembramos que não só o gênero, mas também o sexo pode ser pensado como uma construção cultural, como mostra Judith Butler: o simples fato de darmos tanta importância para a diferença sexual configura um aspecto cultural relevante de algumas sociedades. A crítica dos binarismos levanta a questão de que as identidades e subjetividades não são necessariamente fixas. Gêneros não são identidades engessadas: podem existir múltiplas configurações em contextos históricos e culturais diferentes. A definição do que significa o gênero ou do valor da diferença sexual varia de acordo com as relações sociais, culturais, políticas e ideológicas existentes

num certo momento histórico e local geográfico específico. Algumas pessoas vivenciam a fluidez de gênero e hoje existem dezenas de formas de vivenciar a relação entre sexo, gênero e de vivenciar a sexualidade. Tudo isso impacta nas lutas políticas emancipatórias que são ainda tão necessárias.

Tratar desses quatro “momentos” não significa afirmar que um superou o outro e que agora existe um consenso de que os gêneros são variáveis e tem menos relação com o sexo anatômico e mais com construções variáveis de subjetividades flexíveis. Não significa que todas as pesquisadoras ou que todas as pessoas superaram as antigas formas de se pensar a mulher. Ainda existem pessoas e estudos que são construídos com base em uma forma essencialista de conceber a mulher – como a fêmea da espécie humana. Existem estudiosas e grupos políticos que defendem que o sexo é um dado essencial e o gênero é cultural. E nem todas as pessoas compreendem e concordam que possa existir algo como uma fluidez de gênero. Nossa proposta é mostrar como a categoria foi e ainda está sendo pensada e repensada, estabilizada e desestabilizada e de que forma o próprio processo de estabilização e desestabilização constitui parte da luta política.

I

Simone de Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo* (1949), realiza uma série de problematizações sobre as antigas concepções de mulher. Os mitos tratados por ela mostram como era definida a categoria “mulher” quando as mulheres não possuíam meios próprios ou visibilidade para fazer com que suas visões a respeito de si mesmas fossem conhecidas. Tal reflexão parte de um lugar de fala específico e não esgota a discussão a respeito dos mitos criados pelo mundo patriarcal sobre o que é uma mulher. Basta ressaltar que aquelas concepções nunca foram válidas em todo o planeta, pois traziam as marcas específicas das condições sociais, culturais, políticas e ideológicas de seus interlocutores.

Os primeiros estudos sobre mulher realizados por homens tinham como objetivo descrever o que era uma mulher e comprovar a sua inferioridade considerada natural. O conceito mulher se referia a todo ser humano que nasceu com anatomia de fêmea, uma definição essencialmente biológica. Existia um mito de que a idade da pedra teria sido um período de ouro para as mulheres, pois os homens as viam como deusas numa realidade mística: não havia conhecimento suficiente para dominar a natureza que era ainda um grande mistério – do qual as mulheres faziam por conta da

incompreensão acerca da fecundidade. Surgiram divindades femininas como tentativa de compreender o que era ignorado e a mulher era venerada porque o homem temia o desconhecido. Nesse contexto, a mulher é posta numa ordenação elevada, num mundo místico, fora do reino humano.

Na realidade material, porém, o poder político estava nas mãos dos homens, e, inclusive, foram eles que colocaram a mulher naquele papel de sobrenatural (não foi uma posição reivindicada pelas mulheres e durou apenas até o momento em que o homem superou a superstição pela razão). No momento em que, por meio da técnica, o homem passou, de certo modo, a dominar a natureza, o mito da divindade feminina ficou em segundo plano (esta é considerada a passagem da idade da pedra para o bronze). Essa narrativa de superioridade feminina é um mito porque não há uma equivalência entre o mundo místico e o político:

Nas sociedades em que o homem adora esses mistérios, a mulher é, por causa dessas virtudes, associada ao culto e venerada como sacerdotisa; mas quando ele luta para fazer a sociedade triunfar sobre a natureza, a razão sobre a vida, a vontade sobre o dado inerte, então a mulher é encarada como feiticeira. Conhece-se a diferença entre o sacerdote e o mágico: o primeiro domina e dirige as forças de que se assenhoreou de acordo com os deuses e as leis, para o bem da comunidade e nome de todos os seus membros; o mágico opera à margem da sociedade e contra os deuses e as leis e segundo suas próprias paixões. (BEAUVOIR, 2016a, p.228).

Na literatura cristã a concepção negativa da mulher ganhou força: ela se torna a pecadora, aquela que contém as tentações da carne; ela é a Eva que leva a maçã até Adão, condenando toda a humanidade a viver em pecado; mas ela pode subverter essa situação, deixar de ser um ente amaldiçoado e se tornar um ente abençoado, desde que se anexe ao homem. Nesse sentido, o mito da Virgem Maria descreve como a mulher deve buscar “ser” para que se torne digna, pois “é somente aceitando o papel subordinado que lhe é designado que será glorificada. ‘Eu sou a serva do Senhor.’” (BEAUVOIR, 2016a, p.237).

A mulher passou por três juízos distintos: a deusa, a pecadora e a santa. Todas essas concepções outorgam a ela um lugar secundário, em nenhum desses momentos ela protagonizou sua própria narrativa. Beauvoir evidencia: “O Outro é singularmente definido segundo o modo singular que

o Um escolhe para se pôr. Todo homem afirma-se como uma liberdade e uma transcendência, mas não dão todos os homens o mesmo sentido a essas palavras” (2016a, p.325). As perspectivas sobre a mulher convergiam ao considerarem que se tratava de um ser inferior, imanente diante do homem. Imanência se refere a algo que não se movimenta, não se supera e, portanto, permanece sempre o mesmo, em um sentido estático do ser; enquanto a transcendência é o movimento, aquele que se supera e avança (BEAUVOIR, 2005). Um dos recursos para tentar provar que a inferioridade feminina era natural foi enfatizar as diferenças biológicas.

Como destaca Beauvoir, a explicação da passividade da mulher baseou-se na comparação do óvulo com o espermatozoide: o óvulo é estático, fixo (corpo imanente) e espera pelo espermatozoide; o gameta masculino representaria a mobilidade, a faísca necessária para gerar a vida (o que transcende). Por outro lado, argumentou-se que o espermatozoide ao penetrar no óvulo renunciaria à sua mobilidade e à sua transcendência; como se o óvulo mutilasse o espermatozoide arrancando-lhe a cauda, gerando um sentimento de castração. Tais mitos, porém, não consideram a totalidade do momento de fecundação, já que os dois gametas têm papel fundamental no processo: enquanto o espermatozoide com sua mobilidade que chega até o óvulo; este tem o material necessário para nutrir e proteger o embrião. Assim, como afirma Beauvoir, a faísca é gerada pelo encontro dos dois que se fundem e perdem sua individualidade (BEAUVOIR, 2016a).

Além do óvulo, existiriam diferenças morfológicas³ entre o corpo da fêmea humana e do macho humano que permitiriam reforçar a inferioridade da mulher:

Sua força muscular é muito menor, mais ou menos dois terços da do homem; sua capacidade respiratória é inferior, os pulmões, a traqueia e a laringe são menores; a diferença da laringe acarreta também a da voz. O peso específico do sangue é menor, pois há menos fixação de hemoglobina; as mulheres são, por conseguinte, menos robustas, mais predispostas à anemia. Seu pulso bate mais depressa, seu sistema vascular é mais

³ Note-se que para descrever essa morfologia da mulher, Beauvoir considerou apenas e exclusivamente mulheres cisgêneras, brancas, ocidentais, que, em média, poderiam corresponder a tal descrição, que, ainda assim, seria questionável. Existem mulheres e homens com diferentes tamanhos e isso varia em função de muitos aspectos, tais como raça, etnia, classe social, condição socio-econômica, local de nascimento e moradia, tipo de trabalho ou ocupação, entre muitas outras. Mesmo nestes casos, varia de acordo com o tipo de combinação entre todas as variáveis e a média também varia no tempo.

instável: coram facilmente (BEAUVOIR, 2016a, p.59).

De acordo com Beauvoir, outra grande diferença seria o ciclo menstrual, que faz com que a mulher esboce todo mês o trabalho da gestação e que leva a mulher a lembrar de sua animalidade, vivenciando mudanças físicas, hormonais e emocionais que fazem parte do ciclo e sentindo penosamente seu corpo, que, na gestação carrega outro ser. Toda a complexidade fisiológica do corpo da mulher é maior do que a do corpo masculino (BEAUVOIR, 2016a).

Esses “dados” foram utilizados como uma forma de validar o discurso de opressão do patriarcado, e, aparentemente, os “dados” em si não podem ser negados, porém o corpo humano não é uma coisa, e sim uma situação: não se porta de maneira estática e fixa, mas está em constante movimento de acordo com o meio social e cultural no qual está inserido. Logo, é no seu vir a ser que deve ser analisado. Os dados biológicos não são suficientes para confirmar o destino da mulher como um ser inferior, pois esses só têm validade dentro de um mundo de valores. O sujeito não se caracteriza apenas enquanto o seu corpo, mas enquanto corpo submetido a leis e crenças, que compõe o mundo com uma estrutura política, econômica e social.

Posteriormente a psicanálise, por meio de seu criador Sigmund Freud, fez um avanço no estudo da mulher, adicionando à noção de corpo uma “consciência” e nesse sentido “a fêmea é uma mulher na medida em que se sente como tal. Há dados biológicos essenciais e que não pertencem à situação vivida” (BEAUVOIR, 2016a, p.67). Freud criou a psicanálise na era vitoriana e sua visão “falocêntrica” do desenvolvimento humano forneceu uma definição da sexualidade feminina em relação ao modo como o homem vivencia sua sexualidade (o ponto de vista é essencialmente masculino). Freud escreve que as duas primeiras fases de desenvolvimento da criança, a oral e a anal, são semelhantes para todos, sendo apenas na fase genital que surge uma diferenciação.

O erotismo masculino se localiza no pênis, enquanto o feminino se desenvolve, no estágio infantil, no sistema erótico clitoriano, e, apenas após a puberdade, surge o sistema vaginal. Assim há uma etapa para o homem e duas para a mulher. Há a possibilidade da mulher não evoluir do primeiro para o segundo estágio e permanecer na fase infantil, ou seja, clitoriana, o que, de acordo com Freud, acarretaria neuroses. Ele argumenta que quando a menina possui uma fixação pelo pai por volta de seus cinco anos, e percebe a diferença anatômica, sente-se castrada pela ausência do pênis, isso tudo faz com que o drama sexual da menina seja mais complexo do que o do menino,

resultando em frustração e recusa de sua feminilidade, pois cobiça ter um falo, conduzindo-a a permanecer num estágio clitoriano, sendo frígida e tendendo para a homossexualidade. Desse modo a mulher continua encerrada em seu destino (BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir critica Freud, embora admita seu avanço ao reconhecer que existe algo além do caráter essencialmente biológico e anatômico para definir a mulher, mas ele ainda a define a partir do homem. Na questão do erotismo feminino foi problemático isolar o prazer clitoriano do prazer vaginal, pois é na puberdade que se desenvolvem várias zonas erógenas e que não se excluem mutuamente. Atualmente se questiona a existência de uma “fase vaginal” separada da “fase clitoriana” e o fato de que o homem ter um pênis não gera necessariamente inveja na menina: se ela pudesse afirmar-se como sujeito poderia colocar outro membro como equivalente. Na verdade, o que a menina inveja é a valorização prévia da masculinidade dos meninos, que tem sentido apenas dentro de um mundo de valores culturais (BEAUVOIR, 2016a).

Tais perspectivas sobre o que seria uma mulher – brevemente expostas – foram refutadas inúmeras vezes, mas ainda não foram completamente superadas. Hoje, podemos observar grupos de pessoas que se esforçam por provar sua veracidade, seja por meios metafísicos ou por teorias que não levam em conta a totalidade da mulher, enquanto corpo que habita um mundo de valores, e por ele é significado. Dessa forma é notório o esforço que a sociedade patriarcal fez – e ainda faz – para conceber uma visão da mulher como um ser inferior. Não à toa o termo “patriarcal” que tinha conotação positiva, passou a ser visto como negativo e explorador, em meados do século XIX, não obstante nos anos de 1960 e 1970, tal termo caracterizará uma estrutura de relações de poder, categoria central pela qual se organizam as lutas do feminismo radical (PULEO, 2005).

II

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, temos a expressão das primeiras organizações de luta reivindicando direitos para as mulheres, como o movimento das sufragistas que pleiteavam o direito de voto para as mulheres⁴, além de direitos de acesso à educação e ao mercado

⁴ Aqui quando falo que pleiteavam o direito de voto para as mulheres, podemos lembrar que, conforme argumenta Bell Hooks em *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*

de trabalho. Caracterizado como Feminismo Liberal, o seu cerne era a perspectiva igualitária do humano universal (SILVA, 2008). A primeira onda do feminismo tinha como mote uma pergunta importante para as investigações após a década de 1960: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p.2). Depois da perspectiva acerca do que seria uma mulher feita apenas por homens, passamos para um conjunto de reflexões que foi feita por mulheres: “O indivíduo mais indicado para fazer essa discussão, é a mulher, pois ela conhece mais intimamente o que é ser um ser humano do sexo feminino, apesar de a essência não ser determinante na boa ou má conduta de homens e mulheres, a situação que os predispõem mais ou menos para a verdade”. (BEAUVOIR, 2016a, p.24).

O Feminismo Liberal gerou uma nova perspectiva na luta feminista, chamada de Feminismo Radical. É certo que esse rompimento não se deu da mesma forma e nem ao mesmo tempo em todos os lugares. Nos Estados Unidos esse momento foi entre as décadas de 1960 e 1970, essa nova onda de lutas caracteriza a chamada segunda onda do feminismo. As feministas radicais concordavam que todas as mulheres eram dominadas pelos homens e essa dominação patriarcal: a desigualdade entre os sexos precederia todas as outras desigualdades existentes. Para o patriarcado se afirmar enquanto sistema de poder necessita da diferenciação sexual que é “fundamentada pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes” (SILVA, 2008, p.27). A dominação masculina poderia variar com o tempo e espaço, porém existiria um princípio que seria universal: ocorreria em todos os períodos históricos e seria decisivo e uniria todas as mulheres em um só grupo (PISCITELLI, 2002).

As feministas trabalharam para construir um sujeito político coletivo: “a mulher”. Dentre suas principais pautas podemos citar a reivindicação dos direitos sobre o corpo, o controle total da reprodução, o direito ao aborto e o acesso ao conhecimento sobre o próprio corpo. O cerne do movimento era a tentativa de derrotar o patriarcado em todas as instâncias pública e privada; sendo essa diferenciação questionada e posta em análise (PUELO, 2005).

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’,

(2019), as sufragistas pleiteavam o direito de voto para as mulheres brancas. Esse argumento será trabalhado melhor na terceira parte deste artigo.

questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias (SARDENBERG, 2018, p.16).

Abordaremos alguns dos argumentos centrais das principais precursoras: Shulamith Firestone e Kate Millet. Quanto à Beauvoir, não há um consenso de que pertença ao Feminismo Liberal ou Radical, mas sua obra *O Segundo Sexo* (1949) foi de grande relevância para a construção da corrente feminista radical. As teóricas desse período buscavam encontrar quais eram as origens da dominação masculina e como essa se mantinha com o passar do tempo.

Shulamith Firestone argumenta que as classes sociais tiveram origem na condição biológica “sendo a família biológica um poder de distribuição inerentemente desigual” (*apud* SILVA, 2008, p.29). São as funções reprodutivas femininas que fundamentam a produção da desigualdade social: para que a mulher consiga desvencilhar-se da opressão masculina deveria assumir o controle da reprodução, da fertilidade e de seu próprio corpo. A reprodução deveria ser feita por meios artificiais, para gerar uma verdadeira revolução sexual em que a diferença genital perderia a relevância. Não se trata apenas de eliminar a dominação masculina, mas de eliminar toda a distinção sexual (PISCITELLI, 2002).

Firestone reconhece que a opressão patriarcal não foi exatamente igual em todos os espaços e tempos, mas argumenta que a causalidade biológica existiu sempre e gerou distorções psicossociais na personalidade humana. Mesmo considerando que há uma construção cultural do patriarcado, defende que as bases da construção da “cultura” residem nas condições biológicas; logo, sua teoria alude a um determinismo biológico. A autora não desconsidera as construções sociais, mas a mulher é caracterizada pelo ser humano com anatomia de fêmea: útero, ovários, vagina, entre outros atributos que fazem com que seja subordinada aos homens na sociedade patriarcal. Tais características compõem sua identidade coletiva primária, tratadas numa perspectiva universalizante. (*apud* SILVA, 2008).

Kate Millett na obra *Sexual Politics* (1970) revisa o ato sexual e faz uma análise da diferenciação sexual vivenciada na sociedade – a subordinação feminina e a dominação masculina – e tratada das origens do patriarcado e

como homens e mulheres eram determinados naquele período (*apud* LOIS e TAVARES, 2017). Millett encontra a explicação da subordinação das mulheres nas relações de poder construídas nas esferas sociais e culturais da sociedade: foi uma das primeiras feministas a sistematizar o “patriarcado” como sistema de um viés político no qual o poder é o objetivo maior do sistema. Analisa a prioridade natural do macho sobre a fêmea como a mais resistente que qualquer outro tipo de segregação e mais uniforme, rigorosa e tenaz que a estratificação das classes. A dominação do macho sobre a fêmea seria a ideologia mais arraigada em nossa cultura, por cristalizar o conceito mais elementar de poder (*apud* SILVA, 2008, p.30-31).

Para Millett (1970), o patriarcado se organiza e se mantém a partir de um rol de normas e condutas que caracterizam como devem se comportar cada pessoa de acordo com o seu sexo. A autora divide essas normas em três categorias: 1) componente psicológico: o temperamento que define alguns estereótipos como agressividade relacionada ao macho e a passividade associada à fêmea; 2) componente sociológico: o papel sexual que designa a mulher aos cuidados domésticos e à maternidade, enquanto o homem tem seu papel no campo da produtividade humana; e 3) componente político: o status definido em relação à distribuição de papéis e o temperamento, que, em conjunto, constroem o status que o sujeito terá na sociedade. Tais fatores dispostos nessa configuração de sociedade determinam o homem como superior e a mulher como inferior: são componentes interdependentes.

Essa política produz “verdades” que são implementadas de forma a gerar uma aceitação generalizada de todas as partes. Tal conjunto de normas são impostos pela primeira vez ao indivíduo na família, por isso ela é essencial para a reprodução desse sistema. O esquema é incorporado como um modelo natural de comportamento para cada sexo: a família opera como se fosse um microestado e o chefe da família é o governante. Quanto às origens do patriarcado, a autora afirma que não se tem dados suficientes dos períodos pré-históricos para fazer uma análise assertiva, mas suspeita que o pensamento patriarcal se originou de um momento em que a fertilidade, a capacidade de gerar vida da mulher eram vistas como princípios primários (LOIS e TAVARES, 2017; SILVA, 2008).

Kate Millett (1970) descreve como a mulher era definida em relação às três normas propostas, mas evidencia que essas características são construídas historicamente pela sociedade patriarcal, então não se trata mais de um determinismo biológico, como confirma Lois e Tavares comentadoras de Millet: “A supremacia masculina encontra seu alicerce na aceitação de um sistema de valores que permeia as relações políticas entre homens e mulheres e não na biologia” (2017, p.43). Mas ainda assim conserva a ideia de que esse

pensamento possa ter iniciado por conta de uma construção social ao redor de características do corpo da fêmea humana – o engravidar, parir, amamentar – então aqui os dados biológicos deixam de ser determinantes na caracterização do sujeito mulher, mas são ainda um parâmetro que anuncia seu destino.

Há uma grande influência do pensamento de Beauvoir (1949) no pensamento de Millett quanto à definição da mulher. Beauvoir em seus estudos afirma que no corpo da mulher existe um conflito entre espécie e indivíduo que pode ser visto no momento da gestação, a qual coloca a mulher em um trabalho exaustivo, não lhe trazendo individualmente nenhum benefício, no momento do parto a situação se evidencia mais crítica, podendo a mãe ou a criança vir a óbito. Posteriormente há o período do aleitamento que também segundo a autora é uma servidão esgotante do corpo feminino. Isso mostra que eventos que favorecem a espécie, nem sempre estarão em benefício do indivíduo em si, no caso da mulher. “A mulher, como o homem, é seu corpo, mas seu corpo não é ela, é outra coisa” (BEAUVOIR, 2016a, p. 55).

Beauvoir identifica que o corpo feminino pode aprisionar a mulher em suas funções biológicas, todavia argumenta que a mulher não pode ser definida apenas em referência à sua natureza, que configura uma situação que dentro de um mundo de valores estabelecido a impulsiona para um destino (CYFER, 2015). Isso fica evidente quando afirma: “Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere” (BEAUVOIR, 2016a, p.64). Em outra passagem evidencia-se a potencialidade do corpo feminino de antecipar um destino, não deixando de denotar em seguida que os dados biológicos não são suficientes para compreender a mulher em sua totalidade, é preciso levar em conta o mundo de valores, no qual este corpo está inserido.

o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016a, p. 65).

Assim o dado biológico existe, mas assume seu significado no seio de uma sociedade moldada por leis, instituições e costumes engendrados por homens... A mulher não pode ser entendida como um ser imutável sujeito estritamente à sua natureza, mas sim como um ser em um constante vir a ser; e é no seu vir a ser que deveriam ser discutidas as suas possibilidades no mundo. Para a autora ser mulher é estar em uma subjetividade corporificada: este corpo que por sua vez estará sujeito tanto à natureza quanto à cultura (CYFER, 2015; BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir identifica que é na família que a hierarquia dos sexos se manifesta inicialmente, já que desde a primeira infância a vocação e os papéis são designados. O descobrimento do pênis pela menina é descrito por Freud como um evento que lhe causa inveja; mas o fato é que para ela o falo muitas vezes será algo insignificante; o que causará inveja na menina, afirma a autora, é a valorização da virilidade. A passividade, traço que pode ser identificado cedo na menina, seria considerada como essencial, porém, não se trata de um dado biológico, mas sim de um destino que lhe é imposto desde cedo pelos seus educadores primários e também pela sociedade (BEAUVOIR, 2016b).

Podemos concluir que Beauvoir separa corpo e sociedade, sugerindo a distinção entre sexo e gênero, afirmada posteriormente por Gayle Rubin, que trata o sexo como um dado biológico imutável e o gênero como uma construção cultural móvel; mesmo esta dicotomia será criticada mais tarde pelas novas vertentes da teoria feminista (CYFER, 2015; PISCITELLI, 2002).

Assim como aparece nas teorias feministas formuladas entre os anos 1960 e 1970, Beauvoir já havia indicado que o patriarcado era o responsável por toda a opressão vivida pela mulher; esse conceito era a chave para a mobilização da luta feminista e servia para distinguir a relação de poder que mantinha o sexismo. Em linhas gerais o volume I de *O segundo Sexo* (1949) faz uma longa investigação de quais seriam as origens do patriarcado e o volume II é proposta uma forma de subversão. Mas esse conceito que fora tão útil passou a apresentar problemas por conta de sua generalidade excessiva. Como afirma Piscitelli (2002, p.7): “o problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscurecia a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação”. Atualmente o conceito de patriarcado é criticado porque universaliza a dominação masculina desconsiderando particularidades e coloca a anatomia feminina como algo invariável e universal.

Algumas concepções feministas deste período foram superadas por novas vertentes e duas críticas principais merecem destaque. Primeira: a mulher era caracterizada como um “ser universal”, desconsiderando aspectos particulares de como cada mulher, em sua realidade histórica, geográfica e social, vivencia a opressão de formas diferentes. Segunda: determinou-se que a anatomia do corpo feminino anunciava o destino da mulher e entendeu-se que sexo estava para a natureza assim como gênero estava para a cultura; atualmente as novas vertentes indicam que assim como o gênero o sexo também é algo construído culturalmente, sendo, assim, ambas “construções” mutáveis. Essas duas críticas serão alvo das partes “III” e “IV” respectivamente.

III

A crítica ao essencialismo na caracterização da mulher, ou ainda, a reivindicação das diferentes experiências das mulheres realmente existentes, acontece muito antes do termo “interseccionalidade”⁵ ter sido disseminado na academia por volta dos anos 1990. Desde a sua primeira onda, em meados do século XIX, o movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos vinha criticando a visão essencialista da mulher. Isso fica evidente no discurso histórico proclamado na Convenção de Direitos das Mulheres em Ohio, no ano de 1851, por uma mulher afro-americana, que havia sido escravizada. Seu nome é Sojourner Truth e na ocasião disse:

Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavrei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando

⁵ Utilizaremos neste artigo o termo interseccionalidade para nos referirmos à “categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social.” (PISCITELLI, 2008, p. 263). Existem autoras que preferem o termo “categorias de articulação” ou ainda “entrelaçamento de opressões” no caso da abordagem sistêmica.

conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (*apud* HOOKS, 2019, p.252-253).

Podemos constatar que, apesar do termo “interseccionalidade” ter sido inaugurado apenas em 1989 com Kimberlé Crenshaw, essa discussão já era feita a partir de campos não estritamente acadêmicos, mas também vindo dos coletivos das feministas negras e lésbicas (HENNING, 2015). Aqui trabalharemos o principal exemplo de teoria interseccional sobre a mulher, o Feminismo Negro⁶. A discussão a seguir se baseia principalmente nas obras: *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (1981) de bell hooks⁷; e *Mulheres, raça e classe* (1982) de Angela Davis⁸.

A necessidade que as mulheres negras têm de reivindicarem seu lugar de representatividade vem acompanhada, de um lado, do racismo das suas irmãs brancas; e, de outro, do sexismo de seus irmãos negros. Nesse cenário as mulheres negras ocupavam um lugar de invisibilidade social, pois “quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas” (HOOKS, 2019, p.27). Através da experiência vivida das mulheres negras poderemos observar que a categoria “mulher” não é unitária. Essas experiências serão abordadas a partir das obras mencionadas que retratam o contexto dos Estados Unidos, no período da escravatura e movimento pelo sufrágio.

Segundo Hooks (2019), durante a escravidão nos Estados Unidos, que atingiu seu auge nos séculos XVIII e XIX, foi no campo do trabalho onde mais se pode notar as diferenças entre o homem escravizado e a mulher escravizada. Enquanto ambos eram explorados nos trabalhos do campo, apenas as mulheres também eram exploradas em atividades domésticas, como reprodutoras, além de serem assediadas e abusadas sexualmente. Angela Davis confirma essa desconformidade,

⁶ Existem muitos outros exemplos de leituras interseccionais feitas sobre a categoria mulher, vide “Feminismo para as 99% um manifesto” (2019) de Cinzia Aruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

⁷ A autora tem preferência por seu nome ser escrito em letras minúsculas.

⁸ Ressaltamos que este artigo foi escrito por uma parceria formada por duas mulheres brancas, portanto, nosso lugar de fala nos permite apenas mencionar o que autoras negras disseram a respeito do tema.

As mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2013, p.11).

A mulher negra escravizada não encontrava amparo nem na lei e nem na opinião pública, tornando-se assim um alvo fácil de exploração sexual. Tal exploração continuou por muito tempo depois da abolição se efetivar, legitimada por outras práticas opressivas que desvalorizavam a mulheridade negra. Dentre as quais, podemos citar alguns mitos que foram disseminados ardilosamente como, por exemplo, o da mulher negra “má” e “desinibida sexualmente” e o mito do matriarcado. Enquanto a imagem da mulher branca era reformulada dentro de um mito de virtuosidade – no sentido das virtudes cristãs – a mulher negra foi posta dentro de moldes inversos, como a depravada:

Mulheres brancas responsabilizavam mulheres negras escravizadas pelo estupro, porque foram socializadas, dentro da moral sexual do século XIX, a considerar a mulher como tentação sexual. Essa mesma moral sexual era adotada por escravizados. Companheiros escravizados com frequência tinham pena da quantidade de mulheres sexualmente exploradas, mas não as viam como vítimas inocentes (HOOKS, 2019, p. 70).

O mito da mulher negra sexualmente desinibida continuou sendo disseminado após a abolição da escravatura. A desvalorização da mulheridade negra foi uma estratégia para limitar o comportamento sexual delas e evitar os casamentos inter-raciais. A mulher negra e escrava exacerbou uma contradição de um dos principais argumentos do patriarcado – aquele de que as mulheres eram inferiores por não possuírem a mesma força física que os homens – pois elas trabalhavam tanto quanto os homens e recebiam punições mais severas, pois eram violadas. A explicação para perpetuar o mito patriarcal era que “as mulheres negras escravizadas não eram mulheres

‘reais’, mas criaturas sub-humanas masculinizadas” (HOOKS, 2019, p.122).

Davis (2013) argumenta que, de fato, as experiências vividas pelas mulheres escravizadas moldaram-nas com uma personalidade distinta das mulheres brancas. Bell Hooks mostra que os estereótipos negativos forjados dentro da ideologia sexista “afetaram tanto a forma como mulheres negras eram percebidas por pessoas de sua própria raça quanto a percepção que elas tinham de si mesmas” (HOOKS, 2019, p.121). Muitas não tinham orgulho de suas habilidades e almejavam ter o mesmo destino que as mulheres brancas.

As mulheres negras não tiveram escolha entre trabalhar ou não; a participação delas no mercado de trabalho, não foi fruto de uma demanda feminista; nem criou uma consciência feminista nelas. Seus trabalhos permitiram desenvolver certa independência de espírito: fato cooptado por ideais sexistas, retratando essas mulheres como “matriarcas” em um sentido pernicioso para elas, pois eram apresentadas como masculinizadas, castradoras e ameaçadoras. No entanto, afirmar que as mulheres negras eram matriarcas implica dizer que houve uma ordem social em que essas mulheres detinham o poder político, conseqüentemente o poder de decidir como deveriam viver; mas esse poder sempre esteve nas mãos dos homens (HOOKS, 2019). Angela Davis enfatiza:

É verdade que a vida doméstica teve uma exagerada importância na vida social dos escravos, porque lhes deu o único espaço onde podiam verdadeiramente experienciarem-se como seres humanos. As mulheres negras, por esta razão – e também porque eram trabalhadoras tal como os homens – não estavam rebaixadas nas suas funções domésticas do mesmo modo que as mulheres brancas se tornaram. De forma desigual às suas parceiras, elas não podiam nunca ser tratadas como meras “donas-de-casa”. Mas ir mais longe e manter que elas conseqüentemente dominavam os seus homens é fundamentalmente distorcer a realidade da vida da escravatura (DAVIS, 2013, p.19).

Diante disso, Bell Hooks, conclui que o rótulo de matriarca foi demasiado assimilado na consciência do povo negro, e, apesar de ser um estereótipo negativo da mulheridade negra, elas tinham orgulho de serem rotuladas como tal, pois, de todos os mitos, esse era o menos prejudicial à sua imagem (HOOKS, 2019).

Apesar de as mulheres negras e brancas experienciarem o sexismo dentro do sistema patriarcal, este se apresentava para ambas de maneira distinta. Poucas eram – se é que existiram – as semelhanças entre elas, no que se refere ao status social. A sua ligação, por serem denominadas “mulheres”, não impediu que mulheres brancas absorvessem e disseminassem o racismo. Quando Bell Hooks (2019) aborda o movimento feminista branco do século XIX, afirma que era um grupo de mulheres evidenciando sua posição subordinada, engrandecendo o mito de status único das mulheres, oferecendo cursos de estudos sobre mulheres feitos por pessoas brancas, sobre questões essencialmente brancas, para pessoas brancas e muitas vezes de perspectivas racistas. Essa perspectiva fica evidente no conflito do voto, pois quando os homens negros estavam à beira de conquistar seus direitos, sufragistas brancas “expressaram raiva e indignação por homens brancos serem mais comprometidos a manter a hierarquia sexual do que a hierarquia racial na arena política” (HOOKS, 2019, p. 204).

A conquista do voto, porém, não alterou expressivamente o status que a mulher tinha na sociedade. Davis afirma que lideranças do movimento de direitos das mulheres nos Estados Unidos “não suspeitaram que a escravatura do povo negro no Sul, a exploração econômica de trabalhadores no Norte e a opressão social das mulheres pudessem estar sistematicamente relacionados” (DAVIS, 2013, p.52). O movimento não deu sincera atenção às mulheres trabalhadoras, nem negras e nem brancas; não houve uma digna integração de aspectos de raça e classe na análise da opressão feminina.

Para a mulher negra o racismo e o sexismo estão imbricados, são os principais elementos influenciadores do seu destino: a luta para alcançar a sua emancipação deve ser interligada. Muitas mulheres não se sentiam representadas dentro da perspectiva feminista liberal ou radical e algumas se distanciaram do movimento por achar que seria prejudicial à causa da libertação dos negros. Outras sentiam a necessidade de criar grupos alternativos de luta que pudessem representá-las mais bem que um movimento feito “por, para e somente de” mulheres brancas (DAVIS, 2013; HOOKS, 2019).

Avtar Brah corrobora essa discussão ao observar que, dentro do racismo há várias categorias imbricadas, não sendo possível reduzi-lo somente à questões sociais e de gênero, e muito menos pensá-lo como autônomo: “racismos têm origem histórica diversa, mas se articulam com estruturas patriarcais de classe de maneiras específicas, em condições históricas dadas” (BRAH, 2006, p.352). Argumentando contra categorias essencializantes, defende que mulheres brancas e negras não configuram uma categoria fixa e em oposição; contudo estão “em campos de contestação

inscritos dentro de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial” (BRAH, 2006, p.353). O feminismo negro se articulou e articula com outros movimentos superando seus limites constituintes, por isso a autora propõe que as mulheres negras e brancas podem trabalhar juntas, construindo práticas feministas não racistas. Sua perspectiva é de diferenças que podem ser lidas de uma maneira mais lateral do que hierárquica, atribuindo importância às diversidades.

O debate a respeito da interseccionalidade estava fervoroso no meio acadêmico, nos anos 1990, e surgiram várias vertentes de entendimento desse conceito. Elas diferem nas noções de poder e de estrutura ou sistema e de agência – referindo-se às possibilidades, da capacidade do sujeito de agir em seu meio cultural e social. Duas abordagens expressivas são a sistêmica e a construcionista. A primeira, localizada nos Estados Unidos tem como principal precursora Kimberlé Crenshaw, primeira a utilizar o termo interseccionalidade. Segundo Piscitelli (2008), Crenshaw definia interseccionalidade como sendo:

Formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. [...] A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento. (PISCITELLI, 2008, p.267).

As principais críticas a esta perspectiva, pautam a respeito de que a teoria propõe a ideia de diferença como desigualdade; além de lidar com o poder como uma propriedade de um seletivo grupo, não como uma relação; e por tratar o sujeito na posição de subordinado como privado de agência. (HENNING, 2015; PISCITELLI, 2008).

Parece mais promissor pensar a interseccionalidade a partir da segunda abordagem: construcionista, porque percebe que há “distinção entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade”. (PISCITELLI, 2008, p.268). É dada maior visibilidade a uma construção dinâmica da identidade; o processo de tornar-se sujeito não se dá apenas quando está subordinado há um poder supremo: existem possibilidades para o indivíduo. Os marcadores da diferença não são apenas uma limitação, mas podem configurar uma possibilidade de ação.

Fazendo uma crítica precisa à teoria feminista essencialista (que

defende uma noção de essência última compartilhada entre pessoas do sexo feminino, que ultrapassaria os limites históricos, geográficos e culturais) Brah afirma:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas. [...] Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido (BRAH, 2006, p. 341).

O foco da análise é a construção social de diferentes categorias de mulheres que se constituem em relação às configurações históricas diversas; experienciam a “feminilidade” em trajetórias e circunstâncias materiais e sociais distintas. E, mesmo dentro destas categorias de diferenciação, não há homogeneidade; não existem fronteiras claras entre as categorias; as classificações estipuladas destacam algumas diferenças maiores. Um conceito fundamental é a “experiência”: uma construção cultural e não uma realidade pré-determinada, que não é fixa e está em constante movimento de ressignificação. Este é o lugar onde se forma o sujeito: “lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (BRAH, 2006, p.361).

O patriarcado é compreendido articulando-se com outras formas de relações sociais em um determinado contexto histórico. Todas as estruturas – tais como as de classe, raça e gênero – estão imbricadas e suas opressões também: uma constitui a outra e é ao mesmo tempo constituída por ela. A proposta de Brah (2006), no estudo da interseccionalidade, é trabalhar a diferença como a principal categoria analítica, articulando-a com a experiência, a subjetividade, a identidade e as relações sociais. Essas diferenças nem sempre indicarão uma hierarquia e opressão: em cada contexto será analisado se a diferença produz desigualdade ou diversidade, traduzida em formas democráticas de agência política.

A autora argumenta que é problemático construir identidades

políticas essencializantes, mesmo que seja uma estratégia para reivindicar um direito para uma minoria política, pois esse movimento constituirá em outra forma de opressão pela exclusão de certos indivíduos. Isso porque dentro de um grupo existem as diferenças como “identidades” que estão em constante mudança: os diferentes modos de ser são construídos a partir da subjetividade e das experiências coletivas; a identidade coletiva de um grupo não é a simples soma das identidades individuais, mas sim:

O processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. (BRAH, 2006, p.371- 372).

Claudia de Lima Costa afirma que o feminismo pode utilizar a categoria mulher sem fazer dela uma posição nominalista, porque a mulher nesses discursos constitui-se como “uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos” (COSTA, 2002, p. 71). O uso da categoria “mulher” permite que o feminismo possa articular-se politicamente levando em conta suas divergências. Diferente de Brah, Costa defende que é possível conceber pontos estratégicos de aproximação entre as mulheres dentro da luta política quando afirma:

Que essa dupla controvérsia quanto à categoria “mulher” cria um falso dilema: ou dispomos de uma unidade preestabelecida na figura da “mulher” ou não pode haver base alguma para a política feminista. [...] Deixando de lado as bandeiras essencialistas e antiessencialistas, a construção de pontos nodais e as fixações parciais permitem o estabelecimento de formas de identificação em torno da categoria “mulher”. (COSTA, 2002, p.76).

Desse modo a autora propõe que uma tática seria pensar a categoria em relação a sua localização: que se refere à posição que o sujeito ocupa em localidades sociais, culturais, geográficas, econômicas, de classe, sexuais, entre outras. Esse “lugar” fornecerá certas experiências históricas, panoramas sociais que, emprestando o conceito de Irin Maryon Young, formarão a

perspectiva social do indivíduo. Young afirma que “a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito, enquanto aqueles que estão socialmente distantes tendem a ver as coisas de modo diverso” (YOUNG, 2000, p.162-163).

Uma saída válida para construir grupos articulados em torno de sujeitos políticos sem cair em essencialismos que pressupõem que esses mesmos grupos compartilham opiniões e interesses iguais, seria agrupá-los através das perspectivas sociais que compartilham. Estas perspectivas formadas por um conjunto de experiências em torno de um campo social, não tratarão de um conteúdo específico, mas de uma forma de olhar eventos sociais: indivíduos que possuem perspectivas aproximadas podem diferir quanto às opiniões, mas, como Young enfatiza “a perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar eventos sociais, a qual condiciona, mas não determina o que se vê”. (YOUNG, 2002, p.166).

Podemos apontar que até aqui passamos da mulher entendida na perspectiva essencialista (biológica) para a mulher como uma “categoria” útil na compreensão de qual seria o “sujeito político” da luta feminista. As proposições a respeito de ser válido (ou não) construir a luta política em torno de uma “identidade” são variadas. Trata-se de um debate que ainda está em evidência nas discussões feministas e antifeministas. Na próxima sessão, apresentaremos a crítica que a filósofa Judith Butler realiza sobre o sujeito político do feminismo, com base em sua perspectiva de sexo e gênero.

IV

O conceito de gênero surgiu como alternativa ao essencialismo biológico, mas manteve a lógica binária: gênero/sexo correspondiam ao par cultura/natureza (PISCITELLI, 2002). Novas perspectivas criticam a fixidez estabelecida entre sexo (natureza) e gênero (cultura). Um exemplo é Judith Butler que argumenta que o sexo também é fruto de elaboração cultural; que não é necessário existir um sujeito político baseado numa identidade generalizante e fixa para o feminismo; e critica a ideia de patriarcado.

A tentativa de representar o sujeito, linguística e politicamente, envolveria a presunção de critérios que o definam, resultando na exclusão daqueles que não podem ser reconhecidos enquanto tal e atualmente: “o

sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2019a, p.18). A presunção política de ter de existir uma base universal para o feminismo, encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe (BUTLER, 2019a, p.21).

Butler sugere que o objeto de reflexão deve centrar-se no gênero, descolando-se da categoria exclusiva “mulher”. E, por consequência, “uma política feminista que aspire uma [...] construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2019a, p.25). Desse modo, entende por gênero um conjunto de atos, gestos e desejo que são repetidos pelo corpo, que está inserido dentro de uma estrutura revestida de normas reguladoras, que se estabelecem no tempo e produzem os modos de agir, classificados como feminino e masculino. Essa estrutura de poder dá a aparência de que esses atos advêm de uma classe natural de ser, quando na verdade essa pressuposta “essência” é um produto da performatividade.

Butler argumenta que estas normas regulatórias também produzirão o sexo entendido como performático e não mais exclusivamente material: as instituições de poder operam por “esquemas reguladores que produzem as possibilidades morfológicas inteligíveis” (BUTLER, 2019b, p.37). Afirmando que o próprio sexo é performativamente construído no meio cultural e social e não um dado essencialmente biológico, constata que a distinção entre sexo e gênero não diz respeito a nada, sendo sexo o próprio gênero: “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nada” (BUTLER, 2019a, p.27). Para Butler (2019a), a norma mais expressa na consolidação das identidades de gênero é a heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade.

Cyfer destaca que “a heterossexualidade não é, porém, uma forma de viver a sexualidade circunscrita à intimidade. Ela deve ser atestada publicamente pelo enquadramento em padrões comportamentais que aludem à heterossexualidade” (CYFER, 2015, p.46). Esta heteronormatividade enquadra o gênero em uma estrutura de relações binárias, em que masculino e feminino se diferenciam em relação ao desejo pelo sexo oposto. Pode-se ver a repetição de parâmetros heterossexuais em relações não heterossexuais

o que reforça ainda mais estas normas de regulação e ao que a autora vai chamar de “heterossexual original”.

Butler entende por “gêneros inteligíveis” aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (2019a, p.43). A criação de leis heterossexuais supõe que os sujeitos se condicionem para a divisão sexual estabelecida, enquanto são feitas ameaças imaginárias de punições para os que não se adequarem. Essa ameaça para o homem se dá por meio da possível castração, ou seja, a privação de “ter” o falo simbolicamente, se ele demonstrar atitudes feminizadas. E para a mulher caso ela recuse a se enquadrar nos pressupostos femininos heterossexuais: poderá ascender a um falicismo excessivo, visto como prejudicial. Nesse meandro de ameaças às identidades proibidas pela heterossexualidade compulsória ainda está inculcada a concepção binária, pois a perspectiva alude apenas a um macho feminino ou fêmea masculina, quando, de fato, ainda há uma infinidade de possíveis identificações. Como explica Butler:

Essa relação especular é ela mesma estabelecida pela exclusão e abjeção de um domínio de relações nas quais se realizam todas as identificações erradas; homens que desejam “ser” o falo para outros homens, as mulheres que desejam “ter” o falo para outras mulheres, as mulheres que desejam “ser” o falo para outras mulheres, homens que desejam tanto “ter” como “ser” o falo para outros homens em um cenário no qual o falo se desloca não só entre as modalidades de ter e ser, mas entre parceiros dentro de um circuito volátil de troca, homens que desejam “ser” o falo para uma mulher que o “tem”, mulheres que desejam “ter um falo” para um homem que o “é”. (BUTLER, 2019b, p.181).

Esse rol de normas, leis e ameaças de punição, atestam a condição não original da heterossexualidade que para se estabelecer precisa previamente proibir outras possibilidades de organização da sexualidade. Entretanto, as proibições por muitas vezes falham em engendrar o corpo dócil e submetido às leis que almeja. Em relação a isso, Butler (2019a) cita a performance da *drag queen*, pois brinca com a distinção entre a anatomia do performista e a performance, aqui se coloca em jogo três dimensões da corporeidade: o sexo anatômico, a identidade de gênero e a performance de gênero: “no lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e

dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada”. (BUTLER, 2019a, p.238).

Nessas relações arbitrárias se revelam as possibilidades de subversão e transformação do gênero: supondo que o gênero seja a repetição de uma *performance* e essas relações trazem à luz uma incapacidade de repetir que exacerba a construção fabricada do gênero. Revela, portanto, a fluidez das identidades, que estão abertas a constante ressignificação e recontextualização. Logo, o gênero para Butler, se pauta em uma temporalidade social constituída e passível de mudança: “o gênero não deve ser constituído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2019a, p.242).

Devemos considerar as possibilidades de gênero fluído: indivíduos que não se identificam com uma única possibilidade de gênero, transitando entre as identidades durante a vida. Essa fluidez pode ser constante ou não; pode ocorrer várias vezes ou apenas uma vez. Araujo, Melo e Muniz, definem o gênero fluído consistindo:

Em uma trajetória identitária pautada na não estaticidade do gênero, alargando a mutabilidade de sua identidade e propondo que, ao longo da vida – com maior ou menor frequência – podemos nos identificar com diferentes gêneros (ou com nenhum dos constructos sociais binários ou não-binários do gênero) e que isso não é um empecilho, e sim mais uma possibilidade. (ARAUJO, MELO e MUNIZ, 2018, p.68).

Mas então como definir a mulher considerando essas novas abordagens? Butler (2019b) afirma que a categoria mulher não precisa ser inutilizada por ser feita sua desconstrução, mas que seu uso se abre para outras significações. Este movimento é sempre corrente não podendo ser previstas as novas significações de antemão. Piscitelli (2002) argumenta que há uma desconexão entre formulações teóricas e ativismo, mas há uma relação entre a teoria social e os interesses feministas.

Linda Nicholson (2000) oferece uma definição de mulher como sujeito político, propondo que se deve procurar o que é socialmente compartilhado ao mesmo tempo em que se deve procurar onde esses padrões falham. Portanto, pensar em mulheres, em contextos específicos:

Pensarmos o sentido de “mulher” como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. (NICHOLSON, 2000, p.36).

Para Nicholson (2000, p.37), a política feminista poderia ser pensada como política de coalizão interna: partindo de uma lista de reivindicações que levam em conta as diferentes necessidades dos grupos que ali se articulam, ou reivindicações que em determinado nível abstrato abranjam uma diversidade, ou ainda reivindicações específicas que diferentes grupos podem pleitear por um espaço de tempo; reconheceria o caráter diferenciado das mulheres que participam de modo que o próprio termo “mulher” não necessitaria de uma definição específica e fixada.

Considerações finais

A categoria mulher já se referiu a todos os seres humanos nascidos com anatomia de “fêmea”, mas Beauvoir explicou o que torna um ser humano “mulher”: participar de uma condição socialmente construída e politicamente investida. As feministas negras mostraram que “as mulheres” são diferentes – em função de sua classe, raça, nacionalidade, etnia, entre outras variáveis, que geravam diferentes formas de vivenciar a opressão e exigiam formas de luta emancipatórias diferenciadas. Butler mostrou que os sexos tanto quanto os gêneros são construções sociais, culturais e políticas. Pesquisas sobre a fluidez de gênero mostram que é possível que uma pessoa vivencie a própria sexualidade e gênero de modo flexível e não se enquadre em uma categoria identitária.

A categoria “mulher” começou por ser definida em relação ao “ser”, mas categorizar um grupo como sujeito uno se tornou problemático, porque muitas vezes, excluía quem promete emancipar. As teorias contemporâneas caminham no sentido de não mais categorizar a mulher enquanto ser, mas como um sujeito político, dentro de lutas específicas. Não obstante, mulher como sujeito político, também apresenta seus contratempos: diversas identidades e subjetividades existem e interagem entre si e abrem espaços

para novos formatos (não identitários) existirem.

Seria possível pensar a categoria “mulher” como base para a luta política sem cair em exclusões – por exemplo – de pessoas de gênero fluido, que podem ora se identificarem como mulheres, ora como homens e, ainda por vezes, como nem um e nem outro? E as mulheres transgênero, que nascem com anatomia de macho, mas se identificam com a identidade feminina? E os homens transgênero, que nascendo com anatomia de fêmea passam a se identificar com a identidade masculina? E ainda, as pessoas que não se enquadram em nenhum dos moldes e se definem como não-binárias? Entrariam também estas pessoas no sujeito político do feminismo?

Tais questões sugerem que existem hoje novos desafios para a luta feminista, novas formas de ser mulher – ou se tornar mulher – que não estavam previstas pelas teorias que partiam da “identidade” para organizar as lutas políticas. Existem também novas tecnologias e formas de resistir e organizar a luta. As reflexões que apresentamos aqui visam apenas contribuir com o debate em âmbito acadêmico: as soluções políticas não serão geradas na teoria (nem na academia), mas na prática.

Referências

ARAUJO, Luana; MELO, Matheus; MUNIZ, Levi. Tecendo uma possível trajetória para entender os estudos de gênero e os gêneros fluidos: ponderações a partir da performance de um casal não-binário “Sopa de gênero e a destruição prédios”. *Árkesis*: São Carlos, v.7, n. 2, p. 62-75, jul./dez. 2018.

ARUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Boitempo. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. 1 v.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. 2 v.

_____. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

_____. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições; Crocodilo Edições, 2019b.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**: Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**: São Paulo, n. 94, p. 41-77, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Cidade: Plataforma Gueto, 2013.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Dossiê desigualdades e interseccionalidades**: Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez 2015.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LOIS, Cecilia Caballero; TAVARES, Ligia Maria. A política sexual de Kate Millett. In: **Mulheres, desigualdade e meio ambiente** [recurso eletrônico] / org. Caroline Ferri, Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**: São Paulo, v. 8, n. 2, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. In: **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos. Campinas, n. 48, nov. 2002

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**: Goiás. v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez 2008.

PULEO, Alicia. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. **Teoría Feminista** - de la ilustración a la globalización. Madrid: Minerva, v. 2, p. 18-32, 2005.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc. Soc.** Brasília, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./ jun. 2018.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical: pensamento e movimento. **Textura**. Cruz das Almas, ano 3, n. 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e Minorias. **Lua Nova**: São Paulo, n. 67, 2006.

A importância do conceito de representação nas obras de Claude Lévi-Strauss e Émile Durkheim

Taíza Gabriela Zanatta Crestani¹
Silvio Antônio Colognese²

Resumo: O presente ensaio bibliográfico analisa os vieses de Durkheim e Lévi-Strauss no que tange o conceito de fato social a partir das obras: *As regras do método sociológico*, *As formas elementares da vida religiosa*, *Antropologia Estrutural (I e II)* e *Estruturas Elementares do Parentesco*, com o propósito de identificar pontos que aproximam e distanciam o funcionalismo do estruturalismo. Num primeiro momento, realizou-se um esboço reflexivo em torno do funcionamento do simbólico aludindo à definição do fato social apresentada pelos autores supracitados. Após a conclusão desta etapa, os critérios utilizados por Durkheim e Lévi-Strauss na delimitação do conceito foram articulados à forma segundo a qual os mesmos compreendem e empregam o termo representação. Em sequência, realizou-se um apanhado geral acerca de termos marcantes que estruturam o arcabouço teórico de ambos - como, por exemplo, categorias de pensamento, racionalidade, linguagem, proibição do incesto e totemismo - com a finalidade de evidenciar as especificidades de cada autor, e, assim, evidenciar os pontos de divergência e convergência entre as respectivas linhas teóricas.

Palavras-chave: Fato social; Representação; Estruturalismo; Funcionalismo.

The importance of the concept of representation in the works of Claude Lévi-Strauss and Émile Durkheim.

¹ Graduada em Psicologia pela UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste (SC); Pós-graduanda em Antropologia Cultural pela PUC – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus de Curitiba (PR); Mestre em Ciências Sociais pela Unioeste, Campus de Toledo PR.

² Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997), Mestre em Sociologia Rural pela UFRGS (1991) e Professor Efetivo da Unioeste, Campus de Toledo PR.

Abstract: His bibliographic essay examines the biases of Durkheim and Lévi-Strauss regarding the concept of social fact from the works: *The rules of sociological method*, *The Elementary Forms of Religious Life*, *Structural Anthropology (I and II)* and *Elementary Structures of Kinship* with the purpose of identifying points approaching and distancing structuralism from functionalism. At first, there was a reflective outline around the functioning of the symbolic referring to the definition of the social fact submitted by the aforementioned authors. Upon completion of this step, the criteria used by Durkheim and Lévi-Strauss in defining the concept of social fact were articulated to the way in which they understand and use the term representation. Finally, there was an overview about striking expressions that appear frequently in the writings of both - as, for example, categories of thought, rationality, language, incest taboo, totemism - in order to contribute to a better understanding of theme.

Keywords: Social Fact; Representation; Structuralism; Functionalism.

Introdução

Para Émile Durkheim, pai da sociologia moderna e fundador da escola funcionalista, o fato social não alude a qualquer fenômeno que possa ocorrer no interior da sociedade. Sua definição engloba práticas que carregam em seu bojo o potencial de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, isto é, conglomeram apenas atividades cuja existência independe de manifestações individuais. Por conseguinte, segundo o viés durkheimiano apresentado em *Regras do Método Sociológico*, o fato social faz menção àquilo que é coletivo e geral na extensão de determinada organização.

Já Claude Lévi-Strauss, pioneiro do estruturalismo, apresenta um ponto de vista dissonante a respeito do tema. Em *Antropologia Estrutural I e Introdução a Obra de Marcel Mauss*, frisa o autor: para entendermos a totalidade do fato social, é imprescindível considerar a relação entre os elementos que determinam a realidade do social e, por conseguinte, o social como realidade. Portanto, as dimensões sociológica, histórica e físico-psicológica precisam ser analisadas em conjunto.

Logo, enquanto Durkheim compreende o fato social a partir da análise da esfera dos direitos e deveres, advertindo ser imprudente proceder de outro modo – salvo o risco de perder o objeto de estudo inerente à sociologia - Lévi-Strauss compreende a analogia do sistema de parentesco, do sistema econômico e do sistema linguístico enquanto essência do princípio da

generalização - cujo postulado defende a existência de semelhanças entre as dinâmicas que configuram os fenômenos sociais e mentais. Assim, este ensaio bibliográfico apresenta como objetivos, apresentar os critérios utilizados por Durkheim e Lévi-Strauss na delimitação do conceito de fato social e discutir como estes critérios foram articulados às formas que os mesmos compreendem e empregam o termo representação.

1 O fato social segundo Durkheim

Émile Durkheim nasceu na França em 1858 e faleceu em Paris em 1917. É considerado um dos pais fundadores da Sociologia moderna. Uma das suas principais obras foi “As Regras do Método Sociológico”, publicada em 1895, onde ele define a metodologia de estudo de toda a área das Ciências Sociais. Em suas obras, apresenta o fato social como o objeto por excelência da pesquisa em Ciências Sociais.

Conforme Laplantine (2003), a preocupação maior de Durkheim diz respeito a emancipação da sociologia. Com vista a desvencilhar a ciência social dos demais discursos sobre o homem, especialmente o da psicologia, o intelectual francês enfatiza que as causas determinantes do fato social jamais devem ser atribuídas aos estados de consciência individual. Em suas palavras, os fatos sociais consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir que são exteriores ao indivíduo, e que são dotadas do poder da coerção.

O conjunto de valores, normas e padrões que regem a conduta dos indivíduos independentemente de suas vontades, comprovaria que o todo pode explicar as partes. Se um fenômeno é geral, é porque é coletivo - e, a seu modo, obrigatório -, o que é bem diferente de ser coletivo por ser geral. Isso quer significar que o fato social só se pode dar no social e através dele. Mas, ao contrário do que poderíamos supor em primeira instância, a simples repetição de movimentos por um grande número de indivíduos não basta para definir o fato social, pois ele compreende apenas um grupo específico de fenômeno que, direta ou indiretamente, mantém os indivíduos integrados em forma de sociedade (DURKHEIM, 2007).

Em *Regras do método sociológico*, obra publicada no ano de 1895, percebe-se clara a aceção de que os pormenores da vida social ultrapassam as fronteiras da consciência. Todavia, para o autor acima referenciado, se as portas da nossa percepção são incapazes de proporcionar o vislumbre da ampla e complexa realidade da existência coletiva, resta-nos considerar os seus aspectos mais gerais de forma aproximada, uma vez que o substrato de

que nos servimos para recheiar as práticas cotidianas é constituído, justamente, destas representações esquemáticas e sumárias. Neste viés,

O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias; de acordo com as quais regula sua conduta. Acontece que, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a substituir estas últimas por elas e a fazer delas a matéria mesma de nossas especulações (DURKHEIM, 2007, p.15).

O trecho acima abre caminho para o entendimento de que o fato social se difunde no interior dos grupos e por meio do hábito resultante de experiências práticas, coletivas e recorrentes, se transforma numa espécie de tendência. A fim de compreender a sua natureza, faz-se necessário sair da generalidade e adentrar em seu âmago. Mas, de que forma? Seguindo as regras de uma metodologia apta a perceber as características permanentes e/ou provisórias das instituições históricas, bem como a sua força e variabilidade. Congênera a este entendimento, os fatos sociais são coisas e devem ser tratados como tais. Isso requer objetividade e precisão, dois atributos fundamentais da ciência social, afinal, todos os objetos científicos são como coisas e como tal devem ser tratados. Assim, para conhecê-los, exige-se a realização de uma análise progressiva dos seus caracteres mais exteriores e imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos (DURKHEIM, 2007).

Em 1912, quase uma década após esquematizar os critérios que deveriam nortear a pesquisa sociológica, Durkheim publicou a última de suas grandes produções, denominada: *As formas elementares da vida religiosa*. Esta obra demarca o movimento de inflexão que, entre outros aspectos, caracteriza-se pela passagem da consciência coletiva para as representações coletivas como conceito-chave. Já não é mais atribuído à morfologia social o princípio fundante da realidade (PINHEIRO FILHO, 2004; FILOUX, 2010).

Para Durkheim (1983), na base de todos os sistemas de crenças tende haver, necessariamente um certo número de representações fundamentais e de atitudes que, salvo a diversidade das formas que umas e outras podem revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções. As representações coletivas traduzem,

pois, a maneira segundo a qual o grupo se percebe diante das relações que estabelece com os objetos que o afetam.

Partindo do simples ao complexo, do universal ao particular, o estudo do funcionamento do simbólico evidencia a sua importância na obra de Durkheim. Empenhado em desvendar os princípios da classificação categórica, o autor formula a teoria da dualidade da natureza humana e suas condições sociais, no ano de 1914. Tem-se a imagem do homem como ser dividido entre corpo e alma, “com os sintomas de base orgânica, as **sensações** e os **apetites** de foro estritamente individuais de um lado, e as atividades do espírito, como **pensamento conceitual** e a **ação moral** necessariamente universalizáveis de outro” (PINHEIRO FILHO, 2004, p. 140 [grifo dos autores]).

A faculdade que entrelaça ambas as instâncias é a inteligência, por sua vez classificada em dois tipos: sensorial (necessariamente egoísta) e conceitual (altruísta e impessoal). A mesma relação contrastante pode ser observada entre as terminologias: percepção e conceito; enquanto a primeira é baseada na experiência singular, não reproduzível, o conceito é resultado de elaboração coletiva. Ilustra-se, assim, o modelo do *homo duplex* proposto por Durkheim (SANTOS FILHO, 2008). As repercussões sociais desta condição dupla, marcada pelo “amor e ódio” concomitantes, põe em xeque questões relacionadas a harmonia social e evidencia a necessidade de reflexão no que diz respeito à totalidade dos fatos. Mais tarde, em 1924, seu sobrinho, Marcel Mauss aceita o desafio e anuncia estas boas novas da antropologia.

2 O fato social segundo Lévi-Strauss

Claude Lévi-Strauss foi um antropólogo francês, nascido na Bélgica em 1908 e falecido em Paris em 2009. Autor de uma vasta obra, foi o fundador da antropologia estrutural. Tratou das culturas ditas ‘primitivas’ não como um conjunto de dados a serem descritos, mas como um ponto inicial para um modelo a ser construído pelo observador. Ele não se detinha a variedade empírica particular de cada cultura, mas as regras das suas variações. Para ele, a forma como a humanidade organiza seus pensamentos, experiências e culturas ocorre de modo semelhante.

Em sua obra *Antropologia Estrutural II*, Lévi-Strauss reserva um capítulo para discorrer sobre as contribuições de Durkheim à etnologia. Para ele, durante a última década do século XIX, com a introdução de *As formas elementares da vida religiosa*, pela primeira vez, o método histórico e o método

etnográfico são postos lado a lado e passam a compartilhar espaço no mesmo patamar de importância. O maior serviço prestado por Durkheim, neste sentido, foi ter ensinado que, na falta dos próprios fatos, não há reflexão válida senão sobre as fontes, que devem ser examinadas com rigor e atenção escrupulosos (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Para ele, entretanto, se inicialmente Marcel Mauss alude à definição do fato social apresentada por Durkheim, o faz apenas para evidenciar o ponto partida da sua reflexão, dado que rapidamente transpõe os limites impostos pelo positivismo. A expressão “fato social total”, segundo o autor, abrange fenômenos dotados de significação social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral, que, devido a ação da troca formam um complexo integrado de pequenos vínculos sociais (LÉVI-STRAUSS, 1975). As prestações e contraprestações se estabelecem de forma voluntária e iniciam por meio do oferecimento de regalias e presentes que, em sua profundidade, estão recheados de obrigação, e, portanto, tem de ser respeitados sob a ameaça de punição. Tal condição determinaria, segundo Mauss (2003), o sistema das prestações totais.

Em consonância, Lévi-Strauss (1982) salienta que não é somente a ação da troca, independentemente do seu caráter (implícito ou explícito, indireto ou direto, aberto ou fechado etc.), que possui valor: as coisas trocadas também são estimadas pelo que representam. Ganha contornos, assim, o arquétipo de todas as manifestações que, ancoradas na reciprocidade, contribuem para a existência do grupo enquanto grupo.

O psiquismo individual complementa a estrutura grupal, salvo que, em certo sentido, o mental identifica-se com o social. Aquele que almeja compreender as formas assumidas pelo respectivo processo, deve adotar uma metodologia de análise paralela à subjetividade da experiência vivida. Este seria, para Mauss, um dos maiores obstáculos do antropólogo. Sobretudo, porque existem leis de atividade inconsciente que transcendem a apreensão subjetiva; podemos tomar ciência delas atribuindo-lhes a qualidade de objeto, mas, em contrapartida, são as próprias que determinam nossa capacidade de assimilação (LÉVI-STRAUSS, 2003).

No texto *Introdução à obra de Marcel Mauss*, Lévi-Strauss demonstra que, para o primeiro, a dicotomia que marca o relacionamento do individual com o coletivo corresponde a um estado provisório e fugaz do desenvolvimento da ciência social. Para compreender um fato social em sua complexidade é preciso reconhecer que as esferas da subjetividade (consciente e inconsciente) também o integram. Neste momento, faz-se imprescindível refletir sobre a importância das estruturas de ordem

concebida. O que confere ao sistema de parentesco o status de fato social, por exemplo:

não é aquilo que ele tem de manter da natureza. É o procedimento essencial pelo qual ele se afasta dela. Um sistema de parentesco não se encontra nos laços objetivos de filiação ou consanguinidade dados entre os indivíduos. Ele só existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, e não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 64-65).

O sistema classificatório de parentesco, descrito por Morgan, é explicado pelo estabelecimento de relações dualistas que sucedem entre as metades (sendo os colaterais da mãe classificados em uma categoria, e os do pai em outra.). Porém, aos olhos de Lévi-Strauss (1975), o fenômeno essencial não está na forma de organização das instituições, mas no princípio da reciprocidade subjacente que estrutura todo o arranjo das codificações. Segundo o aluno de Mauss, o único caráter comum das metades seria apresentarem-se como duas, sendo que esta disposição é performática e pode desempenhar muitos papéis, consoantes aos laços econômicos, sociais e cerimoniais que as amarram (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Através da comparação dos hábitos e dos costumes, verifica-se o domínio exercido pela tríade universal que compõe as estruturas mentais: a exigência da regra como regra, a noção de reciprocidade e o caráter sintético do dom, isto é, o fato de que a transferência consentida de um valor transforma os indivíduos em parceiros. Ainda na vertente lévi-straussiana, o que fornece às culturas um fundo comum são os esquemas de sociabilidade, do qual o indivíduo retira os elementos que o permitirão construir um modelo particular de interpretação e representação da realidade.

Sob esse aspecto, o estudo do simbolismo não deve ser restrito às disciplinas sociológicas. Tanto a psicologia quanto a biologia têm muito a contribuir para a elucidação das funções de base (LÉVI-STRAUSS, 2003). Pontualmente, é esta a perspectiva da totalidade que faz da antropologia estruturalista uma abordagem diferenciada; seu objetivo é transpor a imagem consciente que os homens formam de seu devir, para atingir o inventário das possibilidades inconscientes (LAPLANTINE, 2003).

Adiante, Lévi-Strauss redefine os conceitos de significado e significante descritos por Ferdinand Saussure em *Curso de linguística geral*. A respeito dos circuitos da fala, Saussure (1988) afirma que os termos aplicados

ao signo são o conceito e a imagem acústica. Logo, o símbolo reflete o matrimônio do significado com o significante. Lévi-Strauss concorda com esta síntese, porém, compreende o significado enquanto conteúdo do signo - aquilo que lhe atribui sentido -, e o significante enquanto forma - estado que o signo se apresenta (DOSSE, 1993).

A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Na mesma direção, a noção de fato social total em Mauss e Lévi-Strauss implica necessariamente uma íntima relação entre o social e o mental, posto que somente a consideração de uma existência individual concreta pode garantir a correspondência entre este e a realidade (SAUSSURE, 1988; LAPLANTINE, 2003).

3 Comparando e articulando as definições

Para Émile Durkheim, o fato social caracteriza-se por ser externo, por ser geral, e por ser dotado de poder repressivo. Em conjunto, estas características asseguram a integração e a coesão do grupo, e, portanto, a aplicação da lei objetiva inibir a manifestação dos instintos agressivos, ou seja, proíbe o cumprimento do direito do mais forte. Entretanto, no cerne da proibição do incesto, afirma Lévi-Strauss (1982), esta relação – que não deixa de ser uma relação de troca - predomina. Isso porque, nas palavras próprias do autor “existe um vínculo, uma continuidade entre as relações hostis e a prestação de serviços recíprocos. As trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transações infelizes (p.92)”. Sendo assim, a lei primeva desempenha papel fundamental no conjunto dos fatos. Destarte,

É normal que a dobradiça entre natureza e cultura se encontre no terreno da vida sexual, pois esta, extraída da biologia, coloca imediatamente outrem em jogo; no fenômeno da aliança se desenvolve essa dualidade: pois enquanto o parentesco é dado, a natureza impõe a aliança, mas não a determina. Podemos extrair daqui a maneira pela qual o homem, assumindo sua condição natural, define sua humanidade. Pela proibição do incesto se expressam e se realizam as estruturas fundamentais sobre as quais se funda a sociedade humana como tal (BEAUVIOR, 2007, p.183-184).

Analisando tais considerações em conjunto à teoria de Durkheim, percebe-se que a proibição do incesto vai justamente de encontro à natureza instintual do ser humano, e contribui para o mantimento da organização e da ordem social. Sendo assim, o único meio de se conhecer a dinâmica estrutural das instituições sociais consiste em analisar as normas e regras subjacentes ao conjunto de costumes e valores respeitados pela sociedade, tendo em vista que estas se diferenciam das maneiras de agir habituais, que se tornam obrigatórias devido a aplicação usual. Dito de outro modo, o conceito de fato social refere-se não aos comportamentos frequentemente observados nos indivíduos que compõem uma comunidade, mas, sim, ao conjunto de comportamentos, que, por força da lei e da aplicação das sanções, considerando as suas diversas facetas, contribuem para a integração da sociedade enquanto grupo.

Neste sentido, faz-se essencial salientar que se a constituição do grupo é adversa à constituição do indivíduo, cabe à sociologia preocupar-se em analisar a natureza social e à psicologia analisar a natureza individual dos sistemas de representação (HOROCHOVSKI, 2004). Tomando a esfera religiosa como exemplo para o entendimento da questão, pode-se pensar que a manifestação das crenças e dos mitos são representações coletivas, posto que exprimem um conjunto de práticas que são passíveis de investigação sociológica. Já as especificidades da experiência religiosa, ou seja, as diferenciações internas oriundas do contato do indivíduo com o divino (que se dá através da realização de ritos e cultos) seriam foco central da ciência psicológica. Portanto, tem-se, neste sentido, que a manifestação coletiva da experiência religiosa caracteriza a religião, sendo esta última geradora de fortes sentimentos de identidade e pertença.

Neste contexto, segundo ressalta Pinheiro Filho (2004), o simbolismo coletivo é considerado fator fundante da realidade social. Na obra de Durkheim, esta acepção ilustra a passagem do foco no corpo (morfologia) para a alma (ideias) da sociedade. Em consonância, o autor atribui à formação de alianças, ou seja, ao estabelecimento de vínculos sociais intensos a origem das representações coletivas, que assumem a forma de símbolo. Este processo sintético exprime uma atividade totalizadora que propicia a universalização dos objetos; em outras palavras, a representação simbólica dos conceitos traduz a maneira segundo a qual a sociedade, no seu conjunto, interpreta a realidade. Desta forma a origem social dos conceitos, cuja estrutura situa-se na dualidade da natureza humana, edifica as categorias do pensamento. Assim, a representação é, simultaneamente, processo e conteúdo do substrato social (PINHEIRO FILHO, 2004).

Congênera a este entendimento, tem-se que, sob o prisma durkheimiano, ao nascermos somos inseridos num mundo de símbolos (pré-estabelecidos) que determinam a maneira como representamos as nossas vivências. Paralelamente, em Lévi-Strauss percebemos que os fenômenos observáveis são considerados resultantes de operações articuladas num estágio microssociológico, as quais nos permitem entender as respectivas leis que regulamentam os fenômenos gerais. Para este autor, tal qual os fonemas, os termos de parentesco são elementos que só adquirem significação se integrados em sistemas.

A partir daí, explicita-se que tanto em Durkheim quanto em Lévi-Strauss são mencionados dois níveis de representação: um relativo às imagens mentais dos signos, e outro relativo àquilo que os signos remetem (MONTERO, 2014). Entretanto, ao introduzir o conceito de racionalidade, o segundo teórico defende que nada se pode afirmar acerca de uma forma padrão segundo a qual o pensamento representa o mundo - muito embora seja possível reconhecer um princípio comum que rege a pluralidade das formas representativas (CHAIMOVICH, 1992).

Destarte, é inserindo a linguística em seus estudos que Lévi-Strauss propõe o seguinte: para atingir uma lei de estrutura, faz-se necessário analisar os elementos organizados em pares de oposição. Assim, no que tange os sistemas de classificação - como o totemismo, por exemplo - cabe indagar quais são as relações expressas, e para cada elemento do sistema, deve-se questionar qual conotação - positiva ou negativa - estas relações possuem. Com base nisto, os significados de geração, extensão, sexo, afinidade, entre outros, podem ser vislumbrados (LÉVI-STRAUSS, 1977).

Verifica-se, então, que para Durkheim as categorias de pensamento condicionam o raciocínio, enquanto que, para Lévi-Strauss, a racionalidade - ancorada no princípio da não-contradição - determina os sistemas classificatórios. Vale destacar aqui, que o conceito de racionalidade utilizado por Lévi-Strauss, alude à adequação de uma coerência lógica à determinada realidade empírica³. Sendo assim, verifica-se certa discrepância entre a teoria

³ Esta definição parece é consoante ao conceito de racionalidade destacado por Edgar Morin, em sua obra *Ciência com consciência*. Nas palavras do autor, o conceito de racionalidade interliga-se, estreitamente, à noção de ordem, sendo que a definição desta, por sua vez, comporta diversos níveis: “O primeiro nível seria o dos fenômenos que aparecem na natureza física, biológica e social: a ordem se manifesta sob a forma de constância, de estabilidade, de regularidade e de repetição. Depois, chegamos num segundo nível que seria o da natureza da ordem: a determinação, a coação, a causalidade e a necessidade que fazem os fenômenos obedecer às leis que os governam. Isso nos leva a um terceiro nível, mais profundo, no qual a ordem significa coerência, coerência lógica, possibilidade de deduzir ou de induzir, e, portanto, de prever. A ordem nos revela um universo assimilável pela mente

estruturalista e a teoria funcionalista, afinal, se em Durkheim o sistema social funda o sistema lógico, em Lévi-Strauss o primeiro é reflexo do último.

Em sequência, observa-se a relevância do papel desempenhado pelo inconsciente na apreensão dos fatos sociais. Sob a vertente lévi-straussiana, não somos capazes de captar aquilo que não estamos inclinados para tanto, o que, de certo modo, aparece na obra de Durkheim, quando este afirma que absorvemos conscientemente apenas fragmentos dos fenômenos sociais, dentre os quais, a linguagem é o principal. Para Lévi-Strauss, os comportamentos linguísticos se situam no nível do pensamento inconsciente: ao falarmos, não temos consciência das leis sintáticas da língua, e tampouco identificamos, em momentos de conversação, os fonemas que utilizamos para diferenciar o sentido de nossas palavras e suas respectivas oposições. Esta formulação emerge somente no plano científico, quando nos dispomos a refletir especificamente sobre tais propriedades e possuem valor puramente didático.

Ainda segundo o autor, não é difícil reconhecer que toda palavra é um signo. A dificuldade concentra-se na compreensão da integração dos seus valores em sistemas significativos. Neste sentido, os sistemas de parentesco e as regras de casamento podem ser considerados como uma espécie de linguagem, se a entendermos como um conjunto de operações destinadas a garantir certo tipo de comunicação entre os indivíduos. Assim, Lévi-Strauss (1977) postula que existe uma correspondência formal entre a estrutura da língua e a estrutura do sistema de parentesco. Todavia, faz-se inexorável realizar uma análise profunda dos diferentes aspectos da vida social, “para que seja possível perguntar se modalidades distintas de comunicação [...] tais como podem ser observadas na mesma sociedade podem ou não ser ligadas a estruturas inconscientes similares” (LÉVI-STRAUSS, 1977, p.75).

Não obstante, o princípio fundamental do discurso enunciativo organiza toda a interpretação da atividade intelectual humana, e, por este motivo, Lévi-Strauss defende a ocorrência de uma atividade inconsciente, cujas manifestações são interpretáveis em função das oposições fundamentais que, integradas, configuram os sistemas de classificação (CHAIMOVICH, 1992). Deste modo, chegar-se-ia a uma expressão realmente fundamental, onde a oposição entre simplicidade da estrutura e a complexidade dos elementos poderia vir a demonstrar que estes últimos

que, correlativamente, encontra na ordem o fundamento de suas verdades lógicas. Nesse terceiro nível, um nível profundo, a ordem se identifica com a racionalidade, concebida como harmonia entre a ordem da mente e a ordem do mundo. Podemos dizer, de algum modo, que há um pentágono de racionalidade no qual a ordem é um elemento-chave”. (MORIN, 2005, p.207-208).

concorrem para ocupar a mesma posição dentro do sistema (LÉVI-STRAUSS, 1977).

Outrossim, é por intermédio da linguagem que o indivíduo adquire a cultura, mas, ao mesmo tempo, é a linguagem uma condição cultural; ou seja, a linguagem e a cultura se constroem por meio de relações lógicas e, portanto, ambas são modalidades inerentes à atividade do espírito humano (LÉVI-STRAUSS, 1977). Destaca-se, portanto, que o conceito de representação em Lévi-Strauss está atrelado ao princípio comunicativo, diferentemente da acepção Durkheimiana. Para Montero (2014):

Retomando criticamente os problemas sobre as formas primitivas de pensar inaugurados por Durkheim, Lévi-Strauss lhe inverte radicalmente os termos: ao invés de uma teoria sociológica do simbolismo, ele propõe uma teoria simbólica da sociedade. Lévi-Strauss trata as culturas ditas "primitivas" não como um conjunto de dados a serem descritos, mas como ponto de partida para um modelo a ser construído pelo observador [...] Não é a variedade empírica particular das culturas que o interessa, mas a regra de suas variações.

Verifica-se, então, que o conceito de representação no viés estruturalista remete diretamente ao próprio conceito da linguagem (enquanto forma de expressão dos significados atribuídos aos símbolos). No caso da linguagem falada, todavia, os símbolos são as próprias palavras, pois são elas que possibilitam a objetivação das imagens pensadas; sendo assim, embora não seja possível tateá-las, segurá-las, pode-se dizer que elas representam, metaforicamente, a concretização do conteúdo abstrato e complexo que dá forma à subjetividade.

Segundo as considerações de Montero (2014) sobre os respectivos teóricos, em ambos os casos as operações mentais sugerem que o conceito de representação coletiva abrange também a caracterização do fato social, priorizando as interações sociais. Todavia, a diferença essencial entre os vieses reside no lugar atribuído às categorias em relação ao funcionamento da mente; enquanto Durkheim reconhece a característica universal das categorias mentais, Lévi-Strauss defende o seu caráter sensível, pois, sob o prisma de sua teoria, são justamente as categorias que propiciam o acesso à estrutura mental, pensada como um conjunto de relações lógicas. Logo, conforme a autora acima referenciada, se por um lado os dois autores

trabalham com a mesma ideia universal da mentalidade humana, por outro, traçam caminhos distintos no que tange o conceito de representação.

Quando Lévi-Strauss reconhece que, num certo sentido, o mental identifica-se com o social, imediatamente expressa concordar com a acepção de que todo fenômeno psicológico é também um fenômeno sociológico. Porém, adverte o estruturalista francês que em algumas circunstâncias esta relação pode se inverter, e, nestes casos, a estrutura mental se apresenta como a autêntica prova do social. Sendo assim, o sentido e a função de uma instituição social só podem ser atingidos se tivermos capacidade de reviver sua incidência na consciência individual, dado que esta dinâmica “provém de que o psíquico é ao mesmo tempo simples elemento de significação para um simbolismo que o ultrapassa, e único meio de verificação de uma realidade cujos aspectos múltiplos não podem ser apreendidos em forma de síntese fora dele” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 24).

Em Durkheim, em contraste, nota-se que acima do indivíduo está a sociedade, mas é importante ressaltar que, para o funcionalista, esta não é entendida enquanto um ser nominal e de razão, e, sim, um sistema de forças atuantes, um cenário que envolve disputa de poderes. Especificamente em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim esclarece que não se deve mensurar o fato social para quem da experiência individual. Contudo, este entendimento é contrário ao ponto de vista expresso em *As regras do método sociológico* (onde a definição do fato social apresentada pelo autor contribui para a agregação do conceito de representação à função coercitiva). Vale salientar, por conseguinte, que o papel desempenhado pelas categorias do pensamento neste percurso é inexorável segundo Durkheim já que são elas que alicerçam a análise do social e nos permitem entender a forma segundo a qual os significados são formulados no e pelos grupos sem deixar de lado as mutações que se originam em seu interior.

Referências

- CHAIMOVICH, Felipe Soeiro. Lógica e racionalidade em Lévi-Strauss. **Cadernos de Campo**. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/40306>. Acesso em 15, Nov, 2015.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo**: o campo do signo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Cozes, 1982.

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAUSS, Macel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MONTERO, Paula. A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. **Novos estud. - CEBRAP**. 2014, n.98. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000100007>. Acesso em 12 Jun 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

PINHEIRO FILHO, Pinheiro Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a08n61> . Acesso em 21 Jun, 2015.

SANTOS FILHO, Julio Cesar de Mendonça. **Do método à dualidade da natureza humana**. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/4252481/Durkheim_do_m%C3%A9todo_%C3%A0_dualidade_da_natureza_humana . Acesso em 10 Jun, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 12 ed., 1988.